RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA DIRETORIA DA ADUSP

abril/2016 a março/2017

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA DIRETORIA DA ADUSP

abril/2016 a março/2017

1. INTRODUÇÃO 04
2. CONJUNTURA NACIONAL 05
3. CARREIRA DOCENTE:.NOVA CPA E ESTATUTO DO DOCENTE 11
4. O caso Mckinsey 31
5. Parâmetros de Sustentabilidade da USP 36
6. CAMPANHA SALARIAL 40
7. MOVIMENTO PELA CIÊNCIA E TECNOLOGIA PÚBLICAS 53
8. GRUPOS DE TRABALHO (GT) E COMISSÕES INTERNAS (CI) 54

   GT Etnia Gênero e Classe (GTEGC) 54

   GTPAUA 56

   GT Política Educacional (GTPE) 58

   GT SAÚDE 61
9. PARTICIPAÇÃO NAS ATIVIDADES DO ANDES-SN 64
10. Representação da ADUSP em diversas atividades 66
11. ELEIÇÕES DA DIRETORIA DO ANDES E CONSELHO DE REPRESENTANTES (CR) 69
12. ATUAÇÃO DO CONSELHO DE REPRESENTANTES (CR) 70
13. COMUNICAÇÃO 71
14. INFORMÁTICA 72
15. JURÍDICO 74
16. RELATÓRIO DA REGIONAL DE PIRASSUNUNGA 81
17. RELATÓRIO DA REGIONAL DE RIBEIRÃO PRETO 83
18. RELATÓRIO DAS REGIONAIS DE BAURU, PIRACICABA E SÃO CARLOS 89
19. RELATÓRIO DA TESOURARIA 90
20. ANEXOS 99

DIRETORIA GESTÃO 2015/2017

Presidente	César Minto (FE)
1ª Vice-Presidente	Kimi Tomizaki (FE)
2ª Vice-Presidente	Elisabetta Santoro (FFLCH)
1ª Secretária	Rosangela Sarteschi (FFLCH)
2ª Secretária	Heloisa Borsari (IME)
1ª Tesoureira	Adriana Tufaile (EACH)
2º Tesoureiro	Ivã Gurgel (IF)
Diretor Regional de Bauru	César Freitas (FOB)
Diretor Regional de Piracicaba	José Garcia (ESALQ) – até 06/09/16
Diretor Regional de Pirassununga	Sérgio Souto (FZEA)
Diretora Regional de Ribeirão Preto	Annie Hsiou (FFCLRP)
Diretor Regional de São Carlos	Ozíride Manzoli Neto (ICMC)

1. INTRODUÇÃO

Este relatório anual de atividades da Adusp contém uma síntese das iniciativas desenvolvidas pela entidade no período que vai de abril de 2016 a março de 2017.

Para compor este documento, utilizou-se como principais referências as publicações produzidas pela entidade, disponíveis na sua *home page*, como o *Informativo Adusp*, desde a edição de número 415 (4/4/16) até a edição 435 (8/5/17); as atas das reuniões do Conselho de Representantes (CR) e das sessões das Assembleias Gerais da Adusp; as memórias das reuniões da Diretoria Ampliada (Diramp); os relatos dos integrantes dos Grupos de Trabalho, das Comissões Internas, das regionais da Adusp e dos departamentos da entidade.

O período foi marcado por muitas lutas e por diversos acontecimentos na universidade e na conjuntura nacional.

Como já é costumeiro, a diretoria visou a continuidade dos itens descritos no relatório anterior (abril/2015 a março/2016), nem sempre contendo os mesmos pontos ou na mesma ordem, devido ao fato de que alguns itens podem não ter permanecido, por referirem-se a aspectos que se encerraram ou tiveram maior proeminência apenas no período anterior. Outros itens inéditos foram inseridos como os “Parâmetros de sustentabilidade econômico-financeiro da USP” e o “Caso McKinsey”. No tópico sobre a Carreira Docente, descreve-se, ainda que resumidamente, os desdobramentos e debates relativos aos projetos “Nova CPA” e “Estatuto do Docente” propostos pela Reitoria.

2. CONJUNTURA NACIONAL

Coerentemente com sua trajetória de luta em defesa da democracia no país, a Adusp continuou se posicionando diante da grave conjuntura política mais ampla nesse período. Dando continuidade às manifestações de 2015, em 13/4/2016, a Adusp organizou o evento "Brasil hoje: conjuntura nacional em debate", coordenado pela professora Rosangela Sarteschi, Primeira Secretária da Adusp, que reuniu os professores André Singer (FFLCH), Armando Boito (Unicamp), Tales Ab'Saber (Unifesp) e o sindicalista Zé Maria, dirigente do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). Após as exposições dos convidados que, em sua maioria, caracterizaram como um golpe o processo de *impeachment* contra a presidente Dilma Roussef, vários dos docentes presentes comentaram o que foi dito e questionaram os debatedores.

Em assembleia realizada em 5/5/16, a Adusp aprovou uma moção dirigida ao ANDES-SN, reivindicando que o Sindicato Nacional se somasse à luta pela democracia, contra o golpe, pelos nossos direitos e ajudasse a mobilizar todas as seções sindicais e o conjunto da categoria docente no país (íntegra da manifestação: http://www.adusp.org.br/index.php/mocoes-de-apoio-recebidas/2542-mocao-democracia). A mesma assembleia aprovou uma manifestação sobre o processo de *impeachment*, reproduzido a seguir:

"Docentes da Universidade de São Paulo presentes à Assembleia Geral da Adusp - Seção Sindical do Andes-SN, ocorrida em 5 de maio de 2016, manifestam sua compreensão de que as experiências democráticas no país têm sido limitadas a curtos períodos históricos. Na última vez em que a democracia nos foi violentamente arrancada, levou junto com ela as vidas de muitos militantes, trabalhadores e estudantes, que tiveram a coragem de lutar contra a ditadura, entre eles estudantes, funcionários e professores da USP.

A Assembleia da Adusp manifesta-se, nesse grave momento da história brasileira, contra a continuidade desse processo de *impeachment*, visto que esse mecanismo legal, instituído para retirar de cargos eletivos os políticos que tenham comprovadamente cometido crimes comuns ou de responsabilidade, está, no contexto atual, sujeito a manipulações por grupos de interesse, cujas

agendas políticas estão muito distantes das necessidades da maioria da população brasileira.

Assim, o instrumento legal de *impeachment*, usado hoje de modo indevido, deixa de ser um mecanismo de defesa da democracia para tornar-se um meio de fragilizá-la, colocando em risco o processo de amadurecimento das práticas democráticas no país.

Desde a sua fundação, no difícil período da ditadura, a atuação desta entidade de representação docente sempre se caracterizou pela defesa da democracia, pela defesa intransigente dos direitos humanos e contra a imensa desigualdade social que persiste no país. Coerente com essa trajetória, a Assembleia da Adusp manifesta sua enérgica discordância em relação à atual política econômica e às políticas federais e estaduais de aprofundamento da privatização do Estado e de cassação de direitos sociais dos trabalhadores. Manifesta-se, também, contrária ao conteúdo perverso do PLP 257/2016, em tramitação no Congresso Nacional, que sob o pretexto de estabelecer um "Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal", pretende a ampliação de uma política de ajuste fiscal, de redução do papel do Estado e estímulo à privatização e, principalmente, de corte de direitos dos servidores públicos.

Diante deste cenário, a Assembleia da Adusp conclama os docentes a acompanharem atenta e criticamente o desenrolar desses processos no Congresso Nacional.

São Paulo, 5 de maio de 2016

Assembleia Geral da ADUSP

Consumado o afastamento da presidente, a entidade não reconheceu o governo interino e assumiu a campanha “Fora Temer!”, aprovando em assembleia de 31/5/16 nova manifestação:

A Assembleia Geral da ADUSP, considerando a intensa mobilização nacional dos mais diversos setores sociais, especialmente daqueles relacionados com a Cultura, a Educação, a Saúde e a Ciência e Tecnologia,

questionando a legitimidade do governo interino e as evidências, cada vez maiores, de que o afastamento da presidente eleita foi produto de um golpe político, motivado por acordos escusos, declara seu apoio às mobilizações pela restauração da ampla democracia no país. Fora Temer!

São Paulo, 31 de maio de 2016

Assembleia Geral da ADUSP

Aprovado o *impeachment*, a diretoria da Adusp voltou a se manifestar, em 14/9/16, desta vez destacando os contornos de "golpe de estado" alcançado pelo processo de afastamento da presidente Dilma e considerando inaceitável a escalada da repressão contra os movimentos que se opõe ao governo Temer, conforme a manifestação reproduzida a seguir:

Desde a sua reorganização, no difícil período da ditadura militar, a atuação da Adusp, entidade de representação dos docentes da USP, caracterizou-se pela luta por democracia, pela defesa intransigente dos direitos humanos e pelo posicionamento firme contra a imensa desigualdade social que persiste no país.

Coerente com essa trajetória, a Diretoria da Adusp manifestou-se contrária ao *impeachment*, em nota de dezembro de 2015, não por razões de cunho partidário ou governista, mas por entender que o processo todo estava sujeito a manipulações por grupos de interesse, cujas agendas políticas encontravam-se muito distantes das necessidades da maioria da população. Além disso, a nota pontuava que o instrumento legal de *impeachment*, usado de modo indevido, deixava de ser um mecanismo de defesa da democracia, para tornar-se um meio de fragilizá-la, colocando em risco o processo de amadurecimento das práticas democráticas no país.

A partir da decisão do Senado em 31/8, a Diretoria da Adusp entendeu por bem reafirmar seu repúdio à materialização desse *impeachment*, com contornos de golpe de estado, que trará consequências ainda mais graves ao exercício dos direitos sociais, civis e políticos, como já se evidencia, por

exemplo, nas anunciadas reformas da previdência e trabalhista e na proposta de congelamento e desvinculação de recursos públicos para a saúde e a educação.

A Diretoria da Adusp alerta, ainda, que é inaceitável a escalada de repressão e violências das polícias militar e civil, que se instalou em São Paulo e em outros estados, contra a população e manifestantes, que legitimamente se mobilizam em oposição ao *impeachment* e à investidura presidencial de Michel Temer.

São Paulo, 14 de setembro de 2016

Diretoria da Adusp

Em função de protestos de alguns colegas com relação à manifestação da diretoria, foi a eles encaminhada a resposta abaixo:

Prezado(a) colega,

Em primeiro lugar, agradecemos pela sua mensagem: críticas, sugestões e questionamentos, invariavelmente, contribuem para o avanço e aprimoramento do trabalho da nossa entidade.

Respeitando seu ponto de vista, gostaríamos de reiterar algumas questões importantes com respeito à nossa atuação. A Adusp não possui nenhuma vinculação partidária, mas suas diretorias são eleitas com um programa político que orienta suas ações, referendado pela categoria nas urnas. No programa da atual gestão, consta a defesa intransigente de princípios e práticas democráticas na USP e no conjunto da sociedade brasileira.

Além disso, vale ressaltar que a categoria, reunida em assembleias gerais convocadas pela Adusp ao longo do primeiro semestre, também expressou, em duas ocasiões, a necessidade de a entidade manifestar-se publicamente contra o *impeachment*, o que foi discutido e aprovado.

A Regional da Adusp de Ribeirão Preto foi uma das organizadoras do protesto contra a PEC 241 realizado na noite de 17/10/16 na Esplanada do Teatro Pedro II, em Ribeirão Preto, com a participação de entidades e grupos.

Os vários oradores relacionaram a PEC 241 à orientação geral do bloco político conservador que assumiu o governo federal por meio do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (PT) e da posse do vice-presidente Michel Temer (PMDB) (http://www.adusp.org.br/index.php/pec-241-2016/2727-protesto-em-ribeirao-preto*).*

Na visão da diretoria da Adusp, os grupos que galgaram o poder por meio do *impeachment* têm pressa em implantar sua agenda ultraliberal, expressa no documento "Uma ponte para o futuro". A PEC 55, também designada como "Novo Regime Fiscal", é o instrumento com o qual pretendem dar início ao desmonte da Constituição Federal (CF) de 1988.

Assim, A Adusp combateu de imediato a PEC 55, que previa o congelamento por 20 anos dos gastos primários do Orçamento da União, incluindo os recursos para educação e saúde que, após aprovada, tornou-se a EC nº 95/2016. Por suas implicações para a grande maioria da população brasileira, que depende das redes públicas de ensino e do Sistema Único de Saúde (SUS), a Adusp considerou tratar-se de medida das mais perversas já editadas pelo Estado brasileiro.

Para além das consequências funestas da PEC 55, sua real finalidade é clara: transferir para o sistema financeiro os recursos públicos negados aos gastos sociais. Dito de outra forma, o corte nos gastos primários destina-se ao pagamento da dívida pública — que garante ao diminuto grupo social representado por banqueiros, especuladores e rentistas, lucros excelentes mesmo em meio à profunda crise econômica.

Vale destacar que a PEC55 foi considerada inconstitucional inclusive pela Consultoria Legislativa do Senado. Opinião semelhante manifestou também a Secretaria de Relações Institucionais da Procuradoria-Geral da República.

Em 29/11/16, a Adusp promoveu debate sobre a questão da previdência. Na ocasião, destacou-se que a conta da seguridade social, na qual se insere a Previdência Social, constitui o maior fundo público do Estado Brasileiro (R$ 707 bilhões em 2015). Não surpreende, portanto, que desperte os apetites do sistema financeiro e de um governo constituído por partidos de viés

privatizante como PMDB e PSDB, com total apoio da mídia, que voltou a martelar a tese do “rombo da Previdência”.

Em assembleia realizada em 5/4/2017, a entidade discutiu a conjuntura política do país e a proposta de greve geral prevista para 28/4. Avaliou-se que o país vive um retrocesso sem precedentes, desde que o vice-presidente Michel Temer foi guindado à Presidência da República por intermédio de um golpe “branco”, fruto de uma articulação entre o setor majoritário do Congresso Nacional, o oligopólio midiático e o Poder Judiciário. Mesmo reconhecendo que a presidente Dilma Rousseff rompera com o programa que garantiu sua eleição, o que lhe custou o apoio popular e facilitou os propósitos dos conspiradores e o *impeachment*, não há como não se impressionar com a ousadia e a desfaçatez dos grupos que galgaram o poder político, sintetizadas no documento “Ponte para o Futuro” e traduzidas em medidas e “reformas” de profundo teor antidemocrático e, não raramente, voltadas à alienação do patrimônio público nacional.

Neste acelerado retrocesso social e imposição de relações de trabalho, cada vez mais favoráveis ao empresariado, o país vem sendo submetido a recuos, tais como a “reforma do Ensino Médio”, o congelamento dos gastos sociais por vinte anos, a permissão para completa terceirização do trabalho, o corte de verbas para pesquisa científica, a “reforma da Previdência”... Ao mesmo tempo, nos inteiramos de que a Fazenda perdoa ao banco Itaú uma dívida de R$ 25 bilhões; a elevada taxa de juros continua a cevar o sistema financeiro; o governo irriga a mídia oligopólica com verbas publicitárias destinadas a vender as “reformas” trabalhista, da Previdência etc.. Em função desta análise, a Adusp decidiu aderir à greve geral de 28/4, dando sequência aos protestos de 15/3 contra a PEC 287 (reforma da Previdência), como um movimento justo e necessário na luta da população brasileira contra os desmandos de Temer e contra a onda de “reformas” neoliberais e neocoloniais (matéria do *Informativo Adusp* nº 435 sobre a greve geral: http://www.adusp.org.br/index.php/conj-pol/2854-que-sera-que-sera-que-a-midia-fingiu-nao-ver-e-que-parou-o-brasil).

3. CARREIRA DOCENTE: “Nova CPA” e “Estatuto do Docente”

A luta contra a “Nova CPA” e o “Estatuto do Docente”, propostos e aprovados no Conselho Universitário (Co) pela gestão de Marco Antonio Zago e Vahan Agopyan, constituiu pauta prioritária das ações da entidade nesse período. Vasto material de análise e crítica foi produzido pela diretoria, pela Comissão de Mobilização e pelo setor de imprensa e informática da entidade, buscando esclarecer os colegas sobre o caráter das propostas da Reitoria e dos riscos, com a aprovação destas propostas, de a universidade ser dominada por uma lógica empresarial. Em função disso, faremos nesse relatório um resumo das ações da entidade no período e elencaremos ao final uma série de textos publicados sobre o assunto para facilitar a busca de informações sobre o tema, de importância vital para a sobrevivência da USP pública e gratuita.

A proposta de uma nova Comissão Permanente de Avaliação (“Nova CPA”) foi inicialmente apresentada pela superintendente jurídica da USP, Maria Paula Dallari Bucci, em um “encontro de dirigentes” realizado em 29/2/16. A “Nova CPA” contaria com duas câmaras, ambas com nove integrantes, e teria um órgão pleno, “Comissão Plenária”, a ser presidida pelo vice-reitor.

Caberia à Câmara de Atividades Docentes — que substituiria a atual Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT) — executar a avaliação individual dos professores, que inclui estágio probatório e “avaliações quinquenais”. Caberia à Câmara de Avaliação Institucional e de Gestão avaliar departamentos e unidades.

Quanto à “Comissão Plenária”, dela fariam parte — além dos membros das duas câmaras e do vice-reitor — os pró-reitores, os membros da Comissão de Atividades Acadêmicas (CAA), o presidente da Agência USP de Cooperação Acadêmica Nacional e Internacional (Aucani) e o coordenador da Agência USP de Inovação (Auspin).

Segundo a proposta, a “Comissão Plenária” teria as seguintes atribuições: articular os vários órgãos da USP no que se refere à avaliação; aprovar as diretrizes de avaliação; aprovar o calendário de avaliação; e julgar recursos, nos termos da regulamentação própria.

No item denominado “Efeitos da Avaliação”, o documento embute o arranjo dicotômico adotado no relatório final do GT Atividades Docentes – GT-AD (e enfatizado por seu então presidente, professor Ricardo Terra). Assim, caso a avaliação de determinado docente conclua por um “bom desempenho”, ele seria contemplado com “progressão na carreira” e com “autonomia”. Analogamente, departamentos e unidades positivamente avaliados seriam agraciados com “autonomia” e “apoio a iniciativas”.

Seguindo na trilha do GT-AD, a proposta de Maria Paula previa que casos de “insuficiência de desempenho acadêmico” sejam submetidos, numa primeira etapa, a “regime de acompanhamento”, que incluiria um “protocolo de compromisso para correção de deficiências” (tal como previsto na lei 10.862/04, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior-Sinaes), bem como a “suspensão de afastamentos e viagens”; numa segunda etapa, haveria “aplicação de sanções, a definir no novo Regimento Interno da CPA”. O texto não permite discernir quais dessas medidas afetariam docentes individualmente e quais afetariam departamentos e unidades.

O item “Avaliações - parâmetros e documentos” ocupa uma única página do documento. Nele são anunciadas as diretrizes do processo de avaliação: “indução à qualidade; aperfeiçoamento institucional (docentes, unidades e departamentos), atividades em escala compatível com a da Universidade” e os seus indicadores (“competências e procedimentos”), assim definidos: “poucos, simples e de alcance geral, podendo ser completados, no caso de situações específicas”, e sujeitos a “revisões periódicas”. Ou seja, diretrizes vagas, indicadores em aberto.

A proposta inclui, ainda, medidas de “transição” para a CERT, que envolveriam: a) “permanência dos atuais regimes: RDIDP, RTC e RTP”; b) “reorganização das ‘atividades simultâneas’” exercidas por docentes: “cursos de extensão remunerados”, assessorias e consultorias, convênios; c) regulamentação do recebimento na forma de bolsas, em adequação à lei federal 13.243/16; d) revisão das normas da USP, especialmente a Resolução 3.533. O atual regimento da CPA seria revogado.

Uma leitura atenta do documento aponta que a arquitetura da “Nova CPA” reflete os anseios da gestão de M.A. Zago e V. Agopyan por uma intensificação do processo de controle do corpo docente pela via da avaliação

centralizada. Que se fale muito pouco de avaliação propriamente dita e muito mais de consequências de desempenho, estrutura institucional, adequações jurídicas é sintomático desse projeto reitoral. A “reorganização das atividades simultâneas”, que parece indicar um potente aval da USP à participação desinibida de docentes em cursos pagos e outros projetos remunerados, e a regulamentação das bolsas tal como previsto na lei 13.243/16 destinam-se não a preservar o caráter público e gratuito da instituição, nem mesmo a “excelência” tantas vezes propalada, mas sim a fortalecer e expandir a privatização e mercantilização do ensino. O sistema binário “recompensas x punições”, de inspiração neoliberal e típico do produtivismo acadêmico, reproduz a concepção de universidade vigente na Capes e nas agências de fomento — com o agravante de que, na USP, tradicionalmente presta-se também ao papel deletério de “polícia política” da instituição (veja a íntegra do documento em: http://www.adusp.org.br/index.php/cpa-nova-cpa/2571-novas-propostas-para-carreira-e-avaliacao-nova-cpa).

No dia 21/3/16, no Auditório do Centro de Difusão Internacional, no *campus* Butantã, a Reitoria reuniu-se com os docentes que ingressaram no corpo docente a partir de 2013. A finalidade oficial da reunião: explicar o novo formato da Comissão Permanente de Avaliação (CPA) e as linhas gerais de uma proposta de avaliação institucional e individual que seria submetida ao Conselho Universitário (Co).

O encontro teve início com exposição do reitor M. A. Zago, seguida das intervenções dos pró-reitores e do presidente da CERT, que apresentou proposta da superintendente jurídica da USP, professora Maria Paula Dallari Bucci, intitulada “Nova CPA - Base Jurídica”, que envolve a extinção formal da CERT.

A proposta divide a CPA em Câmara de Atividades Docentes, responsável pela avaliação individual dos professores, e Câmara de Avaliação Institucional e de Gestão, que avaliará departamentos e unidades. Nunes afirmou que haverá troca de informação entre elas, “para garantir que o processo individual de avaliação seja casado com o coletivo”.

Ele deixou claro o real objetivo da avaliação, na visão da Reitoria: “Promover as mudanças que a USP precisa para progredir nos rankings e se

tornar uma universidade de primeira classe no universo das universidades internacionais".

A proposta de mudanças estatutárias e regimentais relativas à avaliação institucional e docente foi encaminhada pela reitoria às unidades em 03/05/16. Em seu ofício de encaminhamento, a Reitoria procurou assegurar-se de que ela não fosse rejeitada no âmbito das unidades. Para isso ofereceu o prazo, para lá de exíguo, de 23/5/16 para que as unidades se manifestassem, mas apenas no sentido de apontar correções e fazer sugestões. Esclarecia aos diretores que descaberia votar qualquer coisa, já que a decisão seria tomada pelo Conselho Universitário (Co). Ou seja, a Reitoria procurou impedir que qualquer discussão mais aprofundada ocorresse, até mesmo no âmbito das Congregações.

Quanto ao texto propriamente dito, cumpre observar que:

1. A referida proposta não apresenta análise ou diagnóstico sobre a atual carreira docente, sobre os procedimentos de avaliação individual e institucional ou sobre os regimes de trabalho dos docentes em vigência na USP. A elaboração de qualquer proposta acerca desse temário deveria ser acompanhada de uma análise crítica, que evidenciasse as eventuais falhas, distorções e dificuldades a serem superadas. Como justificar que se estabeleçam procedimentos com reflexos tão drásticos no trabalho docente sem que essa reflexão tenha sido feita?

2. Se aprovadas tais mudanças, a Cert será extinta e a Comissão Permanente de Avaliação (CPA) terá suas atribuições e composição reformuladas. A "Nova CPA" deverá conter duas câmaras, Câmara de Avaliação Institucional (CAI) e Câmara de Atividades Docentes (CAD), que se responsabilizarão pela avaliação quinquenal institucional e dos docentes. Ou seja, os estatutos serão modificados de modo a instituir que a avaliação individual de todos os docentes seja feita de modo centralizado. E mais, as câmaras serão compostas por 9 docentes, todos escolhidos pelo reitor, devendo seus nomes ser homologados pelo Co**.** Nunca é demais registrar que as experiências com processos de avaliação individual centralizados têm apresentado sérias distorções. Na USP, isso foi verificado historicamente em relação a processos de docentes em regime de experimentação no RDIDP, quando, extrapolando suas atribuições e desrespeitando o regulamento interno da universidade, a Cert tem questionado a permanência de docentes no RDIDP

ou estendido o período experimental por meio de pareceres lacônicos, sem justificativa academicamente aceitável, a despeito dos relatórios e pareceres aprovados pelos departamentos. Nesse sentido, é preciso alertar para a mudança perigosa que está sendo proposta para o artigo 201 do Regimento Geral da USP, que trata da alteração do regime de trabalho dos docentes. Atualmente, o artigo prevê que a Cert apenas dê anuência a pedidos do professor ou dos departamentos; com a nova redação, a mudança de regime poderá ser proposta pela CAD, “na forma da regulamentação própria”.

3. A experiência mais recente com os processos de progressão horizontal na carreira docente, também organizados de modo centralizado, mostrou que foram geradas injustiças, distorções e profunda insatisfação. É importante salientar que, assim como no processo de aprovação dos níveis horizontais da carreira, na atual proposta, os critérios de avaliação também não estão sendo explicitados e, portanto, ficará simplesmente a cargo da CAD/CPA defini-los. Todo o teor do documento aponta para uma avaliação com base em indicadores quantitativos que “devem ser considerados como instrumentos informativos para avaliação da qualidade” (sic).

4. No atual projeto da Reitoria, os efeitos esperados da avaliação - propósito que deveria ser um pressuposto para elaboração de qualquer proposta sobre o tema - estão indefinidos e serão consequência dos critérios a serem adotados pela CPA. No entanto, a proposta adianta que uma maior ou menor autonomia poderá ser ofertada ao "ente avaliado". Ora, uma das condições imprescindíveis para o bom fazer acadêmico sempre foi exatamente sua autonomia, avessa às condições impeditivas para o livre desabrochar de ideias e seu debate dentro do círculo de pesquisadores da área. Como se imagina possível pensar a atividade acadêmica com esse "controle de autonomia"? Mais ainda, o texto estabelece a necessidade de firmar um protocolo de compromisso, definido no Capítulo IV do Regimento Interno da CPA, em caso de avaliação insatisfatória - ou seja um "Termo de Ajuste de Conduta”.

5. Desnecessário dizer que uma avaliação de caráter punitivo provoca constante insegurança, acirramento da competição entre colegas e um ambiente de trabalho hostil. Procedimentos punitivos e ameaçadores não contribuem para o exercício crítico, reflexivo e aprofundado da atividade acadêmica, mas sim,

para a reprodução de padrões e modelos estabelecidos por quem os impõe. Assim, o Regimento da CPA proposto pela Reitoria vai matar a liberdade acadêmica na universidade e, por consequência e em curto prazo, a própria universidade.

6. Há ainda propostas de mudanças no período experimental. Os primeiros três anos comporão o estágio probatório, conforme determina a Constituição Federal. É salutar que, depois de quase 30 anos, a USP tenha reconhecido que descumpre a constituição! Será instituído, no entanto, sob a coordenação da CAD, o Programa de Recepção dos Docentes, do qual os novos contratados estarão obrigados a participar. O parecer elaborado pelos departamentos será baseado em um formulário de avaliação aprovado pela CAD. Uma Comissão de Avaliação de Estágio, cuja composição não fica definida na proposta, decidirá sobre a aprovação ou não do estágio probatório. A sua não aprovação admitirá recurso à CPA, em última instância, que, se não acatado, implicará na exoneração do docente. O docente que for aprovado no estágio probatório entra em um período de acompanhamento que dura mais três anos. Encerrado esse período, o professor passa a ser avaliado de cinco em cinco anos. Uma corrida de obstáculos que pode resultar no rebaixamento a um regime de trabalho diferente, demissão, exoneração ou aposentadoria.

7. Cabe mais uma consideração: com esse novo cenário, ao longo do tempo, poderia haver uma considerável diminuição do "gasto" com a folha de pagamento, na medida em que parte do corpo docente pode ser "eliminado" ou ter seu regime de trabalho rebaixado. Em momentos de "crises financeiras" como a atual, não estaríamos também diante do risco de a Reitoria usar esses mecanismos para tentar reduzir os custos da universidade pela forma mais fácil, isto é, a de eliminar uma parte do corpo docente?

A motivação dessa proposta não nos pareceu, pois, ser o de avaliar o trabalho acadêmico, de forma séria e responsável. No entanto, é possível perceber que esses procedimentos terão como consequência o estabelecimento de um ambiente competitivo e de um clima de terror permanente, fazendo com que docentes optem por sair da USP ou se vejam obrigados a adequar-se aos padrões estabelecidos por avaliações quantitativas e descontextualizadas.

Na avaliação da diretoria, a aprovação dessa proposta traria perda a todos: docentes, estudantes, funcionários, à universidade e, em última instância,

à sociedade como um todo, na medida em que ela ameaça aquilo que a universidade mais deveria valorizar: o espírito crítico, a diversidade, a capacidade de questionar, a autonomia didático-científica das unidades e das(os) docentes. A quem interessa essa ameaça então? Com o intuito de debater com os colegas e de aprofundar a compreensão coletiva acerca dos riscos que a proposta apresentava, a diretoria da Adusp organizou um debate, realizado em 3/6/16, intitulado “Avaliação docente e institucional: as novas propostas da Reitoria em discussão - Eficiência ou desmonte?”, que contou com a participação dos professores Franklin Leopoldo (FFLCH) e Lucília Borsari (IME) e teve como mediador o professor César Minto, presidente da Adusp. Convidada, a Reitoria não se fez representar no debate. Segundo resposta obtida pela secretaria da Adusp, o reitor M.A. Zago não poderia comparecer pois “está de férias”. Mas nenhum representante seu foi indicado (Anexo 1: Ofício GR/238, de 31/5/16).

Representantes docentes junto ao Co, com apoio da Reitoria, promoveram, em 6/6/16, o I Encontro de Professores da USP, que reuniu centenas de professores. A Reitoria enviou ao Encontro uma delegação de peso, encabeçada pelo vice-reitor (e reitor em exercício) V. Agopyan, que contou ainda com Maria Paula Dallari Bucci, superintendente jurídica da USP, e Ricardo Terra, ex-presidente do Grupo de Trabalho Atividade Docente (GT-AD). O intuito da Reitoria era provar ao público do Encontro que o “Estatuto do Docente” e a “Nova CPA” eram propostas legítimas, adequadas e que contavam com grande apoio institucional. Não conseguiram: o Encontro foi cenário de enorme rejeição às propostas da Reitoria.

Em uma de suas intervenções, o professor Terra, que vinha se notabilizando como porta-voz das concepções sobre avaliação e carreira predominantes na gestão M. A. Zago-V. Agopyan, se indispôs com parcela expressiva do público, ao atribuir algumas das críticas recebidas no debate ao “cirquinho da Adusp”. Neste momento, foi alvo de fortes protestos e precisou calar-se.

Após as apresentações de Maria Paula e Terra, ambos integrantes da comissão nomeada pelo reitor, em defesa das propostas, foi a vez da exposição do professor Ciro Correia, representante da Adusp, que repudiou as propostas e pediu que não fossem levadas a voto no Co. Seguiram-se rodadas de

comentários e perguntas do público, entremeadas por respostas da mesa. As intervenções dos debatedores podem ser conferidas (ver Informativo nº 419 http://www.adusp.org.br/index.php/carreira-docente/2589-encontro-docentes).

A greve dos docentes, que teve início em 30/5 e encerrou-se em 30/6/16, incluía entre seus eixos a retirada do conjunto das propostas da Reitoria sobre "carreira docente" e avaliação institucional. Pouco depois de deflagrada a greve dos professores, o reitor divulgou um vídeo no qual já anunciava o adiamento da votação para o final de agosto. O encontro de docentes realizado no dia 6 de junho, com o apoio e estímulo da reitoria, marcou um novo fracasso político e conceitual da reforma pretendida. A plenária, de mais de 400 docentes, ovacionou em pé o representante da Adusp, enquanto que os porta-vozes da Reitoria demonstraram fragilidade para sustentar a proposta, que nitidamente não convenceu os presentes.

Importante registrar também que as propostas da Reitoria de mudanças na carreira atreladas a uma centralização ainda maior do processo de avaliação foram recusadas por expressiva parcela dos colegiados. Raras foram as congregações e departamentos que endossaram a proposta na sua essência. Os números abaixo mostram esse quadro:

Foram, no total, 51 manifestações, dentre as quais somam-se 35 colegiados, aí incluídas 21 congregações, além de departamentos e museus. Nas diversas manifestações, prevaleceram considerações quanto a pontos específicos, embora cerca de 30% dos documentos sejam contrários à totalidade do conteúdo das minutas. Nesse sentido, destacam-se as seguintes manifestações:

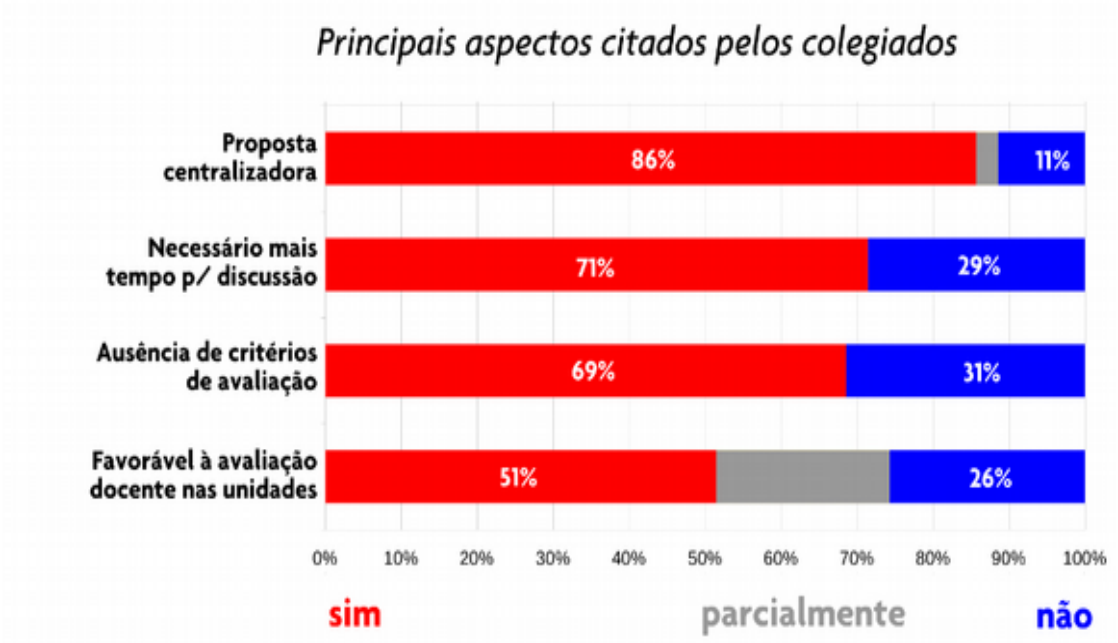
- A EEFE entende que a proposta não deixa clara a real necessidade da avaliação: "De fato, quais são os problemas a serem enfrentados e qual o motivo de uma estratégia punitiva?";
- A FEA aponta a alta burocratização do processo de avaliação contida na proposta, com riscos importantes às particularidades de cada Unidade de ensino e pesquisa;
- A FE evidencia a falta de princípios teóricos que fundamentem o modelo de avaliação proposto e adverte para o fato de que a adoção de critérios mutáveis pode gerar instabilidade no corpo docente;

- IME, IB, MAE, IF e FFLCH demonstram preocupação com a ameaça à autonomia e à independência universitárias, premissas básicas do trabalho acadêmico, decorrente do amplo poder atribuído à CPA.

As manifestações das Unidades apresentam um amplo e diversificado conjunto de críticas. O gráfico destaca os aspectos mais criticados por 35 colegiados, além da afirmação de um princípio comum que deveria nortear qualquer avaliação docente.

Como pode-se observar, cerca de 86% dos colegiados que se manifestaram criticaram o caráter centralizador das mudanças propostas. A preocupação com a centralização também pode ser depreendida a partir do estranhamento expresso por quase 70% dos colegiados quanto à não definição dos “critérios gerais” em que devem se apoiar os projetos acadêmicos, o que, como se pode concluir com base no artigo 13 do Regimento da “Nova CPA”, ficará exclusivamente a cargo da Comissão Plenária. Metade dos colegiados defendeu que a avaliação docente seja realizada nas unidades, num posicionamento claramente contrário à centralização das avaliações no âmbito da CPA. Mais de um terço dos colegiados chega a ressaltar e condenar o caráter punitivo presente no novo processo de avaliação proposto.

Observa-se um grande desconforto de muitos quanto à pressa com que a Reitoria tem tratado assunto de tamanha importância. Mais de dois terços dos colegiados que se manifestaram apontam a necessidade de mais tempo para discussão da proposta. De fato, é preciso tempo para compreendermos melhor seu real alcance. No entanto, já pode-se antever que, sob a denominação de Comissão Permanente de Avaliação, o que está sendo proposto é uma nova instância administrativa que representa uma profunda reestruturação nas esferas de poder da Universidade de São Paulo, uma comissão “todo-poderosa” que concentrará diversas atribuições, com o consequente esvaziamento de instâncias de decisão em diversos níveis, desde os departamentos e as unidades até o Conselho Universitário (leia a Minuta de Alterações no Estatuto e no Regimento Geral: http://www.adusp.org.br/index.php/cpa-nova-cpa/2571-novas-propostas-para-carreira-e-avaliacao-nova-cpa).



Apesar de forte em algumas unidades, é necessário mencionar que essa greve de docentes não foi unânime, nem foi abrangente como precisaria ter sido para enfrentar o desmonte da USP em curso. Mesmo assim, possibilitou que ampliássemos o debate e obteve uma vitória importante, ao forçar a Reitoria a retirar da pauta de junho a proposta de “avaliação” e da “Nova CPA”. Ao encerrar a greve, estava claro que a luta continuaria no segundo semestre e que a proposta da Reitoria fazia parte de um projeto mais amplo, que visava a tratar o Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) não como regime preferencial de trabalho na USP, mas como um prêmio destinado a parcela dos docentes. Projeto esse que pensa a avaliação não como um processo contínuo que — a partir de critérios claros e democraticamente estabelecidos — destine-se a aprimorar e corrigir rumos acadêmicos, mas sim como instrumento de controle e punição de docentes que não se adaptam ao modelo imposto pela Reitoria, de forma a não lhes permitir a ascensão na carreira — e, pior, de modo a lhes retirar o RDIDP, regime essencial para o desenvolvimento adequado do trabalho acadêmico de qualidade.

Pretende-se, assim, impor um modelo de universidade cada vez menos plural e menos democrático, consequentemente, menos rica nos seus mais diversos aspectos. No momento em que suspendemos o movimento grevista, estava claro que o semestre seguinte exigiria um corpo docente unido e forte, para enfrentar uma disputa entre dois projetos de universidade efetivamente antagônicos. E ele chegou rápido!

Em 3/8/16, a Reitoria enviou a segunda versão da proposta de Nova CPA e Estatuto do Docente. A Adusp analisou a nova proposta e constatou que as alterações em relação à proposta original foram pontuais e secundárias, não alterando a essência da primeira versão, como mostram os quadros a seguir.

Sobre as mudanças estatutárias e regimentais:

a As mudanças no artigo 104 do Estatuto da USP permanecem transferindo para a CPA, no seu Regimento Interno, a atribuição de dispor sobre a avaliação quinquenal de todos os docentes.

b A CPA volta a constar do artigo 34 do Estatuto ocupando o lugar da CERT, mas agora como órgão da Reitoria e não mais como um dos órgãos centrais da Universidade.

c A progressão horizontal permanece vinculada à avaliação quinquenal.

d Passa a ser atribuição da Comissão de Atividades Acadêmicas (CAA), parte constituinte da CPA, aprovar os projetos acadêmicos das unidades, museus e institutos especializados.

e O artigo 201 do Regimento Geral foi reformulado em relação à versão anterior e a mudança de regime de trabalho poderá ser determinada a pedido do docente ou por proposta do Conselho de Departamento ao CTA e à CAD, na forma de regulamentação própria.

f O artigo 202 do Regimento Geral, que versava sobre avaliação institucional, passa a se referir à avaliação docente e institucional, cabendo à CPA propor diretrizes para essas avaliações. Aqui vale observar que esse título foi, até maio de 2002, “Da Avaliação da Produção dos Docentes”. Por conta dos abusos da CERT e por proposta da Adusp, foi modificado para “Da Avaliação Institucional” e a avaliação individual passou a ser responsabilidade das unidades (Resolução 4.928).

g A composição da CPA mantém a indicação de nomes pelo reitor, inclusive de professores seniores.

Sobre a “Nova CPA”:

a A CPA continuará sendo constituída pela Comissão Plenária (CP) e pelas CAI (Câmara de Avaliação Institucional) e CAD (Câmara de Avaliação Docente). No entanto, apenas presidentes e vice-presidentes dessas câmaras, por elas indicados, estarão na CP.

b CAI e CAD terão nove membros, seis deles indicados pelo reitor e homologados pelo Co. Os outros três serão indicados pelo Co a partir de listas tríplices propostas pelas unidades.

c As atribuições da CPA e de suas câmaras são as mesmas da versão anterior. A elas caberá aprovar as diretrizes, o calendário, o roteiro de avaliação e as diretrizes para os projetos acadêmicos de departamentos e unidades. Na nova versão, o artigo 23 prevê que a proposição de diretrizes de avaliação procure consolidar as experiências e contribuições da Universidade e das unidades, que serão consultadas na forma a ser definida pela CP.

d Os mencionados projetos acadêmicos constituem na nova versão o capítulo III do Regimento da “Nova CPA” e dele devem constar planos, metas, estratégias, proposição de indicadores para avaliação de desempenho das metas definidas, em harmonia com os indicadores gerais da universidade.

Devem conter também o perfil esperado dos docentes para cada nível da carreira e a composição ideal do corpo docente em termos de percentuais em cada regime de trabalho. Os projetos das unidades deverão ser aprovados nas unidades e pela CAA, parte constituinte da CPA. Os dos departamentos serão aprovados pelas congregações e devem estar em harmonia com o das unidades, observadas as diretrizes gerais estabelecidas pela CAI. Os projetos dos docentes seguem a mesma linha, devendo ser aprovados pelo Conselho de Departamento e pela Congregação.

e Acena-se ainda com autonomia aos bem avaliados, mas agora explicita-se que ela se referirá à aprovação do projeto acadêmico do docente, ao credenciamento para atividades simultâneas e aos afastamentos de mais de 30 dias.

f A CP julgará recursos das decisões da CAD e CAI e fica explicitado que o Conselho Universitário (Co) será a instância máxima de recurso apenas nos

casos de exoneração. Os membros da CPA que tiverem tomado parte nas decisões contestadas por recurso não poderão votar.

Sobre o Estatuto do Docente:

As diretrizes e a avaliação do estágio probatório permanecem centralizadas. A Avaliação de Estágio ficará a cargo de comissão instituída pela CAD e considerará diretrizes aprovadas pelo Co. As decisões finais sobre o regime probatório e sobre o período de acompanhamento serão da CAD com recurso à CPA. A expressão “em última instância” foi retirada; porém, caso não seja acatado o recurso, o docente será exonerado.

A nova versão das minutas não responde ao questionamento — apresentado pela comunidade e por 86% dos órgãos colegiados — dos níveis de centralização contidos nas propostas. Sem esquecer que quase um terço das 51 manifestações rejeitou a totalidade das propostas apresentadas em maio/16.

A avaliação individual será realizada por comissões centrais escolhidas em sua maioria pelo reitor, com a presença inclusive de professores seniores!

A nova versão, portanto, continua a representar uma ameaça à desejada e necessária autonomia didático-científica de departamentos e unidades:

a Diretrizes, roteiros e calendários de avaliação serão definidos pela CPA; e os projetos das unidades pela CAA, que é parte da CPA. As menções a ouvir e contemplar as posições das unidades são vagas e as formas de fazê-lo dependerão de decisão da própria CPA! Os projetos acadêmicos das unidades deverão se coadunar com o projeto acadêmico da USP. Este, ao que tudo indica, será elaborado de modo centralizado. A integração entre os projetos das unidades e o projeto da USP ficará a critério da CAI.

b Serão 31 docentes envolvidos com a CPA. Na CP, dos 17 membros, o reitor terá controle de cinco a nove deles, conforme as escolhas das presidências e vice-presidências da CAI e da CAD. Nessas câmaras, o reitor indicará 2/3 de seus membros, submetendo essas indicações à homologação pelo Co. O fato de as unidades poderem encaminhar listas tríplices para que o Co defina os três membros restantes da CAI e os da CAD não configura uma participação mais efetiva das unidades na composição dessas câmaras. Na prática, será necessário convergir para uma lista bem menor de indicações, o que

dificilmente escapará de uma indicação, ainda que de modo indireto, do reitor.

c A avaliação individual não estará a cargo das unidades, na contramão do que indicou metade dos colegiados que se manifestaram sobre as minutas iniciais. As modificações no artigo 104 do Estatuto da USP e no artigo 202 do Regimento Geral, se aprovadas, darão as condições estatutárias e regimentais para essas mudanças.

Permanece a indefinição dos critérios de avaliação, apesar de 69% dos 35 órgãos colegiados haverem criticado esse aspecto. A nova versão continua a indicar a utilização de critérios quantitativos, que dificilmente conseguirão abranger a necessária diversidade de perfis acadêmicos.

Aprovar essas mudanças significa dar “carta branca” às comissões centrais para decidirem como as(os) docentes serão avaliados e como será conduzido seu trabalho na USP.

Ademais, a perspectiva punitiva continua presente com os protocolos de compromisso e processos administrativos.

As exposições de motivos não substituem o necessário diagnóstico, que a Reitoria continua recusando-se a apresentar. A menção ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), à avaliação da Capes, à lei 12.772/2012, ou às propostas da Unesco (2009) parece uma tentativa de embasar ou dar substância às propostas que, diga-se, inconsistentes.

Causa estranheza que esses elementos não tenham sido trazidos para discussão prévia, já que poderiam constar de um repertório para discussão crítica acerca das concepções sobre avaliação do trabalho acadêmico. Trazê-los agora parece uma resposta improvisada e insatisfatória à crítica de que as propostas da Reitoria carecem de fundamento.

Os argumentos apresentados nas manifestações de colegiados permanecem não respondidos ou não contemplados na nova versão. Desse modo, reafirmamos o entendimento de que o processo de deliberação dessas propostas deve ser suspenso, dando lugar a uma ampla discussão sobre avaliação docente que inclua as necessárias interações com as unidades.

Em 17/8/16, a Adusp realizou Assembleia Geral para discutir o tema da “Nova CPA” e Estatuto e Avaliação Docente, cujas deliberações estão listadas a seguir: promover uma “Semana de Mobilização e Luta pela carreira docente e

contra a proposta de ‘Nova’ CPA”; realizar visitas às unidades para discussão sobre as propostas de agosto da Reitoria de “Nova CPA” e avaliação docente; convidar os representantes de categorias docentes no Conselho Universitário (Co) para debater tais propostas com os colegas; elaborar Carta Aberta aos membros do Co, com foco nas questões centrais das propostas da Reitoria e destaque dos aspectos que exigem quórum qualificado no colegiado; realizar o lançamento da *Revista Adusp* 59 com debate com Ciro Correia (IGc) e José Marcelino de Rezende Pinto (FFCL-RP) mediado por Pedro Pomar (editor da Revista); organizar debates sobre Avaliação e "Produtivismo Acadêmico"; Paralisar as atividades e realizar vigília no dia em que o Co for votar as propostas da “Nova CPA” e avaliação docente.

Cumprindo deliberação da assembleia, em 12/9/16, novo debate sobre o caráter político das propostas da reitoria foi realizado pela Adusp, desta vez contando, como debatedores, com os professores Gladys Barreyro (EACH) e Otaviano Helene (IF); no dia 15/9, atendendo a convite da Adusp, os representantes dos professores associados e dos professores doutores junto ao Co, Marcílio Alves (EP) e José Renato Araújo (EACH), debateram a “Nova CPA” e o “Estatuto do Docente”. Também havia sido convidado o representante dos professores titulares, que justificou sua ausência.

Ao longo do semestre, diretoria e Comissão Permanente de Mobilização elaboraram diferentes materiais analisando, sob vários ângulos, as propostas apresentadas e suas consequências para a vida universitária. Buscávamos, desse modo, municiar os docentes para uma luta que, sabíamos, seria muito difícil (Anexo 2, artigos “Sobre Carreira, Avaliação e Nova “CPA”, I a X)

Em nova assembleia, realizada em 26/9/16, intensificou-se o debate sobre as propostas da Reitoria, agora com um novo ingrediente: o Acordo de Cooperação USP-McKinsey! (ver item 4 deste relatório). Ficava cada vez mais clara a ligação entre os dois temas e, em função disso, a assembleia deliberou: elaborar manifestação da plenária relativa às propostas da Reitoria de “Nova CPA” e “Estatuto do Docente” (veja a íntegra em: http://www.adusp.org.br/index.php/deliberacoes-de-assembleias/2666-deliberacoes-da-assembleia-geral-da-adusp-de-26-09-2016#anexo1); elaborar Carta Aberta à Comunidade da USP, a ser lida durante esta semana pelos professores em sala de aula, relativa à luta contra a retirada de direitos (íntegra

da Carta: http://www.adusp.org.br/index.php/deliberacoes-de-assembleias/2666-deliberacoes-da-assembleia-geral-da-adusp-de-26-09-2016#anexo2); participar das manifestações de 29/9, juntamente com centrais sindicais e movimentos sociais, contra a retirada de direitos; fazer gestões nas unidades para que os colegiados se manifestem contra o "Acordo de Cooperação" firmado entre a Universidade de São Paulo, Comunitas e McKinsey; ampliar a articulação política contra o "Acordo de Cooperação" com Comunitas e McKinsey, juntamente com o Fórum das Seis, ANDES-SN, Apeoesp etc.; encaminhar solicitação aos representantes de categoria junto ao Co para que peçam explicações ao reitor sobre o "Acordo de Cooperação" com a McKinsey; oficiar a Reitoria para que o "Acordo de Cooperação" e "Termo de Doação", que envolvem USP, Comunitas e McKinsey, sejam imediatamente suspensos, até que todo o processo seja esclarecido e amplamente discutido; manter divulgação constante das informações sobre o caso McKinsey, a exemplo do que vem sendo feito com a questão da "Nova CPA" e "Estatuto do Docente".

Segue a cronologia dos desdobramentos da proposta da "Nova CPA":

- **Setembro/2015**

Dia 5: Diário Oficial publica portaria do reitor que cria comissão *ad hoc* incumbida de "analisar e propor alterações estatutárias e regimentais no âmbito da USP".

- **Maio/2016**

Dia 3: Reitoria divulga minutas da "Nova CPA" e "Estatuto do Docente", elaboradas pela comissão *ad hoc*. Concede 20 dias para discussão.

- **Junho/2016**

Dia 6: Encontro de Professores rechaça explicações de representantes da Reitoria para "**Nova CPA**".

Dia 28: Assinatura, em sigilo, do Termo de Doação entre USP, Comunitas e McKinsey. Reitor não convoca a reunião do Co prevista para esse dia, na qual pretendia aprovar a "**Nova CPA**".

- **Julho/2016**

Dia 12: Reunião do Co. Não há qualquer menção às tratativas com McKinsey e Comunitas.

- **Agosto/2016**

Dia 2: Reitoria divulga novas minutas de “Nova CPA” e “Estatuto do Docente”. Nesse mesmo dia a Comissão de Orçamento e Patrimônio (COP) reúne-se e aprova o parecer favorável ao projeto com a McKinsey. O plano de trabalho da consultoria não consta do processo.

Dia 11: Assinado o Acordo de Cooperação entre USP e McKinsey.

- **Setembro/2016**

Dia 5: Governador recebe reitor, vice-reitor, direção da McKinsey e da Comunitas e empresários dos grupos Itaú e Cosan, da Natura e da Ultrapar.

Dia 14: Chega à Adusp a denúncia anônima sobre o caso.

Dia 19: Adusp publica o teor da denúncia e, por meio de ofício, solicita explicações da Reitoria.

Dia 20: Reitoria comunica existência do projeto “USP do Futuro”.

Dia 21: Diretoria da Adusp emite nota, assinalando que a Reitoria “deixou de responder os questionamentos” e que “continua devendo amplas explicações sobre a possível vinculação entre esse projeto e a proposta de “Nova CPA – Estatuto do Docente”.

Dia 22: Diário Oficial publica os extratos dos contratos entre USP, Comunitas e McKinsey.

Dia 27: Reitoria responde à Adusp, encaminhando o Termo de Doação e o Acordo de Cooperação firmados pelas três partes.

Dia 28: Adusp, em resposta, volta a solicitar ao reitor esclarecimentos consistentes e que seja enviado o plano de trabalho da consultoria.

- **Outubro/2016**

Dia 4: Em reunião do Co, reitor comunica pela primeira vez a contratação da McKinsey e ironiza as críticas ao projeto.

Dia 25: Ao jornal *Valor Econômico*, reitor nega o caráter privatizante do projeto e se recusa a nomear os empresários que o financiam.

Dia 27: Adusp pede ao MPE que investigue o caso.

- **Novembro/2016**

Dia 1º: *Folha de S. Paulo* aborda o caso. Critica a Adusp por lançar "suspeitas" contra o projeto, defende a cobrança de mensalidades e recomenda à Reitoria que divulgue o nome dos empresários envolvidos.

Dia 3: Reitoria convoca para 8/11 a próxima reunião do Co, na qual entrará em pauta a "Nova CPA".

Em função de todos estes acontecimentos e da gravidade da situação, novamente a diretoria da Adusp oficia a Reitoria para que fossem retiradas da pauta do Co de 8/11/16 as minutas de "Regimento Interno da Comissão Permanente de Avaliação" e de "Estatuto do Docente". Encaminha uma Carta Aberta aos Conselheiros (íntegra: http://www.adusp.org.br/index.php/cpa-nova-cpa/2740-carta-aberta-aos-membros-do-conselho-universitario-da-usp) e divulga o Parecer Jurídico (http://www.adusp.org.br/index.php/juridico/pareceres-j/2739-nova-cpa-parecer-juridico) sobre as resoluções propostas, elaborado pela assessoria jurídica da Adusp.

Reunida mais uma vez em 26/10/16, a Assembleia da Adusp discute medidas de pressão contra a possibilidade de ir à votação a proposta da "Nova CPA/Estatuto do Docente" na reunião do Co de 8/11. Discute também o caso Comunitas-McKinsey e delibera realizar paralisação no dia em que o Co fosse discutir as propostas de carreira e "Nova CPA"; aprofundar a crítica sobre o acordo USP-Comunitas-McKinsey; enviar ofício aos representantes docentes junto ao Co, exortando-os a solicitarem explicações sobre o citado acordo nas reuniões do colegiado; reforçar o contato com os representantes junto ao CR da Adusp para tratar dos temas em pauta.

Realizada em 8/11/16, a 978ª sessão do Conselho Universitário (Co) aprovou as propostas de Regimento Interno da Comissão Permanente de Avaliação ("Nova CPA") e de "Estatuto do Docente", bem como uma ampliação do II Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV-2) e as Diretrizes Orçamentárias para a USP em 2017.

A aprovação da "Nova CPA" só foi possível por meio de uma manobra da Reitoria, que enviou aos conselheiros, apenas na noite do dia 3/11, a quarta versão das minutas, cuja novidade consistia na manutenção da Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT), sem mudanças no Estatuto. As minutas anteriores

previam a extinção da CERT, o que implicaria a reforma do Estatuto da USP, somente possível mediante aprovação no Co por dois terços do colegiado.

Assim, a proposta de “Nova CPA” sem a extinção da CERT, que recebeu 63 votos favoráveis e 32 contrários, com 9 abstenções, alcançou a maioria simples, sendo suficiente para aprovação de mudança regimental, mas não o seria para mudança estatutária. Até então o reitor vinha postergando o envio das propostas ao Co, por não ter segurança da aprovação por maioria de dois terços, dada a rejeição, pela maioria das congregações, à “Nova CPA” e ao “Estatuto do Docente”.

A diferença de meros quatro dias entre a apresentação da nova versão da proposta e sua votação no Co despertou novas críticas ao comportamento da gestão M.A. Zago-V. Agopyan. Frente ao cenário de incongruências, vários diretores de unidades preferiram abster-se. Houve votos contrários como o da diretora da FFLCH e ex-pró-reitora Maria Arminda do Nascimento Arruda, e o do ex-vice-reitor Hélio Nogueira da Cruz, representante da Congregação da FEA.

Como na reunião do Co de 4/10/16, em seu discurso, o reitor depreciou os conselheiros que se pronunciaram contrariamente às propostas da Reitoria. “Nós ouvimos uma ladainha que estamos acostumados [a ouvir] toda vez que se traz um projeto para votação no Co: dizer que precisa de mais tempo”, declarou, após citar “interesses corporativos de grupos e associações, que visam ações políticas”. Ele disse encarar as referências à falta de legitimidade das propostas e à necessidade de mais tempo para analisá-las “como um escárnio a todo o sistema colegiado da universidade”.

O reitor ignorou os diversos e reiterados pedidos de retirada de pauta como o da Adusp, apresentado em ofício encaminhado, na véspera, à Reitoria e a todos os membros do Co, e aqueles feitos durante a reunião por vários conselheiros. O parecer jurídico elaborado pela Adusp foi mencionado para justificar a proposta de retirada de pauta do assunto, já que seria necessária maioria de 2/3 para sua aprovação. Instada pelo reitor a se manifestar a respeito, a superintendente jurídica da USP, Maria Paula Dallari Bucci, declarou que o parecer jurídico da Adusp foi submetido à análise da Procuradoria Geral (PG), a qual “entende e conclui não haver objeção do ponto de vista da legalidade à tramitação dessa proposta”. Após a leitura do parecer da PG por Maria Paula, M.A. Zago limitou-se a anunciar: “Portanto está mantida na pauta”.

Novos pedidos de retirada da “Nova CPA” da pauta foram apresentados, de diferentes unidades, tais como, IAG, FE, IP, IME, FEA. Na sua intervenção de mérito, após pedir que a questão de ordem que apresentou fosse votada pelo Co um dos representantes dos funcionários técnico-administrativos, Bruno Sperb Rocha, denunciou a manobra da Reitoria para burlar a exigência de quórum de 2/3 e relacionou as propostas em discussão ao projeto de captação de recursos delegado à McKinsey&Company.

Após sua aprovação, o novo Regimento Interno da CPA, ou “Nova CPA”, incorporou dois destaques, aprovados por maioria. Um deles alterou o inciso II do artigo 5º, cuja redação previa que dos nove membros que compõem a CAI e a CAD, seis seriam eleitos pelo Co, “a partir das indicações das Congregações das Unidades e Conselhos Deliberativos de Museus e Institutos Especializados”. A nova redação resultante do destaque determina que esses seis membros de cada câmara da CPA (necessariamente professores titulares ou professores associados) sejam eleitos diretamente por todo o corpo docente da universidade, mediante a inscrição de candidaturas na Secretaria Geral da USP.

A Assembleia da Adusp realizada em 9/11/16, informada das deliberações do Co e das manobras levadas a cabo pelo Reitor para aprovar suas propostas, decidiu: avaliar a possibilidade de entrar com representação junto ao Ministério Público contra as deliberações do Co de 8/11, referentes à “Nova CPA” e ao "Estatuto do Docente"; publicar quadros contendo as votações nessa reunião do Co; denunciar a postura da Reitoria e a subserviência de parte dos membros do Co; caracterizar as votações como derrota da Reitoria, face à manobra visando a redução do número de votos necessários para aprovação das mudanças, fruto das denúncias da Adusp; promover debate com juristas sobre "a transformação de mudanças estatutárias em mudanças regimentais", com o intuito de reduzir o número de votos necessários para aprovação. Convidar a Procuradoria Geral da USP para debater; divulgar entre os colegas o vídeo da reunião do Co de 8/11. Aprovou também uma moção de agradecimento a estudantes e funcionários, membros do Co, por suas contundentes manifestações, que explicitaram meandros e manobras nessa reunião (Moção: http://www.adusp.org.br/index.php/delib-ag/2742-deliberacoes-da-assembleia-geral-de-9-11-2016).

4. O CASO MCKINSEY

Em 14/9/2016, a Adusp recebeu denúncia anônima de que a Reitoria da USP estaria em tratativas com um grupo de grandes empresários, que teriam contratado a empresa internacional de consultoria McKinsey&Company por intermédio de um “Termo de Doação de Serviços” cuja finalidade seria “criar um novo modelo de captação de recursos e gestão de orçamento para a universidade”.

Segundo a denúncia, haveria “Termo de Doação do trabalho dessa consultoria, no qual a Mckinsey consta como anuente” e a Mckinsey já teria apresentado um plano de 20 semanas de trabalho com objetivo de planejar “o futuro da universidade” e “criar um novo modelo de captação de recursos e de gestão do orçamento”, o que “indica uma possível mudança de legislação, bem como uma possível cobrança de mensalidade em cursos oferecidos pela USP”.

Diante da constatação de que, em 5/9/2016, a agenda oficial do Governador do Estado de São Paulo registrou a realização de audiência no Palácio dos Bandeirantes com as presenças dos professores Marco Antonio Zago, reitor da USP, Vahan Agopyan, vice-reitor da USP, e Américo Ceiki Sakamoto, coordenador do Projeto “USP do Futuro”; de representantes da própria empresa Mckinsey, como Patricia Ellen, Marcus Frank, Roberto Fantoni; de Nicola Calicchio Neto, presidente da Comunitas; e de dirigentes empresariais como o presidente do Conselho da Natura, o presidente do Grupo Cosan, o diretor de relações institucionais e comunicação corporativa do Itaú e um conselheiro da Ultrapar Participações S/A, o que permitiu considerar verossímil o teor da denúncia, a Diretoria da Adusp cuidou de protocolar em 19/9/2016 ofício ao reitor no qual solicitava “esclarecimentos sobre o objeto e os termos da relação formal estabelecida com a empresa McKinsey e os grupos empresariais citados, as informações relacionadas ao Projeto ‘USP do Futuro’, o propósito da audiência realizada no Palácio dos Bandeirantes, assim como os passos porventura planejados para divulgação e debate destas iniciativas e projeto com a sociedade, em especial com as instâncias administrativas e colegiadas desta Universidade”.

Os elementos da denúncia e da audiência ocorrida no palácio do governo suscitaram preocupação diante das possíveis relações que poderiam guardar com as tantas e desastrosas iniciativas que a gestão M.A. Zago-V. Agopyan tem adotado e proposto para a USP, sempre baseadas nas premissas de que a Universidade poderia prescindir do aumento do aporte dos recursos repassados pelo Estado para a sua manutenção; de que seria preciso adequar ou redimensionar a universidade aos recursos financeiros disponíveis; e de que a prioridade para mudanças estatutárias e normativas se encontraria na implantação de procedimentos de "avaliação" por meio da "Nova CPA".

Considerando a insistência da Reitoria em fazer aprovar seu projeto centralizado e controlador da atividade docente e dos projetos acadêmicos de departamentos e unidades, mesmo diante da ampla rejeição das instâncias institucionais, considerou-se possível que nos elementos dessa denúncia pudessem ser encontradas partes das razões até agora não reveladas para explicar o processo em curso. Em 21/9/16, a diretoria da Adusp emitiu a nota seguinte sobre o tema em questão:

NOTA DA DIRETORIA DA ADUSP

Em 19/9, a Adusp divulgou uma denúncia anônima de tratativas realizadas entre a Reitoria da USP, a consultoria Mckinsey&Company, a entidade Comunitas e grupos empresariais, cujo objetivo seria implantar novo modelo de gestão na universidade. O episódio teve grande repercussão pública e a Reitoria viu-se obrigada a reagir, admitindo a existência do projeto que leva o nome "USP do Futuro".

Que a Reitoria somente tenha anunciado a existência do projeto "USP do Futuro" após a publicação da denúncia é uma confissão de quão obscuros e comprometedores são os arranjos em curso. Apenas na segunda versão da sua nota é que aparece menção ao Portal da Transparência, mas sem explicitar qualquer dado que permita localizar os documentos relacionados ao convênio com a Mckinsey.

No entanto, até o momento a Reitoria não respondeu aos questionamentos da Adusp. Como se pode depreender da leitura dos tópicos abaixo, a nota que emitiu, feita às pressas, não se presta a um esclarecimento de fato, como é obrigação constitucional de uma instituição pública:

** "**A Universidade de São Paulo (USP) anuncia o desenvolvimento do projeto 'USP do Futuro', que visa à melhoria da gestão da Universidade, bem como ao aprimoramento e à ampliação da relação da Instituição com a sociedade e o setor produtivo".***

Não explica em que instância da USP foi tomada tal decisão, nem quando, nem por quê. Tampouco explicita o motivo de o projeto não ter sido anunciado antes, embora tenha havido reunião a respeito com o governador já no início de setembro.

**** "Os custos do projeto, que está sendo desenvolvido pela consultoria McKinsey, estão sendo pagos, em forma de doação, por um pool de ex-alunos da Universidade".***

Não explica quais são os custos, nem por que razão foi escolhida esta consultoria em especial. Omite que qualquer doação à USP precisa ser aprovada pelo Conselho Universitário.

**** "O acordo de cooperação e outros documentos foram assinados pela USP e demais participantes seguindo a tramitação de rotina e com a aprovação dos órgãos competentes da Universidade. Tais documentos estão disponíveis no Portal da Transparência da USP".***

Esse trecho, que foi incluído a posteriori na nota, carece de provas de que houve "tramitação de rotina" e "aprovação dos órgãos competentes".

**** "O programa está em sua etapa inicial de diagnóstico, que envolve entrevistas com gestores, dirigentes, ex-alunos, entre outros representantes da Universidade. À medida que se desenvolva, está prevista a ampliação do espectro de colaboradores e participantes. Nesse contexto, a iniciativa também foi apresentada ao governador Geraldo Alckmin, em audiência realizada no dia 5 de setembro".***

Se o programa está em fase de "diagnóstico", como explicar a reunião com o governador já com a presença de grandes empresários? Além disso, não informa o critério adotado para definir ex-alunos da USP como "representantes" da instituição.

**** "A USP esclarece, ainda, que não tem qualquer fundamento o boato de que o projeto inclua a cobrança de mensalidades nos cursos. A referência é descabida, já que esta é uma matéria regida pela Constituição***

Federal e sobre a qual as instituições públicas de ensino não têm qualquer ingerência".

A Reitoria procura desqualificar a denúncia, designando-a como "boato" ao invés de fundamentar a sua negativa de que o projeto envolva proposta de mudança de legislação que permita a cobrança de mensalidades.

Por fim, a Adusp considera que o extrato de convênio disponível no Portal da Transparência, que se resume a apenas três linhas — "cooperação entre os partícipes, para que a Comunitas e a Consultoria [Mckinsey] possam elaborar, mediante informações prestadas pela USP, projeto para criação de um modelo de captação de recursos e de gestão administrativa e financeira" — é vago e totalmente insatisfatório a um esclarecimento do caso.

*Portanto, a gestão M.A. Zago-V.Agopyan deixou de responder aos questionamentos expressos no ofício encaminhado pela Adusp e continua devendo amplas explicações à comunidade universitária e à sociedade, em especial sobre a possível vinculação entre esse projeto e a proposta de "**Nova CPA** - Estatuto do Docente", com que a Reitoria procura controlar o trabalho docente e reduzir a folha salarial não por razões acadêmicas, mas por limitações orçamentárias, à revelia da legislação.*

*A gravidade da situação e a relação entre as duas iniciativas, que os documentos deixam supor, constituem motivo suficiente para a suspensão de qualquer trâmite tanto do projeto "USP do Futuro" quanto da proposta de "**Nova CPA** - Estatuto do Docente". É esse o compromisso público que a Reitoria deve à comunidade acadêmica.*

***Diretoria da Adusp**, 21 de setembro de 2016*

A Reitoria desenvolveu tratativas com a McKinsey&Company e a "organização social" (Oscip) Comunitas pelo menos desde fins de junho de 2016, conforme data registrada no documento "Termo de Doação", sem tornar pública a iniciativa. Somente se manifestou, sem conseguir esconder o constrangimento, quando a denúncia veio a público. Num primeiro momento, anunciou em nota, que depois seria refeita sucessivas vezes, a existência de um certo projeto "USP do Futuro", o qual visaria "à melhoria da gestão da Universidade, bem como ao aprimoramento e à ampliação da relação da

Instituição com a sociedade e o setor produtivo" e "está sendo desenvolvido pela consultoria McKinsey".

Num segundo momento, ao falar diante do Conselho Universitário (Co), o reitor remeteu o projeto à proteção do programa Parceiros da USP, aprovado em dezembro de 2015. Buscou assim contornar o fato de que as tratativas foram conduzidas à revelia do Co. Contudo, pela obscuridade, conclui-se que o parentesco entre o programa Parceiros da USP e o incógnito projeto "USP do Futuro" é vago e nada convincente.

Mesmo após a denúncia e os questionamentos de vários membros do Co, mais de 50 dias se passaram sem que a Reitoria divulgasse a documentação completa dos acordos celebrados com as duas organizações privadas, o que reforça as suspeitas de que o projeto não se limita sequer a um novo modelo de financiamento e gestão, podendo vincular-se à tentativa de reformar Estatuto e Regimento para implantar uma avaliação centralizada via "Nova CPA" e "Estatuto do Docente".

Na ausência de justificativas ou explicações razoáveis, as perguntas acumularam-se e seguem sem respostas satisfatórias. Por exemplo: por que nenhum dos documentos divulgados faz qualquer menção ao propalado projeto "USP do Futuro"? De que portaria consta a nomeação do prefeito do *campus* de Ribeirão Preto, professor Américo Ceiki Sakamoto (FMRP), como coordenador desse projeto? Que outras pessoas estariam diretamente envolvidas com esse projeto além de Sakamoto? Quem são os "Amigos da USP"? Doações, como a que a Comunitas fez à USP ao comprometer-se com o pagamento da consultoria, não têm de ser votadas pelo Co? Por que razão a Reitoria omitiu o plano de trabalho da McKinsey?

Frente à gravidade do caso e a tantas indagações, a diretoria optou por publicar uma edição especial do *Informativo Adusp*, que trouxe uma descrição analítica dos instrumentos contratuais firmados entre os participantes deste imbróglio; os perfis das dirigentes da Comunitas e da McKinsey, que sugerem o que esperar dessas organizações; uma matéria sobre a atuação da McKinsey no Brasil, Argentina e Portugal, com ênfase no papel desempenhado pela consultoria no processo de privatização das telecomunicações; o parecer de professores da FE e a posição de parlamentares.

5. PARÂMETROS DE SUSTENTABILIDADE DA USP

Logo no início de março de 2017 a Reitoria da USP deixou claro o que teríamos que enfrentar neste semestre. A pauta da reunião do Conselho Universitário (Co) realizada em 7/3 incluía proposta da Reitoria de contingenciamento de recursos que limitaria também os investimentos das próximas gestões, obrigando-as a seguir a mesma política de arrocho salarial da atual gestão reitoral. Denominada “Parâmetros de Sustentabilidade Econômico-Financeira da USP”, a proposta da Reitoria complementa o artigo 22 do Estatuto da USP, estabelecendo que, além do orçamento anual, as gestões reitorais deverão elaborar normas orçamentárias anuais e quadrienais.

Como a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a proposta impõe limites aos gastos totais com pessoal. Mas o mais grave é que ***autoriza a Reitoria a, sempre que esse limite vier a ser ultrapassado, exonerar inclusive servidores concursados***, sejam eles docentes ou funcionários técnico-administrativos.

As normas orçamentárias propostas deverão seguir os parâmetros que dão título ao documento, definidos no Capítulo II, que estabelece como limite máximo de gastos totais com pessoal “85% das receitas relativas às liberações mensais de recursos do Tesouro do Estado de São Paulo”. Além disso, o texto estabelece que, a partir do percentual de 85%, ações de redução de gastos serão necessárias, como indicado no artigo 169 da Constituição Federal. A proposta da Reitoria prevê ainda que no mínimo 40% do número de servidores ativos sejam docentes; depois do segundo PIDV esse percentual é de aproximadamente 30% (6 mil docentes para 14 mil técnico-administrativos, aproximadamente). Se o número de docentes for mantido, isso implicará a exoneração de quase 5 mil técnico-administrativos nos próximos anos (além dos cerca de 3,5 mil já perdidos via as duas etapas do PIDV). A regra passaria a valer a partir de 2022, mas as regras transitórias buscam garantir que em pouco tempo esses percentuais sejam atingidos.

Para garantir a aprovação dos “Parâmetros de sustentabilidade econômico-financeira da USP”, em 7/3/17, Zago não hesitou em recorrer à força

de choque da Polícia Militar para reprimir uma manifestação pacífica em frente à Reitoria. Professores, funcionários, estudantes e até mesmo crianças foram submetidos a um ataque no qual se fez uso de bombas de gás lacrimogêneo, balas de borracha e cassetetes.

A reunião de 7/3/17 do Co se iniciou enquanto soldados do pelotão de choque da Força Tática da PM e outros, do chamado “policiamento comunitário” da Cidade Universitária, ainda perseguiam e agrediam manifestantes dentro do *campus*. No andar térreo do prédio da Reitoria, local de reunião dos conselheiros, a PM manteve detidas cinco pessoas, depois conduzidas em viaturas à 93ª Delegacia de Polícia Civil.

Ao chegar ao salão onde o colegiado se reuniria, o reitor foi recebido por gritos de “Fora, Zago!”. Apesar dos contundentes protestos da representação estudantil e da ausência de expressivo número de conselheiros, a Reitoria conseguiu iniciar e concluir a reunião, levando à votação o documento “Parâmetros de Sustentabilidade Econômico-Financeira”, cujo texto-base foi aprovado por escassa maioria: 52 votos favoráveis (43,7% do número total de membros do Co:), 32 contrários e duas abstenções. Porém, foram apresentados diversos destaques que deveriam ser apreciados na próxima reunião do Co.

No decorrer dos debates, representantes de congregações (FE, IP, FFLCH, IME), representantes dos funcionários e RDs fizeram uso da palavra não apenas para condenar a truculenta ação policial, mas, igualmente, repelir o teor do documento proposto pela Reitoria e os procedimentos empregados pela gestão M.A. Zago-V. Agopyan para conseguir sua aprovação.

Para atingir as metas que propôs, a Reitoria queria que o Conselho votasse pela aplicabilidade do artigo 169 da Constituição Federal, que nos seus incisos 4º a 7º prevê a exoneração de pessoal estável e concursado, e a extinção do respectivo cargo, o que compromete a possibilidade de expansão futura, mesmo que o financiamento aumente, pois os cargos não mais existirão para serem preenchidos.

Mais uma vez, uma proposta dessa envergadura, com enorme impacto para a instituição e para a vida dos que na USP estudam e trabalham foi aprovada em questão de dias, sem prévia discussão nas unidades.

Os atos autoritários do reitor extrapolaram todos os limites. Nada restou das promessas de diálogo e democratização de Zago e Agopyan, alardeadas na campanha em 2013, num inconteste estelionato eleitoral. Restaram apenas o desrespeito à comunidade e às normas democráticas inscritas na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que deveriam pautar a gestão educacional.

O reitor vem implantando medidas que corroem e descaracterizam a USP enquanto universidade pública e gratuita – um patrimônio público construído pelo esforço de gerações de docentes, funcionários e estudantes.

Em consonância com o governo Alckmin, sua gestão agride frontalmente espaços de ensino, pesquisa e extensão, como o HU, o HRAC, a Escola de Aplicação e as creches.

Ao promover planos de incentivo à demissão voluntária, que já resultaram na perda de milhares de funcionários, Zago fragilizou ou impediu o pleno funcionamento de setores essenciais da USP. Faltam políticas efetivas de acesso e permanência estudantil.

Os órgãos colegiados têm sido sistematicamente desconsiderados e as normas mais elementares do serviço público, acintosamente ignoradas. Iniciativas político-administrativas têm sido tomadas clandestinamente, à revelia da comunidade universitária. Informações de grande relevo continuam sendo sonegadas, o debate segue sendo cerceado.

A obscura contratação da McKinsey&Company, empresa de consultoria mundialmente conhecida por seu envolvimento em diversos escândalos, introduziu mais um capítulo numa história marcada pela conduta autocrática e sempre avessa à transparência.

Diante desse quadro, reunidos em Assembleia Geral no dia 9/3, os docentes da USP consideraram o reitor, que é escolhido para ser representante da comunidade acadêmica, *indigno do cargo que exerce* e declararam Zago e seus coniventes, omissos ou submissos vice-reitor e pró-reitores, *inimigos da universidade pública*.

Em 20/3/17, realizou-se no auditório da Geografia (FFLCH) um ato de repúdio à violência promovida pela Reitoria da USP em 7/3 contra uma

manifestação pacífica, dissolvida de modo truculento por um pelotão de choque da Força Tática da PM e pelos soldados do chamado “policiamento comunitário” da Cidade Universitária.

Na abertura, foi projetado um vídeo de quatro minutos sobre os acontecimentos de 7/3. O professor César Minto, presidente da Adusp, leu mensagem da Adusp: “Este é um momento grave e de muita indignação para todos nós, quando somos instados a realizar este ato de desagravo, devido à postura sistemática da Reitoria, absolutamente inadequada à administração de uma instituição pública e, sobretudo, de caráter educacional como é a Universidade de São Paulo (USP)”.

O ato contou com a presença de Pedro Serrano, representante da vereadora Sâmia Bonfim (PSOL), da professora Anatalina Lourenço (Apeoesp), do professor Pedro Paulo Chieffi (Comissão Editorial da *Revista Adusp*), da senhora Neusa Santana Alves (FASUBRA), do professor Carlos Belo (Adunifesp), da senhora Maria José Menezes (NCN), do deputado Carlos Giannazi (PSOL), da professora Zilda Iokoi (Diversitas), do professor João Chaves (Adunesp, coordenador do Fórum das Seis), do senhor Bruno Sperb Rocha (representante dos funcionários técnico-administrativos junto ao Co), do estudante Guilherme Fregonesi (DCE da USP), do senhor Magno de Carvalho (Sintusp). A mesa do ato leu diversas mensagens de solidariedade com a comunidade acadêmica da USP, entre elas a do deputado Raul Marcelo (PSOL), do professor Alfredo Bosi. Na ocasião, foi exibido também um vídeo gravado pelo deputado Ivan Valente (PSOL), da professora Maria Helena Patto (IP), do professor José Renato de Araújo (representante dos doutores junto ao Co).

6. CAMPANHA SALARIAL

Em 27/04/16, na que deveria ser uma primeira reunião de negociação, o Fórum das Seis reuniu-se com o Cruesp, que se recusou a discutir o índice de reajuste salarial, sob a alegação de desconhecer ainda a inflação de abril.

Na segunda reunião de "negociação", ocorrida em 16/5, o Fórum das Seis realizou um expressivo ato público. Em passeata que saiu do vão livre do MASP, na Avenida Paulista, e desceu a Rua Itapeva, rumo à sede do Cruesp, docentes, funcionários técnico-administrativos e estudantes das três universidades estaduais paulistas e do Centro Paula Souza, vindos de todas as regiões do Estado, manifestaram-se visando a uma efetiva negociação da pauta unificada (pauta: http://www.adusp.org.br/index.php/campanha-salarial-2016/2496-pauta-unificada-de-reivindicacoes-2016). Estudantes secundaristas e representantes de entidades, como a Apeoesp, estiveram presentes ao ato. O Cruesp propôs apenas um reajuste de 3% (três por cento).

Um relato detalhado da reunião de 16/5 pode ser encontrado no *Boletim do Fórum das Seis* de 17/5. Uma nova rodada de "negociação" ficou agendada para 30/5.

Em seu primeiro Comunicado de 2016, o Conselho de Reitores das universidades estaduais paulistas sinalizou um alto grau de dubiedade: "*No que diz respeito à Unesp, as disposições deste comunicado serão implantadas em período a ser definido oportunamente, respeitando-se suas disponibilidades orçamentárias e financeiras, e após decisão de seu Conselho Universitário. Quanto à USP, a aplicação das disposições deste comunicado dependerá de decisão de seu Conselho Universitário*".

Diante dessa proposta e da gravidade do conteúdo dos documentos que constituíam as "Normas de Avaliação Docente e Institucional", a Assembleia Geral da Adusp, de 17/5, aprovou o indicativo de greve e rejeitou a proposta da Reitoria de "Normas de Avaliação Docente e Institucional"**.**

A sessão seguinte da Assembleia Geral da Adusp, realizada em 23/5/16, aprovou greve a partir do dia 30/5, contra o desmonte da Universidade promovido pelo conjunto de políticas da Reitoria e do Cruesp, expresso no

arrocho salarial a que o Cruesp submeteu docentes e funcionários técnico-administrativos, na manobra do governo do Estado no repasse dos recursos do ICMS às universidades e na destruição do patrimônio da universidade que se expressa nos ataques ao HU, HRAC, creches e Escola de Aplicação, entre outros, reivindicando a contratação imediata de docentes e funcionários técnico-administrativos para recompor o quadro funcional da universidade e a abertura de todas as contas das universidades.

Na reunião de 30/5 entre Fórum das Seis e Cruesp, mais uma vez, não houve negociação. Os representantes dos reitores da USP e da Unicamp insistiram no índice de 3%, como o máximo possível na conjuntura. O único reitor presente, Júlio Cezar Durigan, avisou: *"A Unesp concorda com os 3%, mas não pode pagar agora, vai pagar quando puder*". No decorrer do debate, Durigan irritou-se com as críticas que sofreu. Gritou, bateu boca com representantes do Fórum das Seis e protagonizou um destempero ímpar na história de negociações de data-base entre o Cruesp e as entidades.

A bancada do Cruesp alegou que a queda na arrecadação do ICMS, informada recentemente pelo governo estadual, "reforça a posição dos 3% que foi colocada na mesa de negociações". Reconheceu, porém, que esse índice é "bastante aquém da inflação do período".

Seguiram-se várias intervenções de outros representantes do Fórum das Seis e mais destempero por parte dos representantes do Cruesp, que declarou, unilateralmente, estarem "encerradas as negociações". A partir desse quadro, a Assembleia da Adusp de 31/5 deliberou pela continuidade da greve, com a intensificação das suas atividades. Decidiu também encaminhar ofício à Reitoria, solicitando uma audiência para discutir a reabertura das negociações salariais e a retirada das propostas de Estatuto Docente e "Nova CPA" (Anexo 3 - Ofício Adusp 010/16 de 2/6/16). Aprovou ainda moção pela reinstauração de ampla democracia no país, recomendação aos docentes para que não entregassem os boletins de notas (veja em: http://www.adusp.org.br/index.php/mocoes/2581-pela-nao-entrega-de-notas).

É importante registrar que, na reunião extraordinária do Co de 24/5, convocada exclusivamente para tratar da definição do reajuste salarial de docentes e funcionários técnico-administrativos, o reitor insistiu na importância

de transferir a decisão sobre o reajuste salarial para o colegiado. No entanto, impediu que quaisquer propostas de reajuste acima dos 3%, definidos pelo Cruesp, fossem votadas.

Permeando a campanha salarial, o I Encontro de Professores da USP, realizado em 6/6/16, por iniciativa dos representantes das categorias docentes no Co, com o objetivo de debater carreira e avaliação, evidenciou imensa dificuldade dos representantes da Reitoria em sustentar as propostas em questão.

O debate opôs Maria Paula Dallari Bucci (FD) e Ricardo Terra, membros da comissão de sete integrantes nomeada pelo Reitor para propor reformas do Estatuto, ao professor Ciro Correia, representante da Adusp. Centenas de docentes compareceram e houve muitas intervenções do plenário, em sua grande maioria antagônicas à “Nova CPA” e ao “Estatuto do Docente” (conforme descrito no Item 3 deste relatório).

O Reitor adiou a decisão sobre a reforma, antes agendada para votação no Co em 28/6, para final de agosto. Mas a assembleia de 31/5 e os docentes presentes ao Encontro reivindicaram a retirada das propostas.

Reunidos em assembleia geral no dia 8/6/16, os docentes avaliaram os primeiros dias da greve iniciada no dia 30/5 e o I Encontro de Docentes, ocorrido em 6/6. A Assembleia avaliou ser necessário manter a ampliar a mobilização e, nesse sentido, deliberou pela manutenção da greve, com nova assembleia no dia 14/6 e participação na passeata até o Palácio dos Bandeirantes, organizada pelo Fórum das Seis para o dia 15/6; divulgação de manifesto pelo diálogo e contra a criminalização dos movimentos (íntegra do manifesto: http://www.adusp.org.br/index.php/campanha-salarial-2016/2596-deliberacoes-da-assembleia-da-adusp-de-08-06-2016); participação na Audiência Pública sobre LDO na Assembleia Legislativa (ALESP) que ocorreria em 17/06; inclusão da palavra de ordem “Fora Temer!” no material da greve; realização de debates e aulas públicas.

A Assembleia de 14/6 manteve a greve e decidiu propor ao Sintusp e DCE a realização de ato em frente à Reitoria, contra o desmonte da USP. O ato foi precedido de um abraço à sede do Sintusp, manifestando o apoio aos

funcionários na luta pela manutenção da sede de seu sindicato. Deliberou ainda remeter às assembleias setoriais para discussão, a proposta de cotas raciais para acesso à universidade, incluindo o projeto de lei em tramitação na Assembleia Legislativa, já aprovado pelo Grupo de Trabalho de Etnia, Gênero e Classe da Adusp. A plenária foi encerrada para que os docentes ali presentes caminhassem até a Reitoria da USP a fim de cobrar a resposta às solicitações de audiência com o reitor.

Os docentes encontraram as portas da Reitoria fechadas. Foram recebidos, sem passar da soleira, por um assessor, postado no vão da porta semiaberta. Porém, fechada em seu *bunker*, a Reitoria, que tem pregado o diálogo por meio de mensagens eletrônicas e vídeos, negou-se a receber o grupo e, em lugar disso, acionou a segurança do prédio e uma viatura da PM se posicionou em frente ao local. Depois de muita espera fora do prédio, impedidos de entrar inclusive na recepção, os docentes receberam uma mensagem escrita do chefe de gabinete da Reitoria com alguns esclarecimentos sobre pontos tratados nos ofícios, mas sem resposta explícita à solicitação de audiência com o reitor. Mais uma vez a reitoria reafirmou sua postura autoritária e recusou-se a considerar a diversidade de posições existentes na universidade.

Em 15/6/16, o Fórum das Seis realizou um ato reunindo docentes, funcionários técnicos-administrativos e estudantes da USP, Unesp e Unicamp com o objetivo de levar ao Palácio dos Bandeirantes as reivindicações da greve conjunta das três universidades. A manifestação reuniu cerca de duas mil pessoas, que saíram do portão principal da Cidade Universitária, percorreram as avenidas Vital Brasil, Francisco Morato, João Jorge Saad e Giovanni Gronchi, até chegar ao Palácio dos Bandeirantes, na Avenida Morumbi.

Quando a passeata se aproximava do Palácio, um cordão da Polícia Militar, escoltado por viaturas e motos, impediu os manifestantes de prosseguirem. Uma comissão do Fórum das Seis negociou a liberação da avenida com representantes da PM e do governador Geraldo Alckmin (PSDB) e o ato prosseguiu até o Palácio, onde 12 integrantes do Fórum das Seis entregaram aos assessores da Casa Civil documentos que reivindicavam o aumento de recursos para as universidades estaduais paulistas e o Centro Paula Souza (Ceeteps).

Atualmente, o repasse às universidades de 9,57% da Quota-Parte Estadual do ICMS sofre descontos indevidos. Isso se dá porque o governo estadual subtrai da base de cálculo do repasse itens como Habitação e diversas alíneas da arrecadação referentes a multas e juros, além de abater a receita da dívida ativa do ICMS e os descontos da Nota Fiscal Paulista. Com isso, apenas nos anos de 2014 e 2015, USP, Unesp e Unicamp deixaram de receber cerca de R$ 600 milhões.

Na luta para reverter tal manobra contábil, o Fórum das Seis reivindicou junto ao governo e à ALESP, que fossem feitas alterações na redação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), não apenas elevando o percentual de repasse de 9,57% para 10%, mas fazendo constar a expressão "*do total do produto do ICMS, Quota Parte do Estado*", afastando assim a prática utilizada pelo governo Alckmin. Após a greve das três categorias, em 2014, o Cruesp passou a defender o aumento do repasse para 9,907%, incluindo o termo "*total do produto do ICMS*"; porém, os reitores das estaduais paulistas deixaram de apresentar emendas à LDO com tal conteúdo, tanto em 2014 quanto em 2015. O assessor executivo da Casa Civil, Jesse James Latance, comprometeu-se com os representantes do Fórum das Seis a agendar uma audiência das entidades com o secretário estadual de Desenvolvimento, Márcio França (do PSB e também vice-governador), para tratar da questão de recursos na LDO de 2017, com previsão de ser votada até o final de junho.

Em assembleia realizada em 16/6/16, os docentes decidiram pela continuidade da greve e realização de assembleias nas unidades, cujas pautas deveriam incluir a avaliação do movimento, balanço da greve, perspectivas de continuidade da luta no 2º semestre e a discussão sobre o tema "Cotas". A plenária decidiu ainda encaminhar à Diretoria e à Comissão de Mobilização as seguintes sugestões: organizar visitas a escolas públicas para divulgar o caráter público e gratuito da USP; acompanhar as pautas das próximas reuniões do Co, incentivando as discussões sobre temas de interesse dos docentes; organizar com urgência debate sobre tetos para orçamento, que devem atingir diretamente as verbas para a Educação; elaborar, em conjunto com DCE e Sintusp, um manifesto reivindicando negociações já, em torno de uma pauta mínima comum às três entidades. Aprovou ainda uma moção de repúdio à

atitude da Reitoria, que não recebeu os docentes no dia 14/6 (veja a moção em: http://www.adusp.org.br/index.php/campanha-salarial-2016/2606-mocao-de-repudio).

Na noite de 16/6, mais uma vez, uma ação policial violenta tomou conta do *campus* Butantã. A PM, a postos desde as 18h, na entrada do *campus*, fechou o portão 2, impedindo a saída de estudantes, funcionários e professores, acompanhou a assembleia de estudantes, realizada em frente ao prédio da Reitoria e, sem justificativa alguma invadiu o Crusp com bombas de gás e balas de borracha. Imediatamente, a diretoria da Adusp denunciou e responsabilizou a reitoria por mais essa violência contra os movimentos e a assembleia geral dos docentes, de 21/6, aprovou manifesto no mesmo sentido (íntegra do documento: http://www.adusp.org.br/index.php/campanha-salarial-2016/2608-manifesto-contra-a-violencia-policial-na-usp).

A plenária de 21/6 deliberou ainda: manter a greve, com nova assembleia geral em 27/6; apoiar o Projeto de Lei apresentado pela Frente Pró Cotas e outros movimentos sociais, em tramitação na ALESP, com adendo em relação à população indígena (reserva de 2 vagas por curso, por período); no âmbito interno, lutar para que a Legislação Federal relativa a cotas seja aprovada no Co; encaminhar o detalhamento de propostas complementares para discussão na próxima assembleia da Adusp; elaborar manifestação de repúdio ao corte de ponto e consequente desconto nos salários de servidores em greve; elaborar pauta comum às três categorias da USP a ser entregue ao Reitor durante ato do dia 22/6/16; apoiar a negociação prevista para 24/6, entre funcionários e Reitoria via COPERT, relativa ao corte de ponto e desconto nos salários dos servidores em greve, acompanhando a reunião na condição de observador.

A Assembleia decidiu também remeter para discussão nas unidades todas as propostas apresentadas na assembleia de 21/6, a saber:

1. Retenção dos boletins de notas (conversar com os colegas que não aderiram à greve para que retenham suas notas, como forma de apoio ao movimento);

2. Organização de atividades interunidades visando a aprofundar a discussão sobre o processo de desmonte da USP, em especial no que se refere à Carreira Docente, Avaliação, HU, Creches, entre outros;

3. Elaboração de vídeos curtos, a serem disponibilizados na Internet, sobre a gravidade da situação financeira das Universidades Públicas Paulistas e o significado e consequências do processo de desmonte a que vêm sendo submetidas;

4. Indicativo de suspensão da greve, com a perspectiva de continuidade da luta contra o desmonte da Universidade a partir do início do 2º semestre;

5. Indicativo de greve em agosto pela retirada da proposta de "Estatuto dos Docentes" e "Nova CPA".

No dia 22/6, ocorreram no *campus* Butantã, dois atos que mobilizaram as categorias em greve. O primeiro deles, realizado em frente à Reitoria, tinha por objetivo protocolar um documento com as pautas comuns de docentes, funcionários técnico-administrativos e estudantes. O segundo, o ato-debate "Em Defesa do Direito de Greve e Manifestação", convocado pela Adusp, Sintusp e pelo Grupo de Pesquisa Trabalho e Capital da USP, teve lugar no vão do prédio da História e Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Centenas de pessoas participaram das atividades.

A carta conjunta das três categorias (Anexo 4) solicitava da Reitoria o agendamento de uma reunião para tratar de assuntos como os cortes de ponto de funcionários em greve, a repressão da Polícia Militar a estudantes e trabalhadores, o desmonte da Universidade, a adoção de cotas, as políticas de permanência estudantil, a recomposição dos quadros de docentes e funcionários, a retirada das propostas do "Estatuto do Docente" e da "Nova CPA" e a ameaça de despejo do Sintusp de sua sede. Porém, o chefe de gabinete da Reitoria, Thiago Liporaci, recusou-se a receber uma comissão formada por nove pessoas (sendo três representantes de cada categoria) que entregaria o documento, alegando não ser necessário, já que uma reunião de negociação estaria agendada para 24/6 — na verdade, tratava-se de uma reunião com representantes do Sintusp que discutiria a questão dos cortes de ponto.

O deputado Carlos Giannazi (PSOL) tentou intermediar a entrega da carta, solicitando pessoalmente a Liporaci que ao menos recebesse uma comissão de três membros (um para cada entidade representativa) para conversar sobre as pautas. Mas, embora tenha sido recebido pelo chefe de gabinete, o parlamentar não conseguiu convencê-lo a fazer entrar a comissão. Finalmente, Liporaci concordou em descer à entrada do prédio para receber a carta, mas limitou-se a protocolar o documento, negando-se a agendar qualquer reunião de negociação ou discutir qualquer uma das pautas.

Da Reitoria, os manifestantes encaminharam-se ao vão do prédio da História e Geografia, na FFLCH, onde ocorreria o ato-debate sobre o direito de greve. Mediado por Jorge Luis Souto Maior, juiz do trabalho e docente da Faculdade de Direito (FD), o encontro reuniu representantes de entidades sindicais, movimentos sociais, associações de juristas, juízes e advogados, para discutir e relatar as experiências das diversas categorias de trabalhadores em suas greves e como estes têm enfrentado as diversas formas de repressão às suas mobilizações. "*Os problemas enfrentados por uma categoria específica de trabalhadores são problemas que atingem toda a classe trabalhadora e essa identidade deve ser percebida, inclusive para retomar algo importante que é o espírito de solidariedade*", disse Souto Maior, justificando a importância do ato/debate.

Compuseram a mesa do debate o jurista Hugo Cavalcanti Melo Filho, professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco, Jeruza Maria Souza Costa, representante do Sindicato Nacional dos Trabalhadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Raquel Morel Gonzaga, diretora do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo (Sintrajud), Guilherme Guimarães Feliciano, docente da FD, o professor Osvaldo Coggiola, chefe do Departamento de História da FFLCH, Bruno Sperb Rocha, diretor do Sintusp e Kimi Tomizaki, vice-presidente da Adusp.

A Reitoria e o Cruesp mantiveram sua intransigência e não reabriram negociações com as entidades. Em nova assembleia no dia 27/6, os docentes decidiram pela continuidade da greve, em função da necessidade de intensificar a mobilização para o Ato na Assembleia Legislativa (Alesp), durante reunião da

Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento (CFOP), na quarta-feira, 29/6, pela aprovação das emendas apresentadas pelo Fórum das Seis.

Decidiram ainda recompor a Comissão de Mobilização da Adusp, ampliando as unidades representadas, visando à elaboração de um Calendário de Atividades de Mobilização; constituir uma comissão de docentes para acompanhar e denunciar casos de cortes de ponto, descontos nos salários e punições a grevistas; preparar material sobre o processo de desmonte da Universidade, nos seus diferentes aspectos (Carreira, nova CPA, HU, Creches, Financiamento, etc.) durante o mês de julho; organizar dias de mobilização semanais, durante todo o mês de agosto, com debates em diferentes unidades sobre o processo de desmonte da USP; paralisar as atividades docentes nos dias de reuniões do Co que discutirão as propostas da Reitoria sobre carreira e avaliação; organizar, a partir das entidades representativas, reuniões com estudantes e funcionários visando a avaliar o movimento e a aperfeiçoar a articulação política entre as diferentes categorias; instar os diretores e representantes das congregações a atuarem em concordância com a posição de suas unidades, especialmente no que se refere às propostas da Reitoria de "Estatuto dos Docentes" e "Nova CPA"; cobrar dos diretores que relatem a reunião do reitor com os diretores, que substituiu a reunião do Co prevista para o dia 28/6.

A manifestação na Alesp, em 29/6/16, contou com a presença de cerca de 500 estudantes, funcionários e docentes das três universidades. Visava a pressionar a CFOP (Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento) a incluir no seu relatório emendas destinando percentuais maiores que os atuais 9,57% do ICMS às universidades públicas paulistas. Mas não foi o que ocorreu: em uma sessão que durou menos que 5 minutos, o rolo compressor da bancada governista aprovou o texto do relator, deixando de fora todas as emendas propostas. Mais uma vez, o executivo fez valer sua vontade.

Em nova assembleia realizada em 30/6, a categoria decidiu encerrar a greve, mantendo-se em assembleia permanente. Decidiu ainda discutir e organizar a reposição das aulas e avaliações conjuntamente com os estudantes, visando a preservar a qualidade do ensino e o respeito ao movimento dos estudantes, que permanecem em greve em várias unidades; elaborar um

manifesto de encerramento da greve para ser lido em sala de aula, durante o período de reposição; constituir uma comissão de docentes para acompanhar e denunciar casos de cortes de ponto, descontos nos salários e punições a grevistas; preparar material sobre o processo de desmonte da Universidade, nos seus diferentes aspectos (Carreira, “Nova CPA”, HU, Creches, Financiamento, etc.) durante o mês de julho; organizar dias de mobilização semanais, durante todo o mês de agosto, com debates nas diferentes unidades sobre o processo de desmonte da USP; paralisar as atividades docentes nos dias de reuniões do Co que discutiriam as propostas da Reitoria sobre carreira e avaliação; organizar reuniões com estudantes e funcionários visando a avaliar o movimento e a aperfeiçoar a articulação política entre as diferentes categorias; instar os diretores e representantes das congregações a atuarem em concordância com a posição de suas unidades, especialmente no que se refere às propostas da Reitoria de “Estatuto dos Docentes” e “Nova CPA”; cobrar dos diretores que relatem a reunião do reitor com os diretores, que substituiu a reunião do Co prevista para o dia 28/6.

A avaliação da diretoria da Adusp acerca do movimento foi de que a greve expôs a marca da gestão M.A. Zago-V. Agopyan, que tem sido a extrema intransigência e a recusa sistemática ao diálogo. Uma análise mais aprofundada do movimento grevista pode ser encontrada no *Informativo Adusp* 421.

Os funcionários técnico-administrativos mantiveram-se em greve, em função dos descontos efetuados pela Reitoria nos salários dos grevistas. Encerrada a greve em 18/7, os descontos dos salários só poderiam ocorrer até o mês de agosto, já que a paralisação terminou antes do fechamento da folha de pagamento de julho. Contudo, apareceram descontos retroativos nos holerites de setembro, o que caracterizaria um novo ataque da Reitoria ao movimento grevista. Os descontos referentes aos dias não trabalhados foram feitos pela USP porque a Justiça negou liminar para suspender os descontos.

Como já havia ocorrido em 2014, o Tribunal Regional do Trabalho (TRT-2), ao julgar dissídio ajuizado pelo Sindicato dos Trabalhadores (Sintusp), considerou “legal e não abusiva” a greve realizada pelos funcionários técnico-administrativos em 2016 e determinou à Reitoria da USP que pagasse os dias

parados, isto é: os salários que descontou ilegalmente da categoria. Assim, encerrou-se a campanha salarial de 2016.

O processo de discussão da pauta unificada da campanha salarial de 2017 teve início em março, e a assembleia geral da Adusp de 22/3/17, após debater as propostas encaminhadas pelo Fórum das Seis, aprovou reivindicar: fim da militarização das universidades e da criminalização dos movimentos; garantia de isonomia entre USP, Unesp, Unicamp e Centro Paula Souza; reposição salarial correspondente à inflação de maio/2016 a abril/2017 de acordo com o ICV-Dieese; adoção de medidas específicas contemplando servidores em início de carreira; definição de política para reposição de perdas relativas ao ano anterior e perdas históricas; adoção de políticas efetivas de acesso e permanência estudantil; atuação conjunta do Fórum e Cruesp para garantir que os repasses do tesouro estadual sejam feitos corretamente; maior aporte de recursos para as universidades, considerando a expansão ocorrida nas últimas décadas e oposição às reformas trabalhistas e da previdência.

O Fórum das Seis protocolou a entrega da pauta unificada de reivindicações de 2017 em 7/4 (veja a íntegra dessa pauta em: http://www.adusp.org.br/index.php/cs2017/2835-pauta-unificada-de-reivindicacoes-2017).

Na reunião de negociação ocorrida em 17/5/17, o reitor da Unesp e atual presidente do Cruesp informou aos representantes das entidades a decisão dos reitores de oferecer reajuste nulo aos servidores e docentes das três universidades. Alegou “dificuldades orçamentárias e financeiras” das universidades. Os representantes do Fórum das Seis criticaram a postura dos reitores, repetida há anos: uma clara opção política por manter as universidades estaduais paulistas à custa de arrocho salarial, da deterioração das condições de trabalho e da estagnação da permanência estudantil.

A crise de financiamento vem sendo denunciada pelos sindicatos há décadas, mas os reitores nunca se propuseram a questionar a política do governo estadual, que confisca recursos das universidades sistematicamente. Ressaltaram que se essa proposta for mantida, os salários pagos na USP e na Unicamp acumularão perda acumulada de 10% no seu poder aquisitivo, nos últimos dois anos. No caso da Unesp, essa perda fica em torno de 13%, dado

que docentes e funcionários desta universidade não receberam os 3% de reajuste do ano de 2016.

O presidente da Adusp criticou, ainda, o fato de a Reitoria efetivar um Plano de Incentivo à Demissão Voluntária em duas etapas (PIDV 1 e 2) — sem qualquer estudo de impacto — e estar autorizada a instituir na USP a relação de 40% de docentes para 60% de funcionários, o que poderá resultar na perda de mais 5 mil técnico-administrativos nos próximos anos.

Reunião do Conselho Universitário (Co) de 30/5 aprovou as propostas de "reajuste salarial" zero para docentes e funcionários e de uma segunda edição do Programa de Incentivo à Redução de Jornada (PIRJ). A discussão e deliberação favorável ao congelamento dos salários referendou parecer da Comissão de Orçamento e Patrimônio (COP), o qual, *"com base no Comunicado Cruesp 01/2017 e atendendo à solicitação do Gabinete do Reitor, manifesta-se favoravelmente à manutenção dos salários dos docentes e servidores técnicos e administrativos da USP, considerando que o alto nível de comprometimento do orçamento com folha de pagamento, bem como a grande diminuição do volume de reservas financeiras da Universidade, não permite realizar qualquer reajuste salarial neste momento*".

O "reajuste" zero foi referendado por 70 votos a 16, com 6 abstenções. Contudo, também foram aprovados na reunião dois destaques para serem levados ao Cruesp pelo reitor. O primeiro, defendido pelos professores Paulo Inácio (IB), André Singer (FFLCH) e Marcos Magalhães (IME), é de que haja reajuste para docentes e funcionários situados nas menores faixas salariais, o que seria estudado pela COP. O segundo destaque, de autoria de Singer, é de que o reajuste seja reavaliado no segundo semestre em caso de aumento na arrecadação do ICMS.

Outra proposta aprovada pelo Co em meio a críticas, foi a implantação de outra edição do Programa de Incentivo à Redução de Jornada (PIRJ), um programa voluntário para a redução da jornada de trabalho de servidores, de 40 horas semanais para 30 horas semanais, com redução proporcional dos salários. A primeira edição do PIRJ recebeu a adesão de 352 pessoas.

No mesmo dia em que a Unicamp aprovou a adoção do sistema de cotas étnico-raciais a partir de 2019 (ainda que sem definir a correspondente

política de permanência), o Co da USP realizou, finalmente, uma discussão temática sobre ações afirmativas no ensino superior.

Nova rodada de negociação ocorreu na manhã de 5/6/17. Mesmo debaixo de chuva, professores, estudantes e funcionários técnico-administrativos das três universidades estaduais paulistas se reuniram para protestar contra o reajuste zero, em frente à sede do Cruesp. Contudo, a proposta de “reajuste” salarial zero foi mantida pelo Cruesp.

Durante a reunião, os representantes do Fórum das Seis reiteraram a necessidade de que os reitores pressionassem o governador Geraldo Alckmin e sua base aliada na Alesp para solucionar a crise de financiamento que assola USP, Unesp e Unicamp, destacando que continuam ocorrendo descontos indevidos no repasse do ICMS. Destacaram também que o Tesouro do Estado não arca com o pagamento da “insuficiência financeira”, isto é, não cobre o montante dispendido com o pagamento de aposentados e pensionistas, para além do que se arrecada por meio da contribuição dos servidores (11%) e das universidades (22%), porém o Cruesp não se comprometeu a encampar essa luta no momento.

Mais uma vez, o Cruesp encerrou unilateralmente as “negociações” da data-base e novas rodadas de assembleia das entidades ainda estarão ocorrendo durante a segunda quinzena de junho.

7. MOVIMENTO PELA CIÊNCIA E TECNOLOGIA PÚBLICAS (MCTP)

Desde o primeiro semestre de 2016, a Adusp participa do Movimento pela Ciência e Tecnologia Pública (MCTP), que congrega várias entidades dos setores de ensino e pesquisa. Esse movimento tem realizado várias reuniões de organização e alguns eventos abertos, principalmente fora da capital, sendo que representantes da Adusp têm participado regularmente dessas atividades. Além disso, a Adusp publicou o manifesto pela ciência e tecnologia públicas (http://adusp.org.br/index.php/ciencia-tecnologia-e-inovacao/2539-manifesto-do-movimento-pela-ciencia-e-tecnologia-publicas).

Apesar de a Adusp não ter um GT específico sobre a temática C&T (Ciência e Tecnologia), os diretores Adriana Tufaile e César Minto participaram de várias reuniões do Grupo de Trabalho de Ciência e Tecnologia do ANDES-SN (nos meses de março, junho, agosto, outubro e dezembro/2016 e em janeiro e março de 2017). Contribuíram também com a elaboração dos documentos abaixo relacionados: Cartilha sobre o tema C&T elaborada pelo ANDES-SN – "Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei 13243/16): riscos e consequências para as universidades e a produção científica no Brasil"; *InformAndes Especial* sobre o Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação.

A Adusp esteve também representada no II Seminário Nacional de C&T do ANDES-SN, "Desenvolvimento, Universidade e Política de C&T", realizado nos dias 1 e 2 de dezembro de 2016, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro/RJ.

Além disso, a Adusp copatrocinou os seguintes eventos para discussão do tema: Ciência e Tecnologia Pública: Retrocessos impostos pelo Marco (i)Legal da CT&I, 16/8/2016, auditório da Adunicamp, Unicamp, Campinas/SP; Ciência e Tecnologia Pública: desmonte do Estado e o futuro das cidades, 20/9/2016, auditório do SASP, São Paulo/SP; II Seminário Nacional de C&T do ANDES-SN, "Desenvolvimento, Universidade e Política de C&T", realizado nos dias 1 e 2 de dezembro de 2016, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro/RJ e "Ciência e Tecnologia Pública: em risco de extinção", 18/4/2017, Instituo de Ciência e Tecnologia da Unifesp, São José dos Campos, SP.

8. GRUPOS DE TRABALHO (GT) E COMISSÕES INTERNAS (CI)

A Adusp tem diversos Grupos de Trabalho (GT) e Comissões Internas (CI). Os Grupos são temáticos e abertos à participação dos docentes associados à entidade, enquanto que as Comissões Internas são compostas por integrantes da Diretoria.

Os GT Direitos Humanos, GT Educação, GT Fórum das Seis, GT Sarau, GT Saúde e GT Etnia, Gênero e Classe são alguns dos grupos de trabalho da Adusp. As CI Aproximação da Base, CI Previdência, CI Atendimento ao Docente Filiado e CI Jurídico são algumas das comissões internas da entidade.

A seguir, breve relato dos trabalhos de alguns dos GT, no período de abril/16 a março/17.

GT - Etnia, Gênero e Classe (GTEGC)

O GTEGC – Grupo de Trabalho Etnia, Gênero e Classe da Adusp é formado pelos docentes: Annie S. Hsiou (FFCLRP), Elisabete Franco (EACH), Helder Garmes (FFLCH), Ivã Gurgel (IF) e Rosangela Sarteschi (FFLCH).

Sempre que possível, os representantes do GTEGC – Adusp participam das atividades organizadas pelo GTPCEGDS (Grupo de Trabalho de Política de Classe para as Questões Étnico-raciais, de Gênero e Diversidade Sexual) do ANDES-SN.

Em 21/6/16, o ANDES-SN lançou uma cartilha organizada pelo GTPCEGDS intitulada “Em defesa dos direitos das mulheres, dos indígenas, das(os) negras(os) e das(os) LGBT” (documento disponível em: http://www.andes.org.br/andes/portal-documento.andes).

Durante o período de abril de 2016 e março de 2017, o GTPCEGDS do ANDES-SN realizou dois encontros. O primeiro em 24 e 25/9/16, em Salvador-BA, no qual não foi possível contar com a participação de representantes do GT da Adusp.

O GTEGC esteve representado no segundo evento do GTPCEGDS, realizado nos dias 17 e 18/3/17, na cidade de Brasília-DF, pela professora Annie Hsiou.

A abertura da reunião de 17/3/17 teve como convidada Erika Andreassy, representante do Instituto Latino-Americano de Estudos Socioeconômicos (ILAESE), que discorreu sobre formas de combater assédio (moral/sexual), machismo e violência de gênero nos ambientes sindicais (ou de trabalho). Em sua explanação, não evitou abordar os assuntos mais polêmicos apontando mecanismos de combate ao assédio. Comentou que, em função dos casos ocorridos durante o último congresso do ANDES, o sindicato deveria discutir formas de prevenir e eventualmente penalizar o assediador (pois não é um caso isolado do sindicato). Neste ponto não houve avanço, talvez porque houvesse certo desconforto por parte de companheiros/as em relação à ideia de instituir penalidades/sanções.

No entanto, um setor da Diretoria, composto principalmente por mulheres, acredita que se deva construir uma estratégia e/ou instrumento que vá além de constranger o agressor/assediador. A Diretoria alegou que já existe uma Comissão de Ética constituída em 2016, que tem como tarefa organizar proposta de regimento interno a ser incluído no Estatuto do Andes. Érika mencionou a cartilha "Manual do Cipeiro", publicada pelo ILAESE, que contém o capítulo "Assédio moral também é um problema" (link da cartilha: http://www.ilaese.org.br/wp-content/uploads/2012/10/miolo-cartilha-cipa.pdf), que poderia ser útil para as ADs elaborarem suas próprias cartilhas sobre o tema.

Para os próximos congressos do ANDES-SN, pretende-se criar uma Comissão de Prevenção e Acolhimento que lidará com os casos de assédio. O GT apontou a necessidade de que a Diretoria escreva uma TR para o CONAD sobre o tema assédio no sindicato. No dia 18/3, a reunião contou com um número grande de participantes e teve início com os informes das ADs, que em sua maioria, considerou que as atividades desenvolvidas no dia 8/3 representaram um marco nas lutas no país, que impulsionaram os grandes atos no dia 15 de março.

A seguir, foram dados os informes da Diretoria sobre a Reunião nacional da CSP-Conlutas que contou com a presença de 10 diretores sindicais, incluindo Cláudia no GT-Mulheres da CSP (em torno de 50 mulheres na reunião); Informou sobre as atividades de 28/3 (#OcupaBrasília, defesa da greve geral contra a reforma da previdência) e o II Encontro LGBT CSP-Conlutas, que

deveria ocorrer em abril de 2017. Discutiu-se também a organização do Seminário de Mulheres do ANDES-SN, a ser realizado na UFPEL de 24 a 26 de agosto de 2017. Para esse seminário seria convidada Angela Davis para a abertura e discutiu-se o cronograma do seminário:

- 24/08 – Mesa redonda feminismo negro/trans: Plenária das Mulheres
- 25/08 – Seminário Diversidade e Plenária Diversidade
- 26/08 – Políticas de reparações/ações, Avaliação histórica, Avaliação geral. Está prevista também a exibição de um painel / curta metragem sobre as mulheres russas, em homenagem aos 100 anos da Revolução Russa.

GTPAUA

A Adusp conta com uma representante, professora Lilian Gregory, da FMVZ-USP, no GTPAUA – Grupo de Trabalho de Política Agrária, Urbana e Ambiental do ANDES-SN. Ainda não está constituído um GT local sobre o tema. A professora Lilian participou de duas reuniões do GT nesse período.

A primeira delas, realizada nos dias 3 e 4 de junho de 2016, na Adunicamp. Nessa reunião apontou-se a necessidade de discussão das políticas governamentais que promovem o avanço do capital em detrimento dos recursos naturais, do ambiente e da população e o quanto esta discussão se relaciona diretamente com a nossa atuação enquanto sindicato, docentes e pesquisadores. Destacou-se a situação daqueles moradores que se rebelam contra grandes empresas de mineração, agronegócio e empreiteiras, que vêm destruindo biomas e o ambiente em sua totalidade, e que têm sido ameaçados de morte ou até mesmo mortos. Foi discutida também a situação da população de Bento Rodrigues/MG, atingida pelo rompimento da barragem e que segue sofrendo ameaças e pressões, diretas e indiretas, da Samarco e do Estado; a ausência nos debates e ações sobre meio ambiente, de sujeitos do Direito Ambiental; a necessidade de pensar e discutir as questões sanitárias e epidemiológicas como pauta de debate e luta em defesa do meio ambiente e por último a necessidade de estabelecer a interligação entre recursos naturais, energia, e produção de conhecimento, que determinam as relações de poder.

Após a discussão, os principais encaminhamentos foram: Intensificar a interlocução e efetivação de projetos alternativos dos movimentos sociais organizados – agricultura orgânica e familiar, defesa e gestão ambiental; Intensificar o debate e ações, junto aos com movimentos sociais, sobre mobilidade urbana; Verificar junto às Seções Sindicais e Secretarias Regionais, o que tem sido feito, no campo legal e administrativo, com relação a licenciamento ambiental; Intensificar, junto aos movimentos sociais organizados, o debate sobre política energética; Ampliar a articulação da Encarregatura de Relações Internacionais do ANDES-SN, com movimentos internacionais organizados relacionados à educação, pesquisa, políticas públicas, soberania alimentar, meio ambiente; Realização de evento nacional, precedido de eventos locais e regionais, sobre matriz energética renovável.

A segunda reunião do GT realizou-se em Brasília, na sede do ANDES-SN, nos dias 8 e 9 de outubro de 2016. Nesse encontro, manifestou-se a preocupação com o fato de que é preciso incluir as pautas do GT nas discussões das seções sindicais e das regionais do ANDES. Destacou-se a necessidade de focar as discussões do GT na política energética, organizando um evento de caráter nacional sobre o tema, considerado central pelo GT.

O GT apontou a necessidade de melhorar os textos apresentados ao CONAD e aos Congressos, que têm sido pouco claros. Considera o GT que a pouca discussão na base e a falta de clareza dos textos apresentados têm implicado em decisões pouco efetivas.

Sobre a produção de materiais, discutiu-se a necessidade de o GT produzir um caderno, tratando de temas como Questões Urbana (Leandro, Rose), Meio Ambiente (Edinho, Henrique, Lilian, Aderaldo), Energia (Philomena, Domingues).

O GT considera que suas reuniões deveriam ser semestrais e realizadas em locais onde haja questões relacionadas aos temas em pauta no GT e em evidência na realidade nacional. Cogitou-se também de propor a discussão sobre a unificação do GTPAUA com o GT C&T. A realização de seminários regionais ou nacional para aprofundar as questões do GTPAUA foi considerada oportuna pelo GT.

Os principais encaminhamentos desta reunião foram: propor a discussão de que os Congressos do ANDES-SN sejam precedidos por seminário sobre a realidade do local em que ocorrerá o evento; propor a fusão do GTPAUA com GTC&T; propor que as reuniões do GTPAUA ocorram em locais com graves impactos socioambientais, ordinariamente a cada seis meses; propor a produção de materiais e publicações, caderno, cartilhas, etc. sobre os temas tratados pelo GTPAUA; realizar seminários regionais e nacional em 2017 para aprofundar as questões do GTPAUA; levantar mais dados sobre o que foi denominada “dívida ecológica” e elaborar uma síntese sobre a questão do nióbio para apresentar no próximo Conad.

GT – Política Educacional (GTPE)

Compõem a formação atual do Grupo de Trabalho de Política Educacional (GTPE) da Adusp a(o)s docentes Carmem Sylvia Vidigal de Moraes (FE), César Augusto Minto (FE), Eduardo Girotto (FFLCH), Ivã Gurgel (IF), João Zanetic (IF), Lighia Brigitta Horodynski Matsushigue (IF), Lisete Regina Gomes Arelaro (FE), Otaviano Helene (IF) e Rubens Barbosa de Camargo (FE).

Ao longo do primeiro semestre de 2016, membros do GT participaram de seminários e encontros relativos à construção do Plano Estadual de Educação (PEE) e acompanharam sua tramitação na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), até 16 de junho, quando a Assembleia aprovou o PEE elaborado pelo governo.

Em março de 2016, membros do GT participaram da Conferência Popular de Educação, da Apeoesp, e do I Congresso da E. E. Prof. Emygdio de Barros, com temática sobre a escola que a comunidade quer, com vistas a desenhar o Projeto Político Pedagógico (PPP).

Em abril de 2016, o GTPE reuniu-se para discutir a participação no II ENE – Encontro Nacional de Educação, em junho de 2016, na Universidade de Brasília; também houve participação da reunião preparatória que ocorreu no dia 30 de abril na sede da Apeoesp.

A reunião de maio debateu a política de cotas da universidade e a formação da delegação para o II ENE.

A delegação do GTPE participou do II ENE, no período de 16 a 18 de

junho de 2016, em Brasília. Diversos grupos de trabalho foram constituídos para trabalhar os eixos: a) Acesso e permanência; b) Avaliação; c) Trabalho e formação dos/as trabalhadores/as da educação; d) Financiamento; e) Gestão; f) Gênero, sexualidade, orientação sexual e questões étnico-raciais. As plenárias sistematizaram propostas de organização e agenda de lutas e aprovaram diversas moções. Para conhecer o relatório completo do II ENE, acesse: https://ene2016blog.files.wordpress.com/2016/07/relatocc81rio-ii-ene.pdf

As reuniões seguintes do GTPE, em julho e agosto, prepararam a reunião seguinte do GTPE/Andes-SN, que ocorreu nos dias 05 e 06 de agosto, em Brasília, quando apresentamos nossos informes: PEE do Governo Alckmin; PL da “escola sem partido”; PIDV na USP e o impacto no Hospital Universitário (HU), nas creches e na Escola de Aplicação; avaliação docente e plano de carreira; cotas; participação do II ENE.

A reunião de setembro o GT abordou e avaliou essa precedente reunião do GTPE do Andes e debateu o PL da “escola sem partido”.

O GT voltou a reunir-se em 26/10/16, quando discutiu o impacto das desastrosas iniciativas federais, estaduais e da Reitoria da USP sobre a educação pública. Debateu-se também o impacto da MP 746/2016 (“reforma do ensino médio”, convertida na lei 13.415/2017) nas licenciaturas e no Ensino Médio.

Na reunião de dezembro, os debates principais discorreram sobre: a figura do “notório saber”, que estava em pauta em um PL, na ALESP; a falta de docentes na Escola de Aplicação da FEUSP; as consequências das iniciativas da Reitoria acerca do Hospital Universitário (HU), desconsiderando-o como uma efetiva unidade de ensino da USP.

A primeira reunião de 2017, do GTPE, aconteceu em fevereiro. O grupo deliberou visitar as unidades de ensino na área da Saúde para organizar alguma atividade conjunta contra o desmonte do Hospital Universitário; foi acordado que, antes, seria conveniente realizar uma reunião, conjunta com o GT Saúde/Adusp, com o clínico Gerson Salvador, do HU, e também diretor do Sindicato dos Médicos. Essa reunião ocorreu, sendo os membros dos GT informados sobre as consequências do desmonte, já praticado pela Reitoria, sobre o atendimento do HU, tanto do público externo e interno à USP, em

relação à atenção secundária e primária (nesse caso a funcionários e alunos da USP) à Saúde, quanto em sua função como unidade de ensino para os muitos cursos que ali complementam sua formação (além da área diretamente da Saúde - estudantes da FM e Saúde Pública, inclusive Fofito e Nutrição, Escola de Enfermagem, também Gerontologia e Obstetrícia da EACH, Farmácia etc.). O GT resolveu focar sua atuação, inicialmente, em contatar os centros acadêmicos das unidades de Saúde, ainda no primeiro semestre deste ano.

Síntese de eventos do ANDES-SN no período, que contaram com a presença de membros do GTPE da Adusp (em ordem temporal inversa)

*Reunião do GTPE do ANDES-SN, 7 de maio de 2017 (domingo), das 9h às 18h, na Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, Auditório do Centro de Ciências Exatas: discussão das recentes medidas na área da Educação e do V Seminário;

*V Seminário Estado e Educação, 4 a 6 de maio de 2017, na Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, Vitória/ES;

*Reunião do GTPE do ANDES-SN, 7 e 8 de abril de 2017 (sexta e sábado), em Brasília-DF: redação final do documento de análise da “reforma do ensino médio”;

*Reunião do GTPE do ANDES-SN, 17, 18 e 19 de fevereiro de 2017 (sexta a domingo), em Brasília-DF; discussão e análise da “reforma do ensino médio”;

*Reunião do GTPE do ANDES-SN, 28 e 29 de outubro de 2016 (sexta e sábado), Brasília/DF: discussão dos novos ataques à Educação, superior e básica;

*Reunião do GTPE do ANDES-SN, 9 a 11 de setembro de 2016, Sede do ANDES-SN (SCS, Quadra 2, Bloco c, Ed. Cedro II, 3º Andar – Brasília/DF) discussão dos novos ataques à Educação, superior e básica. Os representantes do GTPE-Adusp não participaram do evento.

*Reunião do GTPE do ANDES-SN, 6 de agosto de 2016 (sábado), início às 9h e término às 18h, Sede do SINASEFE (SCS, Quadra 2, Bloco C, Edifício Serra Dourada, Salas 109 e 110, Brasília/DF): discussão conjunta dos ataques à

Educação.

*Reunião conjunta do Setor das IFES, do GTPE, do GT Carreira e do GT C&T, 5 de agosto de 2016 (sexta-feira), das 14h às 21h, na Sede do ANDES-SN, Brasília/DF: efeitos dos ataques à Educação Superior sobre as condições de trabalho dos docentes e aprendizagem dos estudantes;

II Encontro Nacional de Educação, **"**Por um projeto classista e democrático de educação", 16 a 18 de junho de 2016, Brasília/DF (participaram: João Zanetic, Lighia, Lisete e Rubens).

*Reunião do GTPE do ANDES-SN, 13 e 14 de maio de 2016 (sexta-feira e sábado), Brasília/DF: discussão da BNCC e outras iniciativas federais.

GT Saúde

No último período, o GT Saúde manteve suas atividades voltadas principalmente para a Defesa do Hospital Universitário da USP, já que, mesmo tendo, num primeiro momento, sido derrotado em sua intenção de desvinculá-lo da universidade, os ataques do Reitor ao HU não param. Desconsiderando completamente a efetiva e comprovada situação do HU como Unidade de Ensino - milhares de estudantes, de quase uma dezena de áreas ligadas à Saúde, fazem estágio de graduação, internato e residência no hospital - o médico M. A. Zago continua a aplicar sua política de desmonte desse importante hospital. As consequências são visíveis: fechamento do Pronto Atendimento da Pediatria, após as 19 horas; da ordem de 50 leitos continuam desativados por falta de profissionais; e equipamentos importantes são subutilizados, pelos mesmos motivos. Isso atinge tanto as atividades de ensino da Área de Saúde, como a assistência à população da região do Butantã e aos profissionais e estudantes da USP.

O HU sempre mereceu o respeito dos usuários e dos profissionais que nele trabalham/trabalharam, também porque nele, desde o começo, prevaleceram excelentes relações de respeito e colaboração entre seus funcionários e havia efetivas possibilidades de aperfeiçoamento na profissão. O bom clima de trabalho, assim criado, foi um dos motivos de relativamente poucos médicos terem aderido ao primeiro dos Planos de Demissão Voluntária (PIDV), acionado pelo Reitor. Contudo, a piora nas condições de trabalho após

esse Plano (falta de infraestrutura, pouco pessoal de apoio etc.) fez com que vários desses profissionais tivessem requerido sua dispensa, nos anos que se seguiram, mesmo sem qualquer incentivo monetário.

Dada à situação criada, a Promotoria de Justiça de Direitos - Saúde Pública do Ministério Público do Estado de São Paulo foi acionada por iniciativa dos sindicatos (além de Adusp e Sintusp, também vários da área da Saúde, como os dos médicos e dos enfermeiros) e respondeu com bastante empenho, na figura do Promotor Arthur Pinto Filho e de sua equipe, que promoveu uma série de reuniões. Já na primeira dessas reuniões, em 21 de junho de 2016, ficou claro que o PIDV-1 tinha deixado uma lacuna de 213 funcionários no HU e que havia falta de, pelo menos, 23 médicos.

Nesta luta, o GT participou de pelo menos mais três reuniões, convocadas pela Promotoria entre junho e setembro de 2016 e, especialmente, esteve em contato com o Dr. Gerson Salvador (do HU e do Sindicato dos Médicos), para discutir a questão e garantir o apoio da Adusp à causa. É interessante salientar que, por dados oficiais, fornecidos pelos próprios representantes do HU, na reunião seguinte ficou clara a importância desse hospital também para a população do Butantã, pois 75% dos atendimentos diziam respeito a essa região, enquanto apenas 12% se referiam a funcionários da própria USP. Dessas reuniões, ocorridas nos dias 29/6, 2/8 e 12/9, resultaram uma série de ações: promoveu-se assinaturas de um Manifesto em Defesa da Manutenção do HU na USP; houve participação em reuniões com dirigentes do Hospital e representantes dos movimentos de saúde da região Oeste.

Um dos resultados importantes dessa mobilização foi a proibição, pelo Ministério Público, da inclusão de profissionais médicos e enfermeiros no novo plano de demissão da reitoria, o PIDV-2, de 2016. Contudo e por óbvio, o HU não depende apenas desses profissionais e houve alerta de que a falta dos apoios das equipes de farmacêuticos, nutricionistas, analistas bioquímicos e outros, continuaria, como de fato aconteceu, a promover nova e enorme queda nas condições de trabalho e de atendimento no HU.

Curiosamente, não houve nova reunião, a chamado da Promotoria, após a de 12 de setembro. E, por outro lado, há indícios de intenção da Reitoria de promover mais um PIDV, uma vez que foi aprovado pelo Conselho Universitário

o contingenciamento de recursos segundo o plano de “sustentabilidade” e a “necessidade” de forte redução do total de funcionários da USP. Isso pode ser um golpe muito grave ao HU, unidade de ensino e pesquisa.

Por outro lado, a piora continuada das condições de estágio no Hospital Universitário para os estudantes da área levou, recentemente, à realização de importante Ato Público e seminário no HU, em 19 de abril de 2017, seguido de caminhada e manifestação pública. A organização do Ato foi uma iniciativa dos estudantes da Faculdade de Medicina e agregou estudantes de outras áreas afins, em defesa da Saúde pública, contra a desvinculação do HU da USP, contra o desmonte da USP, contra o fechamento do PA da Pediatria e por contratações de profissionais, via Universidade de São Paulo. Houve participação de representantes do GT-Saúde nesse Ato.

Representantes do GT Saúde e do GT Educação estão em contato com as Comissões de Graduação das Unidades que trabalham com a formação de profissionais da área de Saúde, ainda sem resposta, com o objetivo de discutir as consequências das mudanças no HU para o ensino. Os dois GT acompanharam também Audiência Pública na Alesp, manifestando-se contrários ao Ensino à Distância na graduação dos profissionais da área de Saúde.

O GT vem mantendo contato com a Plenária Municipal de Saúde, que continua as discussões em defesa do SUS e que, em 07 de abril, promoveu um Ato Unificado do dia Mundial da Saúde com o mote “O SUS não está à venda”.

Formação atual do GT Saúde: Lighia Matsushigue (IF), Márcia Car (EE), Marie Claire Sekkel (IP), Raquel Casarotto (FM) e Valéria de Marco (FFLCH).

9. PARTICIPAÇÃO NAS ATIVIDADES DO ANDES-SN

Representação da ADUSP em atividades do ANDES-SN			
Data	**Local**	**Evento**	**Representante(s)**
14/4/16	Brasília-DF	Ato dos Servidores Públicos	César Minto (FE), Rosangela Sarteschi (FFLCH)
30/4/16	São Paulo-SP	Reunião GT Verbas/GT Fundações ANDES-SN	Adriana Tufaile (EACH), César Minto (FE), Rubens Barbosa (FE)
13 e 14/5/16	Brasília-DF	Reunião do GTPE	João Zanetic (IF), Lighia Matsushigue (IF)
3 e 4/6/16	Campinas-SP	Reunião do GTPAUA	Lilian Gregory
30/6 a 3/7/16	Boa Vista – RR	61º CONAD	Adriana Tufaile (EACH), César Minto (FE), Everaldo Andrade (FFLCH), Lilian Gregory (FMVZ)
5 e 6/8/16	Brasília-DF	Reunião do Setor das IFES, GTPE, GT Carreira e GTC&T	César Minto (FE)
6/8/16	Brasília-DF	Reunião do GTPE	Lighia Matsushigue (IF)
27/9/16	Regional S. Paulo	Reunião Frente em Defesa da Educação Pública e contra a lei da mordaça	Adriana Tufaile (EACH), Lighia Matsushigue (IF), Otaviano Helene (IF)
1/10/16	Brasília-DF	Reunião do GTC&T	César Minto (FE)
8 e 9/10/16	Brasília-DF	Reunião do GTPAUA	Lilian Gregory (FMVZ)
21/10/16	Regional S. Paulo	1º Encontro da regional S. Paulo do ANDES	Adriana Tufaile (EACH)

28 e 29/10/16	Brasília-DF	Reunião do GTPE	Lighia Matsushigue (IF)
3 e 4/11/16	Brasília-DF	Coletivo Jurídico do ANDES	Christiane Alves e Lara Ferreira (Assessoria jurídica da Adusp)
19 e 20/11/16	Brasília-DF	Reunião dos Setores das IFES e IEES-IMES	César Minto (FE)
2 e 3/12/16	Rio de Janeiro-RJ	Reunião e II Seminário Nacional de C&T do Andes	César Minto (FE)
14 e 15/1/17	Brasília-DF	Reunião do GTC&T	César Minto (FE)
23 a 28/1/17	Cuiabá-MT	36º Congresso	Ana Luiza Costa (FE), César Minto (FE), Everaldo Andrade (FFLCH), Lighia Matsushigue (IF), Lilian Gregory (FMVZ)
9/2/17	Rio de Janeiro-RJ	Ato em defesa das universidades estaduais cariocas	Adriana Tufaile (IF)
17 a 19/2/17	Brasília-DF	Reunião do GTPE	Lighia Matsushigue (IF)
17 e 18/3	Brasília-DF	Reunião do GTPCEGDS	Annie Hsiou (FFCLRP)
17 e 18/3	Brasília-DF	Reunião do GTC&T	César Minto (FE)

10. REPRESENTAÇÃO DA ADUSP EM DIVERSAS ATIVIDADES

Representação da ADUSP em diversas atividades			
Data	**Local**	**Evento**	**Representante(s)**
01/04/16	*Campus* USP Butantã	Aula Inaugural da nova Sede do Núcleo de Consciência Negra	João Zanetic (IF); Rosangela Sarteschi (FFLCH)
19/4/16	ALESP	Reunião da Frente Parlamentar em Defesa das Universidades Públicas do Estado de S. Paulo	Adriana Tufaile (EACH)
5/5/16	*Campus* USP Butantã	Ato contra o Desmonte da USP (org. DCE-Livre da USP)	Ivã Gurgel (IF)
9/5/16	UERJ	Debate: Autonomia e financiamento das universidades (org. ASDUERJ)	César Minto (FE)
31/5/16	*Campus* USP Butantã	Debate: Carreira Docente na USP (org. IP-USP)	César Minto (FE)
1/6/16	ALESP[1]	Reunião da Frente Parlamentar em Defesa das Universidades Públicas do Estado de S. Paulo	Francisco Miraglia (IME), Otaviano Helene (IF)
6/6/16	*Campus* USP Butantã	Encontro de Docentes da USP (org. representantes dos Professores Associados, Doutores e Titulares junto ao Co)	Ciro Correia (IGc)
9/6/16	ALESP	Debate: Novo código nacional de ciência, tecnologia e inovação	Adriana Tufaile (IF), César Minto (FE), Lighia Matsushigue (IF)
16 a 18/6/16	Brasília-DF	II ENE – Encontro Nacional de Educação	Ivã Gurgel (IF), João Zanetic (IF), Rubens Camargo (FE)

1 *Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo*

27/6/16	*Campus* USP Butantã	Debate: O conceito do Estado e as Políticas Públicas de Educação para a América Latina	César Minto (FE)
23/8/16	Sindicato dos Arquitetos do Estado de S. Paulo - SASP	Reunião do Movimento pela C&T Pública	Adriana Tufaile (IF), César Minto (FE)
23/8/16	*Campus* USP Butantã	Encontro para debater a carreira docente	Ciro Correia (IGc)
23/8/16	ALESP	Reunião da Frente Parlamentar em Defesa dos Institutos Públicos de Pesquisa e Fundações Públicas do Estado de S. Paulo	César Minto (FE)
30/8/16	*Campus* USP Butantã	Palestra: Marco “ilegal” da C&T	César Minto (FE)
6/9/16	Unicamp	Debate: Valorização e Avaliação Docente nas Universidades Estaduais	Ciro Correia (IGc)
12/9/16	Unesp – *Campus* São José do Rio Preto	Palestra: "Educação e Democracia”	César Minto (FE)
13/9/16	MPESP[2]	Audiência com Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos	Lighia Matsushigue (IF), Márcia Car (EE)
20/9/16	SASP	Debate: Desmonte do Estado e Futuro das cidades	Ciro Correia (IGc)
29/9/16	HU-USP	Reunião com GTHU	Adriana Tufaile (EACH), Márcia Car (EE)
4/10/16	Unicamp	Reunião na FE-Unicamp	César Minto (FE)
18/10/16	Adunifesp	Cerimonial Adunifesp 40 anos	César Minto (FE)
10/11/16	Uninove	Mesa Precarização e Terceirização na	César Minto (FE)

2 *Ministério Público do Estado de São Paulo*

		Educação	
17/11/16	*Campus* USP Butantã	Cerimônia de Posse e Ato contra PEC 55 (org. APG USP Capital)	César Minto (FE)
23/11/16	Serra Negra-SP	Abertura do XXV Congresso Estadual da APEOESP	César Minto (FE)
6 e 7/12/16	FDUSP	Seminário: Quem é quem no Direito do Trabalho	Lara Ferreira (assessoria Jurídica da Adusp)
7/12/16	FDUSP	Ato de desagravo ao Direito do Trabalho e à Justiça do Trabalho	Ivã Gurgel (IF)
12/12/16	FMUSP	Mesa: Ocupação e Resistência – o caso da PEC 241	César Minto (FE)
13/12/16	UFJF	Mesa: Conversa sobre o Fundo Público e a PEC 55	César Minto (FE)
3/3/17	EEUSP	Mesa: Pauta do Co de 7/3/17 e o projeto “USP do futuro”	César Minto (FE)
8/3/17	*Campus* USP Butantã	Calourada Unificada 2017	Adriana Tufaile (EACH)
16/3/17	MPESP	Audiência com Grupo de Atuação Especial de Educação (GEDUC)	Adriana Tufaile (EACH), Ciro Correia (IGc)
23/3/17	*Campus* USP Piracicaba	Mesa: PEC do fim da USP: fatos e versões	César Minto (FE)
29/3/17	*Campus* USP São Carlos	Reunião sobre a situação da USP no *campus* de São Carlos	César Minto (FE)

11. ELEIÇÕES PARA A DIRETORIA DO ANDES-SN E O CONSELHO DE REPRESENTANTES (CR)

O pleito para a renovação de parte do Conselho de Representantes (CR) da Adusp ocorreu no mesmo período da votação para a nova Diretoria do ANDES – Sindicato Nacional.

Assim, os docentes filiados à Adusp votaram nos dias 10 e 11/5/2016.

Para o CR foram eleitos como representantes das unidades, titulares e suplentes, respectivamente:

- Escola Politécnica: Hernani Brinati e Flávio Fiorelli;
- Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia: Cláudia Momo e Cláudio Alvarenga;
- Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto: Plauto Watanabe e Suzie A. de Lacerda;
- Instituto de Física de São Carlos: José Pedro D. Gonzalez e Esmerindo de Souza Bernardes;
- Instituto Oceanográfico: Sueli Godoi e Alexander Turra;
- Instituto de Matemática e Estatística: Ivan Struchiner e Alexandre Limberpoulos.

A chapa única que concorreu à diretoria do ANDES, “Unidade na Luta”, obteve nas urnas da USP, 207 votos e foi eleita, nacionalmente, com 8.891 votos.

Os conselheiros José Pedro D. Gonzalez, do Instituto de Física de São Carlos e Flávio Fiorelli, da Escola Politécnica, solicitaram o desligamento do Conselho, por razões particulares, respectivamente, em 19/10/16 e 12/4/17.

12. ATUAÇÃO DO CONSELHO DE REPRESENTANTES (CR)

De abril/16 a março/17, o CR reuniu-se apenas quatro vezes, em especial em função da greve de 2016.

A atuação dos representantes foi responsável pelo acompanhamento e discussão da orientação política que permeia as ações da Diretoria, visando sempre ao aprofundamento das reflexões e debates, em suas respectivas unidades. Destacam-se nesse período, sobretudo, as discussões acerca das propostas da Reitoria de “parâmetros de sustentabilidade”, da “Nova CPA” e do “Estatuto do Docente”, das campanhas de data-base (2016 e 2017), o projeto “USP do Futuro”, dentre outros temas. Como Conselho Fiscal da entidade, discutiu e deliberou sobre os gastos da Adusp no período.

O CR, como instância deliberativa, tomou importantes decisões relativas ao funcionamento da entidade e encaminhamentos de luta. Além disso, o Conselho contribuiu decisivamente na organização local das eleições para a diretoria do Andes-SN e parte da renovação do CR nas unidades com candidatos a representante.

Valer ressaltar que permanece como preocupação constante, tanto da Diretoria como do atual CR, ampliar o número de unidades que contam com esta representação, sem a qual o trabalho da entidade junto aos docentes fica, no mínimo, bem mais limitado.

13. COMUNICAÇÃO

Entre 22/4/2016 e 24/4/2017 foram publicadas 17 edições do *Informativo Adusp* (418 a 434). Quatro edições tiveram seis páginas: 419, 424, 427 (dossiê sobre o caso USP-McKinsey) e 432 (“Basta! Fora Zago!”), e uma teve oito páginas: 431 (“Reitoria propõe exoneração de servidores vinculada a teto para folha salarial!”).

Foi mantida a prática de, sempre que necessário, divulgarmos matérias na página digital da Adusp sem esperar a publicação do jornal impresso.

No período foi lançada a edição 59 da *Revista Adusp* (agosto de 2016), com a manchete “Desmanche da USP tritura a carreira docente”, e finalizada a edição 60 (dossiê “Produtivismo Acadêmico”), que viria a ser lançada em maio de 2017.

Algumas reportagens publicadas no *Informativo Adusp* e na página digital merecem ser citadas: “Empresa denuncia FDTE e docentes da Poli por concorrência desleal. Reitoria silencia”, 27/6/16, 420; “Reitor não consegue esclarecer acordo fechado com McKinsey e grupos privados”, 26/9/16, 424; “Juíza afasta provisoriamente docente da EEFE acusado de uso indevido de equipamento da USP”, 26/1/17; “Presos, algemados e agredidos dentro da Reitoria. Superintendente jurídica esteve presente e se omitiu”, 28/3/17. Esta última teve mais de 1.000 compartilhamentos no Facebook.

14. INFORMÁTICA

Infraestrutura

Manutenção periódica e substituição de componentes quebrados na base instalada de 18 computadores (13 estações de trabalho, 2 notebook e 3 servidores) e 7 impressoras.

Atualizações semanais dos sistemas instalados em cada servidor e estação.

Publicações

Edição de arte, diagramação, produção gráfica, orçamentos das seguintes publicações:

Informativo Adusp - Edições 415 a 432 (quinzenalmente).

Revista Adusp – Edição 59.

Agenda e calendário 2017 – Criação, produção gráfica, tomada de preços.

Material de apoio às Eleições Adusp 2017 (cartaz, edital etc.).

Outros materiais – Folders, filipetas, murais, cartazes, malas-diretas.

Internet

Atualização e manutenção do site e da intranet da Adusp.

Transmissão dos boletins eletrônicos.

Sistema de clipping.

Processamento de dados

Processamento das informações referentes ao pagamento da Ação do Gatilho de beneficiários não encontrados até 2017.

Manutenção das bases de docentes, com incorporação mensal dos relatórios da Reitoria e posterior cruzamento para sua atualização. Geração de relatórios mensais de filiação e desfiliação.

Manutenção das bases de tesouraria, folha de pagamento, etiquetas, listas de e-mails de massa (sócios, não-sócios, Co, clipping, Aduspnet).

Suporte ao usuário Adusp

Atendimento a todos os usuários dos computadores da Adusp (funcionários, diretores e visitantes).

Atendimento a docentes

Atendimento a demandas de associados e entidades para criação e produção de materiais impressos (cartazes, folders, cartões).

15. JURÍDICO

ASSESSORIA JURÍDICA ADUSP - CAPITAL

Abril/2016 e março/2017

- Análise, em abril de 2016, do contrato de cessão de espaço mantido entre a USP e a ADUSP-Ribeirão a fim de se verificar o amoldamento com a lei de pedido de desocupação do imóvel sob avaliação da diretoria. Sugerido que, acaso assim restasse decidido, a ADUSP-Ribeirão fosse notificada com antecipação mínima de 30 dias da desocupação, bem como fosse lavrado o respectivo termo, neste registrando-se as condições nas quais o imóvel seria devolvido, bem como fazendo-se constar a ausência de obrigações remanescentes quanto ao imóvel em relação a ambas as partes. Foi solicitada à USP a apresentação de uma justificativa para a desocupação, não tendo havido resposta até o momento.

- Análise a respeito da conformidade da regulamentação promovida pelo Governo de São Paulo, no âmbito da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, por meio da Resolução SAA 12, de 10-3-2016 (DOESP de 11.03.2016) à Lei 13.243/2016 (“Marco de Ciência e Tecnologia”). Esclarecida a possibilidade, *a priori*, da regulação promovida pelo Governo para a Secretaria de Agricultura, podendo vir a ocorrer com os demais entes administrativos do Governo nos mesmos moldes.

- Elaboração de nota para o site da Adusp trazendo considerações quanto a circunstância dos docentes que vinham sendo comunicados pela USP a respeito da possibilidade de acompanhamento, com apresentação de defesa administrativa, em processos em trâmite no Tribunal de Contas do Estado em análise da (i)legalidade das aposentadorias que são pagas em valores que superam o teto constitucional. Disponível em: http://www.adusp.org.br/index.php/teto-salarial/2585-aos-colegas-atingidos-pelo-teto-constitucional-estadual

- Prestação de esclarecimentos a respeito das consequências do (não)recolhimento de COFINS sobre todos os rendimentos da ADUSP. Informado sobre a divergência jurisprudencial da obrigatoriedade do recolhimento e as opções de seu pagamento ou não até que haja definição legal a esse respeito, tendo-se decidido aguardar eventual apontamento da Receita Federal no sentido de irregularidade da forma de recolhimento até então realizada, sem suscitar o problema antecipadamente.

- Elaboração de nota a respeito do panorama para eventual afastamento de contribuição ao IAMSPE. Disponível no site da Adusp, em http://www.adusp.org.br/index.php/universidade2/154-condicoes-de-trabalho/saude/2583-orientacao-sobre-eventuais-acoes-para-fazer-cessar-a-contribuicao-ao-iamspe

- Elaboração de análise da minuta apresentada pela Superintendência Jurídica da USP de alterações do Estatuto e Regimento Geral da USP quanto ao tema "avaliação docente e institucional" . Enviado por e-mail aos membros da diretoria em 09.05.2016.

- Elaboração de análise da minuta apresentada pela Superintendência Jurídica da USP de "Estatuto Docente" estipulando as regras de "avaliação docente e institucional" . Enviado por e-mail aos membros da diretoria em 13.05.2016.

- Consulta e retirada de cópias dos documentos "rol de beneficiários", "sentença", "acórdão de apelação" da reclamação trabalhista nº 00974005419905020011, ajuizada pela Adusp, que tramita junto à Justiça do Trabalho, que tem como beneficiários filiados celetistas da Adusp à época dos fatos, sob o patrocínio do escritório Manesco, Ramires, Perez, Azevedo Marques, Sociedade de Advogados, que tem por objeto a recomposição das diferenças relativas ao Gatilho salarial da categoria docente. Documentos parcialmente disponíveis em formato .jpg junto ao Jurídico. Os autos encontram-se indisponíveis para consulta por estarem em processo de digitalização. Pendente decisão final sobre a lista de beneficiários.

- Elaboração de análise da lei que instituiu o marco legal de Ciência, tecnologia e Inovação, lei nº 13.243/2016. Remetido por e-mail à diretoria em 30.05.2016.

- Auxílio à Secretaria da Adusp para registro de atos de eleição e posse dos conselheiros desta entidade eleitos em maio/2016 junto ao 1º Oficial de Registro Civil de Pessoa Jurídica/SP, mediante a elaboração de atas, organização de documentos e comparecimento presencial a reuniões junto àquele Oficial.

- Elaboração de nota a respeito do status atualizado da ação da URV. Última atualização do andamento da ação publicado em 17/02/2017 http://adusp.org.br/index.php/urv/2796-tj-rejeita-recursos-da-usp-na-acao-da-urv.

- Elaboração de análise sobre a (ir)regularidade da contemplação por dotação da USP do *déficit* previdenciário para pagamento de aposentadorias seus servidores, nos moldes dos artigos 26 e 27 da Lei estadual 1.010/2007, tendo como referência o paralelo entre esta circunstância e aquela noticiada em Assembleia da Adusp pelo Prof. Rubens B. de Camargo, quanto ao ensino básico e fundamental e respectivas despesas para manutenção e desenvolvimento do ensino. Posteriormente, também em Assembleia já foi divulgado que a contraposição judicial aos artigos da Lei 1010, que tratam da obrigação do estado de arcar com as "insuficiências orçamentárias", não se amoldam às universidades, e nesse sentido, não são promissoras, correndo severo risco de obter decisão judicial desfavorável.

- Elaboração de nota para publicação no site da Adusp (em: http://www.adusp.org.br/index.php/juridico/noticias-gerais/2651-tj-sp-nega-recurso-e-encerra-acao-de-reintegracao-de-posse-movida-pela-usp-contra-dce-adusp-e-sintusp) para noticiar o encerramento da ação de reitegração de posse movida pela USP em face da Adusp, Sintusp e DCE, que teve como objeto a retomada do prédio central da Reitoria e Torre do Relógio na ocupação estudantil de 01.10.2013.

- Elaboração de ofício à reitoria para esclarecimentos quanto aos termos da relação formal estabelecida com a empresa de consultoria McKinsey e os grupos empresariais relativos ao “Projeto ‘USP do Futuro’” do que se teve notícia mediante denúncia anônima à Adusp. Ofício Adusp nº 018/2016, protocolado em 19.09.2016. Respondido pela USP mediante ofício GR 419/2016. Em face da insuficiência das informações/documentos apresentados, remetido novo ofício em 28.09.2016 (ofício ADUSP nº 019/2016). Pendente de retorno. Como desdobramento, por decisão da diretoria a Adusp ingressou com ação contra a USP com base na Lei de Acesso à Informação (LAI) .

- Elaboração de representação ao GEDUC (Grupo de Atuação Especial de Educação) do MP/SP em face das inúmeras questões não aclaradas a contento pela USP quanto a relação formal estabelecida com a empresa de consultoria McKinsey e os grupos empresariais relativos ao “Projeto ‘USP do Futuro’” do que se teve notícia mediante denúncia anônima à Adusp. Protocolada em 27.10.2016, nº de protocolo no MP 014.9429/2016, ofício Adusp nº 022/2016. Distribuída ao promotor Daniel Serra Azul Guimarães. Realizada audiência pessoal do Juridico e diretoria da Adusp com o mencionado promotor que informou ter solicitado informações à USP sobre a documentação e sobre a contratação em si da Mckinsey.

- Ajuizamento de ação em face da USP para obtenção de documentos e publicização de informações em razão da prestação de serviços da Mckinsey. A USP contestou ação informando que prestou as informações requeridas pela Adusp quando solicitada. Atualmente o processo se encontra com prazo para Adusp apresentar réplica à contestação.

- Participação das advogadas Lara Lorena e Christiane do Encontro do Coletivo Jurídico do ANDES nos dias 04 e 05 de novembro. Elaboração de relatório para a diretoria.

- Elaboração de minuta de recibo de quitação para os valores retroativos a título de vale-refeição devido pela Adusp aos seus funcionários do interior.

- Participação da advogada Lara em o encontro de advogados de servidores públicos no Rio de Janeiro ante as atuais limitações e dificuldades de interação produtiva no âmbito do coletivo jurídico do Andes, conforme relatadas para a Diretoria da Adusp.

- Acompanhamento de ação judicial de indenização ajuizada por Guido Cerri contra a USP e jornalistas.

- Resposta à consulta vinda pela diretoria à associado com dúvida sobre as normas que regem a composição dos colegiados da USP, sobre o cálculo das porcentagens para a escolha de representações, se os números fracionários que incluírem decimal igual ou superior a cinco seriam aproximados para o número inteiro imediatamente superior. O entendimento dessa assessoria foi que a universidade pode contemplar tal matéria em seus regimentos.

- Nota da AJN-Andes sobre decisão do STF de corte de ponto de servidores grevistas, publicado em 18 de novembro de 2016. .http://www.adusp.org.br/index.php/conj-pol/2747-stf-fere-direito-de-greve-de-servidor-publico

- Elaboração de carta resposta da diretoria à funcionária Jisleine, diante de e-mail dela recebido após sua demissão.

- Parecer sobre o que preveem as normas da USP quanto a necessidade ou não de nova eleição no caso de vacância do titular ou suplente da representação das Congregações junto ao CO, diante de situação envolvendo a suplência de representante da Congregação no CO do IME.

- Elaboração de minuta de Ofício ao docente anistiado da Poli, que solicitou manifestação da Adusp para esclarecer em juízo os reajustes salariais havidos desde 1976.

- Elaboração de nota a respeito do julgamento do incidente de inconstitucionalidade suscitado pela 4ª Câmara de Direito Público no âmbito da ação judicial a respeito dos cursos pagos publicado em janeiro de 2017 . http://www.adusp.org.br/index.php/privatizacao/2782-no-entender-do-orgao-especial-do-tj-sp-cursos-pagos-na-usp-nao-ferem-a-constituicao-federal.

- Elaboração de nota complementar à análise da AJN a respeito da reforma da previdência. Publicada no site da Adusp em 13.01.2017. (http://www.adusp.org.br/index.php/previdncia/2781-analise-juridica-do-andes-sn-aponta-impactos-da-pec-287-sobre-aposentadoria-dos-servidores)

- Análise jurídica da minuta de matéria a ser publicada pela Adusp a respeito da decisão liminar deferida para afastamento do professor Antonio Hebert Lancha Junior das atividades docentes por possível fraude em bolsa de pesquisa. Matéria publicada no site da Adusp em 28.01.2017.

- Elaboração de minuta de ofício à reitoria para esclarecimento quanto às medidas pretendidas em face do encerramento das atividades na Creche Oeste. Ofício encaminhado sob o número 01/17 do qual não se teve resposta.

- Elaboração de parecer acerca da proposta de alteração do Estatuto da USP, a ser submetida ao Conselho Universitário, no que atine aos parâmetros de sustentabilidade econômico-financeira da Universidade.

- Elaboração de parecer em face de parecer emitido em pauta complementar pelo Prof. José Rogerio Tucci, presidente da CLR, pauta esta a ser submetida ao Conselho Universitário a respeito do tema relatado no tópico 32 acima.

- Elaboração de minuta de ofício à reitoria a fim de requerer se dispusesse à negociação para retorno às atividades da Creche Oeste, tendo em conta, ademais, a concessão de medida liminar nos autos do mandado de segurança movido pela Associação de Pais e Funcionários da Creche Oeste (APEF) que tramita no TJ/SP sob o nº 1001380-86.2017.8.26.00. Ofício Adusp nº 03/2017.

- Elaboração de nota ao site referente à decisão emitida na Ação Direta de Inconstitucionalidade movida pelo Ministério Público de São Paulo para postergação da data de vigência da previdência complementar aos servidores civis do Estado, bem como para o respeito às regras previdenciárias do momento de entrada no serviço público, acaso proveniente o servidor de outro ente público, se inocorrente solução de continuidade de vínculo. Em breve será publicada a nota explicativa.

- Acompanhamento da condução coercitiva de alunos e funcionários da USP à 91ª Delegacia de Polícia por força dos eventos ocorridos na sessão do Conselho Universitário de 07/03/2016

- Acompanhamento de rescisão de contrato de prestação de serviços jurídicos do advogado Atom Fon e contratação de novo advogado para continuar a defesa jurídica na esfera penal de processo movido por Guido Cerri.

- Atendimento ao professor Bruno Gualano e encaminhamento de suas denúncias à diretoria da Adusp e acompanhamento de nota publicizada no Informativo Adusp, referida no item 29.

- Atendimento no plantão jurídico às quartas-feiras, excepcionalmente, nas terças-feiras, na sede da Adusp e às segundas e quartas-feiras no campus de Ribeirão Preto, com os desdobramentos de praxe: elaboração de requerimentos, ofícios e recursos administrativos, conforme constam nos Relatórios de Atendimentos: Plantão Jurídico da Sede e Plantão Jurídico de Ribeirão Preto.

Relatórios de Atendimentos
Plantão Jurídico da Sede - Período abril/2016 a março/2017

	Categoria			
Mês	**Pessoal**	**Previdenciário**	**Trabalhista**	**Subtotal Mês**
Abril/16	1	3	7	11
Maio/16	1	3	5	9
Junho/16	2	3	8	13
Julho/16	1	1	6	8
Agosto/16	2	4	11	17
Setembro/16	3	3	8	14
Outubro/16	2	5	2	9
Novembro/16	2	3	4	9
Dezembro/16	0	7	1	8
Janeiro/17	3	15	1	19
Fevereiro/17	2	7	6	15
Março/17	2	6	1	9
Subtotal por categoria	**21**	**60**	**60**	**TOTAL 141**

16. RELATÓRIO DA REGIONAL DE PIRASSUNUNGA

- **Eleições:**

ADUSP – Conselho de Representantes FMVZ – 10 e 11/05/2016.

ANDES-SN – Diretoria biênio 2016/2018 – 10 e 11/05/2016.

- **Assembleias:**

Assembleias em São Paulo: participação do diretor regional professor Sérgio Paulo A. Souto e dos Conselheiros professores César G. De Lima e Andrés Vercik nos dias 21/06, 17/08 e 01/12/2016.

Assembleias Locais:

1) 31/05 - Avaliação da conjuntura e da possibilidade de aderir à greve.
2) 08/06 – Informes sobre a greve nas outras unidades e outras universidades, projeto de carreira docente.

- **Deliberações**:

Foi elaborado um manifesto com proposta de indicativo de GREVE para o início do segundo semestre letivo.

Reafirmamos a necessidade de: imediata reabertura das negociações entre o Fórum das Seis e o CRUESP; esforços conjuntos visando aumentar a receita das Universidades Estaduais Paulistas; total transparência das Reitorias das Universidades Estaduais Paulistas sobre as suas receitas e seus gastos, de forma detalhada.

Expressamos apreensão com as divergências de interpretações sobre a decisão da Congregação desta FZEA a respeito dos documentos referentes à proposta de Avaliação Institucional e Docente. Preocupa-nos se uma posição dissonante da que tenha sido decidida na Congregação tenha sido encaminhada às instâncias superiores da Universidade. Caso isto tenha ocorrido, entendemos ser importante uma retificação da posição da FZEA sobre este assunto, através de comunicação oficial.

Convidamos os docentes a não realizar ou adiar, dentro do prazo

permitido, o cadastro de notas nos sistemas administrativos e a aplicação de recuperação, como apoio às reivindicações do movimento em aguardo da retomada e eventual andamento das negociações.

3) 20/06 – Balanço da greve nas outras unidades, divulgação da situação do movimento e posicionamento sobre a retenção de notas; informes a respeito do PIDV.
4) 28/07 – Discussão e informes sobre os temas seguintes: a situação nas demais unidades, posicionamento em relação ao PIDV, greve, avaliação docente, desmonte das universidades, início do 2º semestre.

- **Reuniões:**

1) Participação do Diretor Regional (Prof. Sérgio Paulo) nas reuniões com a Diretoria em São Paulo, nos dias 13/4, 1/6, 21/6 e 17/8/2016.
2) Participação do Conselheiro (Prof. César) nas reuniões do Conselho de Representantes nos dias 20/10 e 1/12/2016.
3) Participação da funcionária (Lucimara) na reunião entre os funcionários e a comissão de negociações da Diretoria no dia 11/11/2016.
4) Reuniões entre o Diretor Regional e os membros do Conselho de Representantes.
5) Reuniões com os associados.

17. RELATÓRIO DA REGIONAL DE RIBEIRÃO PRETO

- **Eleições realizadas no *Campus* de Ribeirão Preto**

Conselho de Representantes Adusp. Mandato até maio de 2018

Eleições realizadas nos dias 10 a 11 de maio de 2016.

Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto: Titular – Prof. Dr. Plauto C. Aranha Watanabe. Suplente – Profa. Dra. Suzie Aparecida de Lacerda

- **Representação da Adusp Regional no Conselho Municipal do Meio Ambiente de Ribeirão Preto – COMDEMA**

A ADUSP Regional tem mantido sua participação no Conselho Municipal do Meio Ambiente de Ribeirão Preto. Desde 26 de Agosto de 2016 a representação é composta pelo Prof. Dr. Marcelo Pereira (Titular) e Profa. Dra. Elisabeth Spinelli de Oliveira (Suplente) para um mandato de dois anos – ambos docentes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto–USP.

- **Reuniões do Conselho de Representantes da ADUSP Regional Ribeirão Preto**

As reuniões são ampliadas, contando com a presença de docentes que já cumpriram mandato no cargo de Diretor Regional, no Conselho de Representantes e/ou docentes interessados.

Mantemos uma lista de discussão via e–mails, que possibilita espaço para discussões de diversos temas entre os membros do Conselho Regional de Ribeirão Preto.

No período do presente relatório foram realizadas reuniões do Conselho Regional nas datas seguintes:

01/abril/2016 – Discussão do documento da Nova Comissão Permanente de Avaliação e Avaliação do Debate: Estado de Direito X Estado Exceção: o cenário político nacional e os riscos a democracia realizado no dia 29/março/2016, às 14 horas, no Anfiteatro Lucien Lison na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP;

12/maio/2016 – Ocupação dos estudantes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP em frente ao prédio da diretória da unidade e discussão do documento da “NOVA CPA”;

25/maio/2016 – Greve 30/maio/16, assembleia da Adusp Regional Ribeirão Preto e comissão de mobilização;

28/julho/2016 – Balanço da greve a ser levado na reunião da Diramp do dia 03/Agosto/2016;

19/setembro/2016 – Aprovação da ata da reunião do dia 28/julho/2016 e informes a serem levados na reunião da Diramp do dia 21/setembro/2016 em São Paulo;

26/setembro/2016 – Aprovação da ata da reunião do dia 19/setembro/2016 e informes da Reunião da Diramp do dia 21/setembro/2016 em São Paulo;

27/outubro/2016 – Proposta de mudança do local da sede da Adusp Regional Ribeirão Preto;

03/novembro/2016 – Proposta de mudança do local da sede da Adusp Regional Ribeirão Preto;

25/novembro/2016 – Aprovação das atas das reuniões dos dias 26/setembro/2016, 27/outubro/2016 e 03/novembro/2016; proposta de mudanças do local da sede e participação da Adusp no ato público contra a PEC 55 no dia 26/novembro/2016;

26/janeiro/2017 – Mudança na administração da creche carochinha e proposta de mudança da sede da Adusp Regional Ribeirão Preto;

23/fevereiro/2017 – Discussão da pauta da reunião do CO de 07/março/2017;

28/março/2017 – Aprovação das Atas das reuniões dos dias 25/novembro/2016, 26/janeiro/2017 e 23/fevereiro/2017 e Desdobramento das decisões do CO de 07/março/2017.

- **Assembleias Setoriais da Adusp Regional Ribeirão Preto**

18/maio/2016 às 16 horas na FDRP – Pauta: Alterações e novos procedimentos de avaliação na carreira docente.

30/maio/2016 às 16 horas na Capela *Campus* USP–RP – Pauta: Encaminhamento da Greve.

01/junho/2016 às 16 horas na Capela *Campus* USP–RP – Pauta: 1– Deliberações da Assembleia Geral do dia 31/maio/2016, 2– Avaliação das Unidades e 3– Comissão de Mobilização.

09/junho/2016 às 14 horas na Capela *Campus* USP–RP – Pauta: Decisões da Assembleia Geral da Adusp–Capital do dia 08/junho/2016.

20/junho/2016 às 14 horas na sala Seminários II – FFCLRP – Pauta: Avaliação do movimento, balanço da greve e perspectiva para a continuação da luta no 2º semestre.

02/março/2017 às 10 horas na Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto–USP – Pauta: discussão da próxima reunião do CO de 07/março/2017 "Proposta de parâmetros de sustentabilidade econômico–financeira da USP".

- **Outras Reuniões**

23/maio/2016 – Reunião na Prefeitura do *Campus* sobre a recuperação pós–incêndio da Floresta da USP – representando a Adusp foram as Profas. Dras. Elenice Mouro Varanda e a Elisabeth Spinelli de Oliveira.

02/junho/2016 – Audiência do Grupo de Atuação de Defesa do Meio Ambiente (Gama) – Ministério Público Estadual do Estado de São Paulo sobre a recuperação pós–incêndio da Floresta da USP – às 14h30min fomos representados pelo Prof. Dr. Marcelo Pereira da FFCLRP–USP.

02/junho/2016 – Reunião de Mobilização na sede da Adusp Regional Ribeirão Preto.

06/junho/2016 – Reunião de Mobilização às 9 horas na sede da Adusp Regional Ribeirão Preto.

15/junho/2016 – Reunião de Mobilização às 10 horas na sede da Adusp Regional Ribeirão Preto.

17/junho/2016 – Avaliação da assembleia geral do dia 16/junho/2016, avaliação da passeata Nem arrocho, nem Desmonte! Em Defesa da Universidade Pública do dia 15/junho/2016, avaliação das palestras/atividades e

cartas, eleições (proposta de eleição direta para prefeito do *Campus* – SINTUSP);

05/agosto/2016 – Reunião Mulheres USP não cala, na sede da Adusp Regional Ribeirão Preto às 17h30min.

31/outubro/2016 – Reunião na Prefeitura do *Campus* de Ribeirão Preto – pauta: mudança de sede.

18/novembro/2016 – Reunião na Prefeitura do *Campus* de Ribeirão Preto – pauta: mudança de sede.

20/fevereiro/2016 – Reunião na Prefeitura do *Campus* de Ribeirão Preto – pauta: vagas na Creche Carochinha.

- **Participação da Regional em Reuniões Realizadas na Adusp Capital**

30/agosto/2016 – Prof. Dr. José Marcelino Rezende Pinto: lançamento da Revista Adusp;

21/setembro/2016 – Profa. Dra. Annie Schmaltz Hsiou: Reunião da Diretoria Ampliada.

- **Apoio e participação da Regional em Eventos**

17/10/2016 – *Ribeirão contra a PEC 241* – Manifestação em frente a esplanada do Teatro Pedro II às 19 horas com participação de representantes da Adusp Regional Ribeirão Preto.

17/03/2017 e 18/03/2017 – *Evento ANDES* – Grupo de Trabalho de Política de Classe para as Questões Étnico–raciais, de Gênero e Diversidade Sexual.

- **Aquisição de Eletrodoméstico para Regional**

06/maio/2016 – A Adusp Regional Ribeirão Preto fez aquisição de um forno de micro–ondas da marca Electrolux.

- **Eventos realizados pela Adusp Regional Ribeirão Preto**

Debate: Crise política, mídia e a luta pelo poder no Brasil. O evento foi realizado no dia 07 de abril de 2016 às 18h30min no Anfiteatro Lucien Lison na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP com a participação do Prof. Araré Carvalho Júnior – docente do Centro Universitário da Fundação Educacional de Barretos, Profa. Dra. Cynthia Soares Carneiro – docente da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto – USP e Pedro Pomar – Editor da Revista Adusp.

História do movimento sindical no Brasil – O evento foi realizado no dia 30 de maio de 2016 às 9:30 horas na capela do *Campus* da USP–RP como atividade de greve, ministrado pelo Prof. Dr. Marcos Cassin.

Privatização da Educação – O evento foi realizado no dia 30 de maio de 2016 às 14 horas na capela do *Campus* da USP–RP como atividade de greve, ministrado pela Profª. Dra. Teise de Oliveira Guaranha Garcia.

Escola sem doutrinação ou sem educação? Reflexões sobre o projeto escola sem partido – O evento foi realizado no dia 13 de junho de 2016 às 14 horas na capela do *Campus* da USP–RP, ministrada pelo Palestrante: Prof. Dr. Fernando Penna – Docente da Universidade Federal Fluminense.

Palestra: o Desmonte da Administração Pública no atual Governo – proferida pelo Prof. Dr. João dos Reis Silva Júnior. O evento foi realizado no dia 29 de setembro de 2016 às 19 horas na Faculdade de Direito de Ribeirão Preto.

Saúde, educação, assistência social e a PEC 241/55: relatos do ato em Brasília de 29/novembro/2016 e as perspectivas futuras, realizado no dia 01 de dezembro de 2016 às 11:45 no Refeitório Central do *Campus* da USP–RP.

Transmissão – Reunião CO de 7/março/2017. Foi às 14 horas na sala 11 – Bloco das Exatas (Depto. Química) – FFCLRP.

- **Informática na Regional**

Na Sede Regional dispomos de três microcomputadores, um notebook, um servidor, duas impressoras e um “access point” para os frequentadores da Sede Regional terem acesso à rede “wireless” fornecida pela USP. Todos os computadores operam com Sistema Linux.

Nos equipamentos são realizados manutenção e reparos e todas as estações de trabalho recebem atualizações e gerenciamentos. Cópias de

segurança dos arquivos são feitas periodicamente. São realizados confecções de materiais de divulgação e gerenciamentos das listas de e–mails.

- **Atendimento Jurídico da Regional Ribeirão Preto**

No período atinente ao relatório em questão, foram realizados plantões semanais, às quartas–feiras, das 10 às 14 horas, na Sede da Regional, para atendimento aos sócios e, quando solicitado, a Dra. Ana Cristina Nassif Karam Oliveira participa de reuniões do Conselho da Regional e Assembleias, colaborando com esclarecimentos jurídicos diversos e elaboração de pareceres.

- **Atendimentos realizados na sede da regional durante o período do presente relatório de atividades de abril/2016 a março/2017:**

Período	**Quantidade de atendimentos**
Abril/2016	05
Maio/2016	06
Junho/2016	05
Julho/2016	08
Agosto/2016	10
Setembro/2016	07
Outubro/2016	08
Novembro/2016	05
Dezembro/2016	04
Janeiro/2017	08
Fevereiro/2017	09
Março/2017	09

Profa. Dra. Annie Schmaltz Hsiou

Diretora Regional da ADUSP Ribeirão Preto

Gestão 2015–2017

18. RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DAS REGIONAIS DE BAURU, PIRACICABA E SÃO CARLOS

A diretoria e conselheiros das regionais de Bauru, Piracicaba e São Carlos também organizaram a votação para eleger a nova diretoria do Andes-SN e de parte do Conselho de Representantes (conforme consta no tópico 11 deste relatório). Os diretores César A. Freitas, de Bauru, José Nivaldo Garcia, de Piracicaba, e Ozíride Manzoli Neto, de São Carlos, participaram de algumas reuniões da Diretoria Ampliada, no *campus* Butantã.

O professor José Nivaldo Garcia renunciou ao cargo de diretor regional de Piracicaba em 6/9/16, pois passou a ocupar o cargo de chefe suplente do Departamento de Ciências Florestais da ESALQ.

19. RELATÓRIO DA TESOURARIA: ABRIL 2016 A MARÇO DE 2017

RELATÓRIO DA TESOURARIA

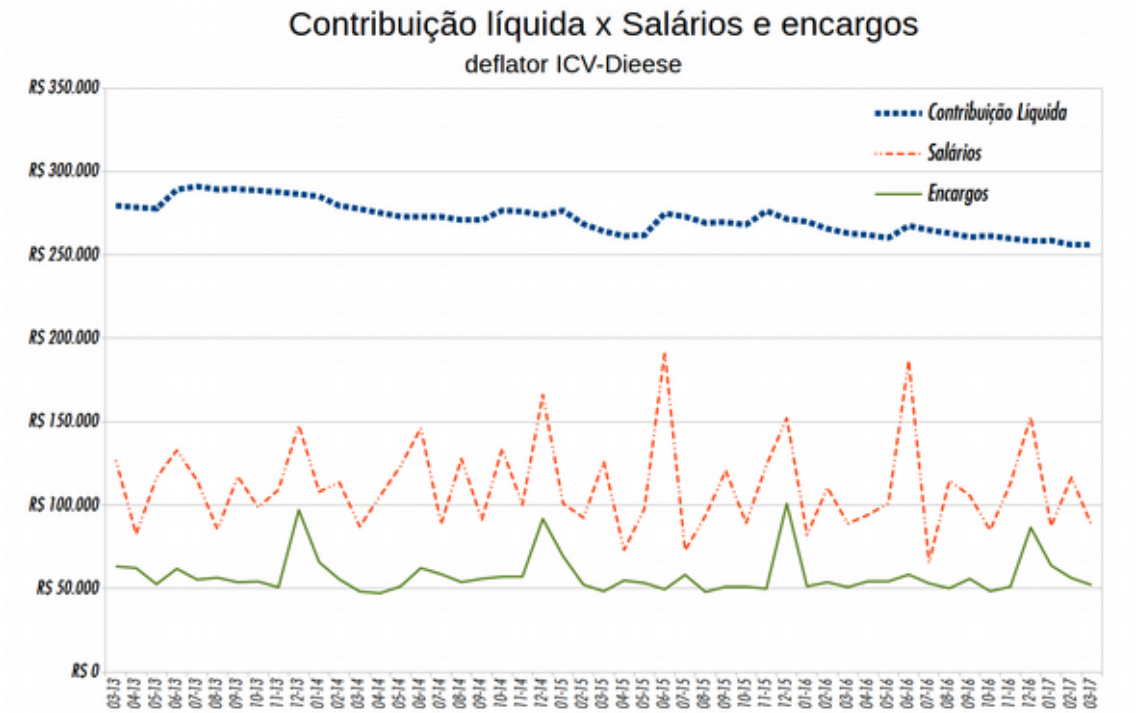
ABRIL 2016 A MARÇO DE 2017

Análise global dos investimentos da ADUSP no período

O presente Relatório pretende fornecer subsídios aos filiados da Adusp para o acompanhamento da evolução da receita e das principais despesas, ao longo do último ano, em complementação a dados dos últimos quatro anos.

A Figura 1 dá uma visão global de como se comportaram os maiores grupos de despesas no período em foco, em relação ao quadriênio anterior. Todos os valores do passado foram atualizados por meio do índice de inflação publicado pelo Dieese, como tem sido feito historicamente pela Adusp.

Figura 1



A linha azul (tracejada) representa a contribuição líquida mensal recebida dos filiados da entidade, correspondendo à soma das contribuições mensais, subtraída dos 20% estatutariamente destinados ao Sindicato nacional, o ANDES-SN, sem o desconto do Fundo Especial de Greve e Solidariedade.

É possível ver claramente as pequenas subidas, em maio de 2013, 2015 e 2016, correspondendo aos reajustes de salário, seguidas de suaves descidas ocasionadas pela inflação. Por óbvio, dada a falta de reajuste na correspondente data-base, em 2014, essa descida se prolongou até outubro. A Figura 1 mostra que, em todo período de quatro anos, de longe, o maior investimento refere-se à manutenção do competente grupo de funcionários, o que permite o funcionamento de uma infraestrutura de apoio adequada às tarefas da Adusp. Vale lembrar que a Adusp também mantém funcionários nas subsedes do interior, em outros *campi* da USP.

Os funcionários da Adusp são regidos pela CLT: as variações que se observam nos salários (linha vermelha interrompida por pontos) decorrem principalmente de adiantamentos de férias, que são descontados no mês seguinte, e de metade do décimo terceiro salário (por exemplo, junho e dezembro). As Assessorias (jurídica, contábil e de imprensa) não estão incluídas nessa alínea. Outras importantes flutuações correspondem a horas-extras necessárias às atividades extraordinárias, associadas às mobilizações, por exemplo a greve de 2014. Os encargos, legalmente determinados (linha verde contínua), quando atualizados pela inflação, somam a quantia aproximada de 50 mil reais (o imposto de renda retido na fonte está incluído e é responsável por picos, em particular nos meses de dezembro).

Verifica-se que uma porcentagem de aproximadamente 65% do total da receita é destinada para a remuneração do pessoal (incluídos os encargos legais), mantendo-se, em média, ao longo do quadriênio, mesmo porque tanto a arrecadação quanto a política salarial dos funcionários estão atreladas ao salário docente, que, até o início de 2014, teve ligeira melhora, em comparação ao deflator. Nos últimos 12 meses, esta porcentagem teve média de 67%.

Em volume de recursos investidos, vem a seguir o grupo de despesas relacionadas à manutenção de um patamar razoável de comunicação, especialmente com os filiados, mas também com a sociedade em geral. Esse item corresponde, em média, a aproximadamente 15% da arrecadação mensal da entidade. Nos últimos dois anos, esta porcentagem caiu um pouco devido à menor frequência da Revista Adusp, mas, em 2015, foram registrados gastos com o número 57 da Revista Adusp e os três cadernos: “USP: 'crise financeira' ou crise de financiamento?”, “Propostas da Adusp para democratizar a Universidade de São Paulo (USP)” e “Aritmética, Política e Universidade”. No último ano, os investimentos em comunicação tiveram média de 11% da arrecadação líquida.

Na Figura 2, são detalhadas as contribuições dos dois itens mais importantes nesse quesito, ou seja, as despesas com o Informativo Adusp (quinzenal) e a Revista Adusp.

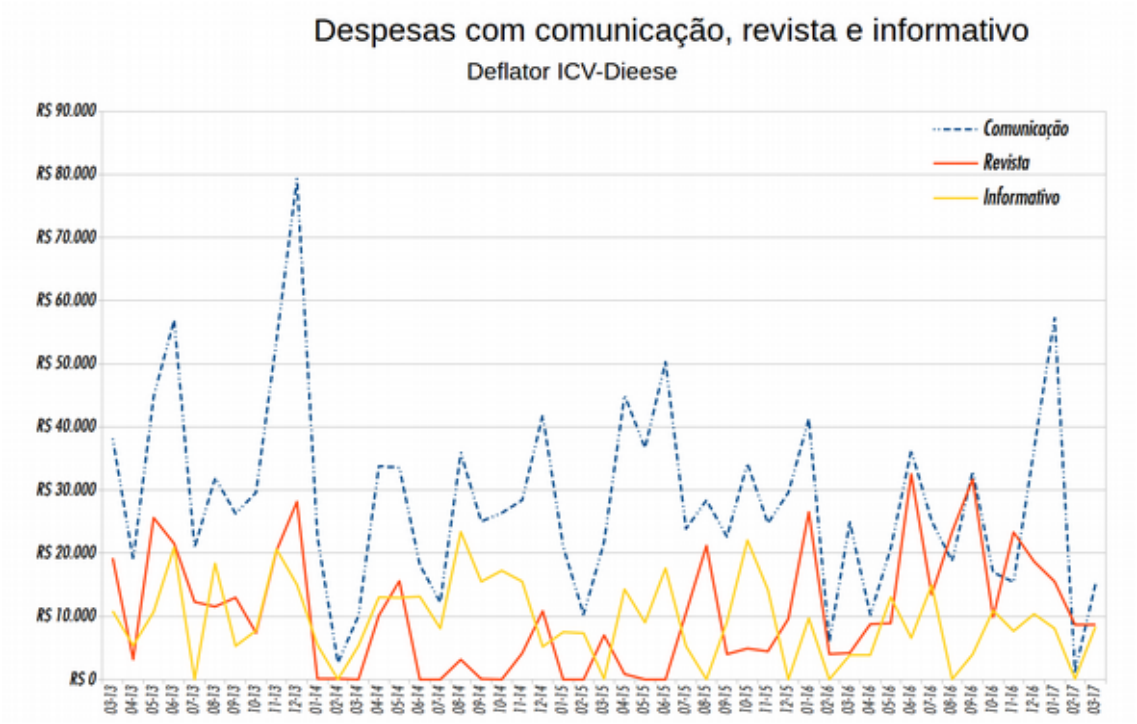
Quanto ao Informativo Adusp, que é de responsabilidade primeira da Diretoria, a despesa maior está associada à sua impressão e, recentemente, vem variando de pouco mais de 4 mil reais a algo em torno de 8 mil reais por edição, a depender do fato de a particular edição exceder, ou não, as quatro páginas (o padrão). Quando ocorre de haver, no mesmo mês, mais de uma edição excedendo o padrão, a despesa com esse item pode subir a quase 20 mil reais, como se verifica, ocasionalmente, no gráfico (linha amarela). Nos meses de férias normalmente o *Informativo Adusp* não é produzido, o que justifica a queda dessa despesa em todos os meses de fevereiro do quadriênio. O custo de correio para envio aos filiados que não o recebem por escaninho também não é desprezível, variando entre R$ 2,5 a 3,0 mil, valor incluído nas despesas totais com Comunicação (linha azul, interrompida por pontos), na Figura 2. Essas despesas totais também incluem outras ações de comunicação com filiados, por exemplo, a confecção de brindes de fim de ano, responsáveis por picos em meses de novembro/dezembro, nos vários anos.

A despesa com a *Revista Adusp* é menos previsível, conforme pode-se constatar no mesmo gráfico. A escolha do tema compete ao Corpo Editorial da Revista – totalmente independente da Diretoria em exercício, sendo que apenas um entre os nove membros da Comissão é indicado pela Diretoria (atualmente,

Elisabetta Santoro). A maioria das reportagens corresponde a textos jornalísticos remunerados, encomendados e revistos pelo editor, nosso jornalista, Pedro Pomar.

As despesas com a manutenção da sede não são apresentadas em gráfico por serem constituídas por vários itens de menor porte. Mesmo quando a Adusp esteve fora da sede (como ocorreu durante todo ano de 2013), o que acarretava pagar aluguel e outros gastos, tais despesas não chegaram a ultrapassar 10% dos recursos arrecadados, no ano.

Figura 2



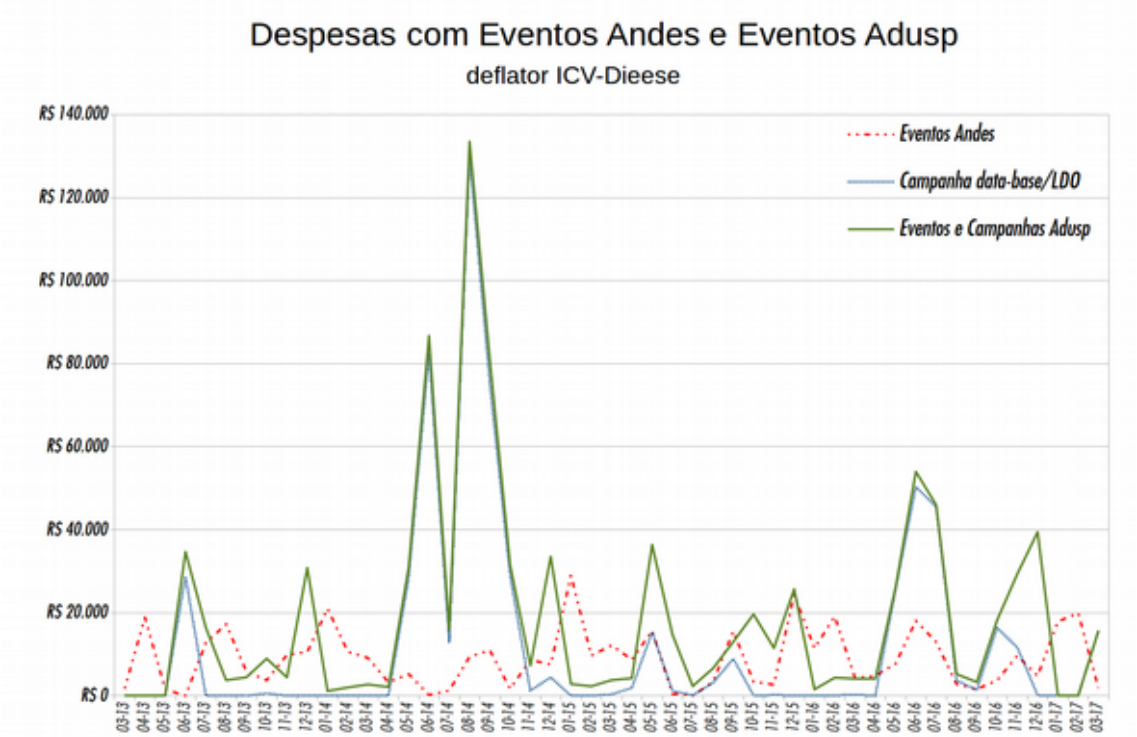
Análise dos investimentos da ADUSP em eventos locais e do Sindicato Nacional

Na Figura 3, encontram-se representadas as despesas com a campanha de data-base e a participação da entidade nas atividades do Andes - Sindicato Nacional do qual somos parte constitutiva, como uma de suas Seções Sindicais.

As maiores somas relativas aos eventos do Andes-SN (linha vermelha interrompida por pontos) referem-se à participação da delegação da Adusp nos Congressos e nos Conad (conselhos), atividades anuais do Andes-SN. No início de cada ano, apenas a participação de uma delegação - constituída por até 12 membros - nos Congressos corresponde a valores que podem exceder 20% do que é arrecadado mensalmente, dependendo da distância até o local do evento, que é itinerante (meses de janeiro/fevereiro de cada ano). A participação nos Conad, em meados de cada ano, em geral com delegação menor, consome menos da metade desse montante.

É preciso considerar também a participação dos representantes da Adusp nos Grupos de Trabalho do Sindicato Nacional, em especial nos de Política Educacional (GTPE) e de Classe, Étnicoraciais, Gênero e Diversidade Sexual (GTPCEGDS) e, além disso, a contribuição de membros da Adusp nas discussões e na organização das universidades estaduais e municipais (Setor das IEES/IMES); cada um desses agrupamentos organizativos demanda dois ou três deslocamentos anuais para Brasília/DF.

Figura 3



Nos últimos quatro anos, a maior despesa no item “eventos e campanhas Adusp” (linha verde contínua) foi a longa campanha de data-base de 2014, tanto que, no período, essa linha se torna quase indistinguível da linha que representa esse item específico (azul pontilhada). Em particular, salientam-se os picos de maio a outubro de 2014, período da greve vitoriosa de 118 dias. As despesas totais com a campanha de data-base 2014 foram de aproximadamente R$ 295 mil.

Detalhando os investimentos com esta campanha, as maiores somas corresponderam a:

• Eventos do Fórum das Seis incluindo rateios, transporte e carros de som, chegando a aproximadamente R$ 119 mil.

• Arraial da Greve - quase R$ 12 mil, sendo os maiores gastos com barraquinhas R$ 6.600, carro de som R$ 2.600, músicos R$ 1.300.

• Evento SOS USP com despesas próximas de R$ 65 mil; nesse caso, os maiores gastos foram aluguel das tendas e palco R$ 23.500, aluguel de equipamento de som R$ 15.800, pagamento de músicos R$ 8.000 filmagem R$ 4.800 e aluguel de banheiros químicos R$ 1.100.

• Outras despesas com eventos Adusp (exceto Arraial da Greve e SOS USP) como despesas com reuniões, boletins, faixas, cartazes e panfletos, “Café na Greve”, etc. por volta de R$ 61 mil.

• Cestas Básicas para doação aos funcionários com pontos cortados, aproximadamente R$ 35 mil.

Os outros eventos da Adusp que consomem as maiores somas correspondem ao baile de final de ano e às posses da Diretoria a cada biênio e são responsáveis pelos principais picos menores da linha contínua, na Figura 3. Em 2013, houve também um aumento de despesas referente a eventos relacionados com os sérios problemas vividos pela EACH, a unidade da USP na zona leste da capital.

Doações e empréstimos

Conforme decisão antiga do Conselho de Representantes (CR) da Adusp, a Diretoria tem delegação para autorizar doações, que não ultrapassem o valor de R$ 400,00 – valor respeitado até hoje –, para eventos de entidades com as quais temos afinidades nas pautas que defendemos. Empréstimos ou doações superiores demandam aprovação do CR e/ou de assembleias gerais. A Tabela 1, a seguir, arrola todos os empréstimos e doações feitos no período considerado.

Tabela 1 – Doações de abril/2016 a março/2017

Data	Destinação	Valor (R$)
09/05/16	Encontro Nacional de Estudantes e Coletivos Negros	400,00
13/05/16	Assoc Pais e Mestres Escola Aplicação FEUSP	400,00
19/05/16	SINDUECE (1a. parte)	2.500,00
30/05/16	DCE	75,00
01/06/16	Rede Emancipa	400,00
10/06/16	ANPG	400,00
15/06/16	SINDUECE - 2a. parte	2.500,00
30/06/16	Coletivo Autônomo de Trabalho Social	400,00
15/07/16	evento sobre Cotas na USP - Núcleo Consc Negra	400,00
03/08/16	evento arrecadação fundos descontos grevistas - Sintusp	400,00
05/08/16	300 cestas básicas para Sintusp	23.232,00
11/08/16	100 cestas básicas para Sintusp	7.744,00
24/08/16	Ocupação MIVM	400,00
09/09/16	Andes/SN Marcha para Brasília	5.000,00
27/09/16	Excluídos	400,00
07/10/16	30 cestas básicas ao Sintusp	2.323,20
16/11/16	Coletivo Herzer	400,00
24/11/16	DCE caravana para Brasília 28 a 30/11 - PEC 55	11.000,00
24/11/16	DCE caravana para Brasília 28 a 30/11 - PEC 55	7.380,00
24/11/16	Andes Marcha para Brasília PEC 55	5.000,00
02/12/16	X EIV - SP - Estágio Interdisciplinar Vivência em SP	400,00
09/12/16	Fundo Nacional de Greve Andes/SN	1.437,50
09/12/16	Fundo Nacional de Greve Andes/SN	1.437,50
15/12/16	Fundo Nacional de Greve Andes/SN	1.437,50
18/01/17	Movimento Passe Livre	400,00
24/01/17	mantimentos creche oeste	189,32
26/01/17	mantimentos para creche oeste	44,36
07/03/17	Rede Emancipa	400,00

Resumo Patrimonial

As despesas com a reforma da nova Sede da Adusp foram quase totalmente custeadas pelos recursos repassados voluntariamente por filiados em retribuição à “Ação do Gatilho”; a somatória de tais repasses foi depositada numa conta poupança específica. Além desta conta temos outras, sendo que a maior é a do Fundo de Reserva, que a entidade mantém para despesas extraordinárias, como as associadas a greves ou outros movimentos de envergadura maior. Este fundo sofreu baixa, devido principalmente às despesas na campanha de data-base 2014, mas se encontra com saldo de cerca de R$ 770 mil. O saldo total do ativo financeiro da Adusp conta hoje com quase R$ 1 milhão, como pode ser visto na seção seguinte, Tabela 2.

Resumo da tesouraria

A Tabela 2 resume receitas e gastos da Adusp de abril/2015 a março/2016. A “Contribuição Líquida” é o destinado mensalmente ao caixa da Adusp após os repasses ao Andes-SN, do qual a Adusp faz parte. “Receitas Variáveis” são principalmente rendimentos financeiros e reembolsos. “Despesas Totais” são todos os gastos, destacamos aqui os mais significativos: “Salários e Encargos”, “Comunicação”, “Eventos e Campanhas” e “Contratos”, estes últimos referentes a pagamentos a escritórios de contabilidade e de advocacia e o estagiário de jornalismo. Em “Comunicação” estão a confecção da *Revista Adusp* e a impressão do *Informativo*. O saldo do fundo originado da doação dos associados que receberam da Ação do Gatilho foi somado ao fundo de reserva e somado aos saldos das contas correntes, soma que chamamos de “Reservas Totais”.

Tabela 2 – Receitas e despesas da Adusp

(em Reais, não deflacionadas)

Mês	Contribuição Líquida (1)	Receitas Variáveis	Despesas Totais	Salários e Encargos(2)	Comuni-cação	Eventos e Campanhas	Contratos (3)	Reservas Totais
04/16	251.885,98	15.991,62	210.050,82	143.021,46	9.835,65	8.633,03	15.717,77	1.161.058,81
05/16	251.488,09	12.448,19	256.740,88	150.538,98	20.099,61	36.148,12	14.636,24	1.173.392,67
06/16	260.378,12	11.510,99	402.104,23	238.563,79	35.320,15	73.789,28	16.968,95	1.048.308,05
07/16	258.932,32	24.478,66	249.855,08	116.165,53	24.516,37	57.964,21	14.497,36	1.087.135,46
08/16	257.669,99	13.147,73	277.208,77	161.661,35	18.345,21	39.664,10	16.785,36	1.086.026,18
09/16	256.446,08	10.824,29	248.911,30	158.966,48	32.423,09	10.195,71	14.544,86	1.109.646,88
10/16	257.084,86	11.353,99	349.486,88	131.307,52	16.689,17	23.847,68	17.944,07	1.033.837,76
11/16	256.523,05	10.887,88	306.015,91	161.999,26	15.222,51	62.276,75	15.012,74	1.000.076,00
12/16	255.696,95	12.720,78	374.157,15	237.160,78	36.112,94	51.476,60	14.731,01	899.571,74
01/17	256.413,90	13.147,49	280.403,17	149.906,77	56.756,36	18.485,13	18.171,36	893.950,90
02/17	256.395,42	10.457,92	242.394,02	173.271,48	1.260,11	19.974,37	14.275,36	923.638,82
03/17	255.903,51	8.615,90	244.063,25	140.045,28	15.126,75	32.912,09	16.464,08	949.324,14

(1) Dos salários referência (e não do bruto) é descontado 1% de contribuição sindical. A contribuição líquida da Adusp corresponde a 78,4% desta contribuição sindical, face aos repasses para o Andes-SN que somam 21,6% do total desta contribuição, ou seja, aqui já está descontado o repasse do Fundo Especial de Greve e Solidariedade.

(2) Os funcionários da ADUSP são regidos pela CLT: as variações decorrem, entre outros motivos, de adiantamentos de férias, que são descontados no mês seguinte (vide, por exemplo, junho e julho).

São Paulo, 16 de abril de 2016

Adriana P. B. Tufaile – Tesoureira

César Augusto Minto - Presidente

20. ANEXOS

ANEXO 1

Ofício GR /238 de 31/5/16

GABINETE
DO
REITOR

São Paulo, 31 de maio de 2016.

GR/238

Senhor Presidente

Em atenção ao Ofício Adusp 008/16, de 30.05.2016, informo a V. Sa. que, por motivo de férias, o M. Reitor da USP não poderá comparecer ao debate "Avaliação docente e institucional: as novas propostas da reitoria em discussão", no próximo dia 03 de junho.

Atenciosamente,

Thiago Rodrigues Liporaci
Chefe de Gabinete

Ilmo. Sr.
Prof. Dr. CÉSAR AUGUSTO MINTO
Presidente da Adusp

Rua da Reitoria, 374 - Cidade Universitária - 05508-220 - São Paulo - SP- Brasil
Tel.: (55-11) 3091-3500 / 3812-6200

ANEXO 2

textos Nova CPA – comissão de mobilização

Assunto: Sobre carreira, avaliação e nova CPA
De: Adusp
Data: 08-09-2016 08:45
Para: secretaria@adusp.org.br

Sobre Carreira, Avaliação e "nova CPA"

Esta é uma série com destaques dos debates sobre as propostas da Reitoria de mudanças na carreira docente, na avaliação institucional e individual e de nova Comissão Permanente de Avaliação ("nova CPA").

I. O eixo fundamental das propostas apresentadas é a centralização da avaliação e não os projetos acadêmicos

O professor Carlos F. Martins (IAU-USP) afirmou em debate realizado na EACH em 23/8/2016 que:

"Os projetos acadêmicos das unidades definem a sua integração, a sua articulação com os projetos dos departamentos e os projetos acadêmicos dos docentes se definem em função disso. Isto passa por processo de validação. Eu prefiro, e vou defender na comissão, a ideia de que a CPA valide os projetos acadêmicos, no lugar da formulação atual que é aprova. Acho que isso dá margem ao entendimento de que a CPA, esta instância que está lá em cima, aprova a seu bel prazer isto ou aquilo, eu prefiro a ideia de que valida. Embora, também me pareça que politicamente um projeto acadêmico elaborado por uma unidade, aprovado na sua congregação, pode eventualmente ser até questionado ou discutido, mas politicamente não há como ser simplesmente ignorado ou modificado. Me parece que essa questão da centralidade do projeto acadêmico da unidade é absolutamente fundamental."

Veja em (https://youtu.be/BcbNHllkFE4?t=11m17s).

O professor Luiz N. de Oliveira (IFSC-USP) insistiu em afirmar, em debate ocorrido no Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas (IAG-USP), também em 23/8/2016, que serão os departamentos a decidir sobre os projetos acadêmicos dos docentes.

Veja em (https://youtu.be/4JwzhHpdWAE?t=39m51s).

Apesar das discrepâncias entre as falas desses professores, ambos membros da Comissão escolhida pela Reitoria, não resta dúvida de que, na versão de agosto, os projetos acadêmicos dos docentes deverão ser aprovados de forma centralizada e não apenas nas instâncias pertinentes da unidade a que estão vinculados.

Questionamos: docentes, departamentos e unidades terão autonomia para definir seus projetos acadêmicos?

Uma rápida leitura dos artigos 14, 15 e 16 (veja quadro no final) da proposta de Regimento Interno da CPA, que tratam de suas atribuições e de suas câmaras, não deixa dúvidas de que as diretrizes para os projetos das unidades serão fixadas pela Comissão Plenária (CP) da CPA, as dos departamentos pela Câmara de Avaliação Institucional (CAI) e a dos docentes pela Câmara de Atividades Docentes (CAD).

Em particular, caberá à CAD a aprovação final do projeto do docente, cujas diretrizes foram fixadas por essa mesma câmara, e à CP caberá aprovar os indicadores de avaliação. Mais ainda, a orientação para os projetos acadêmicos será feita por essas câmaras com base em critérios gerais para a universidade. Esses critérios não são explicitados e nem tampouco é informada a forma como serão construídos.

Portanto, a pretensão de realizar avaliação centralizada é mais que evidente. A menção aos projetos acadêmicos aparece apenas para dar uma forma mais palatável ao que é, de fato, inegável e inaceitável: seremos todos, o tempo todo, avaliados por um grupo de colegas, escolhidos e indicados pelo reitor ou de modo centralizado, segundo diretrizes e critérios por eles fixados.

Faz sentido levar à votação um conjunto de propostas que tem sua essência questionada pela imensa maioria dos colegiados e continua recebendo críticas onde quer que seja discutida?

Lembrete fundamental:

De tudo o que está sendo proposto, apenas os itens que modificam o Estatuto da USP exigem quórum qualificado de dois terços (2/3) dos membros do Conselho Universitário (Co).

Caso a alteração do Estatuto da USP seja aprovada, as demais mudanças no Regimento Geral, para definir o Regimento da CPA e o Estatuto Docente, não exigem quórum qualificado. Ou seja, o conjunto de normas propostas poderá ser deliberado por maioria simples dos membros presentes na reunião do Co que vier a votá-las.

Consideradas as distorções que atualmente comprometem o Co, não haverá limite para aprovar tudo o que for de interesse dos grupos de poder que hoje dominam o colegiado e que se opõem a democratizar a USP.

O que vier a ser aprovado posteriormente poderá ser ainda mais centralizador e controlador do que está sendo proposto agora!

Por isso defendemos que é prioritário retomar o processo de discussão sobre a democratização da USP.

Rejeitar essas mudanças de reforma do Estatuto permitirá retomar a discussão do que a comunidade acadêmica considerar prioritário.

Conselheira, conselheiro, vote não à mudança do Estatuto!

São Paulo, 2 de setembro de 2016

Diretoria da Adusp

Regimento Interno da Comissão Permanente de Avaliação (CPA)

[M I N U T A- versão agosto 2016] com destaques nossos

Seção I - Comissão Plenária (CP)

Artigo 14 - São atribuições da CP:

I- planejar, coordenar e aperfeiçoar o processo de avaliação interna e externa da Universidade;

II- aprovar as diretrizes de avaliação de caráter geral propostas pelas Câmaras para cada ciclo avaliativo;

III- aprovar indicadores de avaliação de pesquisa, ensino, cultura e extensão e gestão universitária para o ciclo avaliativo;

IV- aprovar o calendário geral de avaliação de docentes, Departamentos, Unidades, Museus e Institutos Especializados em cada ciclo avaliativo;

V- aprovar as diretrizes gerais para os projetos acadêmicos das Unidades, Museus e Institutos Especializados;

VI- aprovar o relatório periódico (quinquenal) de avaliação global da Universidade, com base nos relatórios de avaliação institucional e docente elaborados, respectivamente, pela CAI e CAD;

VII- julgar recursos das decisões da CAI e da CAD;

VIII- planejar e conduzir a avaliação institucional solicitada pelos órgãos governamentais;

IX-gerenciar o funcionamento da estrutura de apoio na busca de indicadores internos e externos de avaliação, bem como na manutenção dos bancos de dados relevantes;

X- avaliar o cumprimento dos objetivos e metas da Universidade e propor medidas de aperfeiçoamento;

XI- aprovar as propostas normativas apresentadas pela CAD, CAI ou pela própria CP, para a disciplina da atividade de sua competência, submetendo-as ao CO ou ao Reitor, conforme o caso;

XII- aprovar, em caráter excepcional, a progressão horizontal de Professor Associado I para Professor Associado III, com base na demonstração de desempenho manifestamente superior ao perfil estabelecido para Professor Associado III no projeto acadêmico da Unidade, Museu ou Instituto Especializado;

XIII- exercer as demais atribuições inerentes à natureza de sua competência.

§ 1º- Na apreciação e julgamento de recursos interpostos contra decisões da CAI ou da CAD os integrantes dessas Câmaras que tiverem participado da decisão recorrida estarão impedidos de votar como membros da CP.

§ 2º- Na apreciação e julgamento de recursos contra decisões da CAI sobre avaliação de projeto acadêmico de Unidade, Museu ou Instituto Especializado, os membros da CAA que tiverem participado da decisão de sua aprovação naquela Comissão estarão impedidos de votar como membros da CP,

§ 3º- Da decisão da CP que confirmar a exoneração de docente, caberá recurso ao Conselho Universitário, no prazo de 30 (trinta) dias,

contados da data da ciência.

Seção II - Câmara de Avaliação Institucional (CAI)

Artigo 15 - À Câmara de Avaliação Institucional compete:

I- propor à CP as diretrizes de avaliação de Departamentos, Unidades, Museus e Institutos Especializados;

II- propor à CP calendário de avaliação de Departamentos, Unidades, Museus e Institutos Especializados;

III- propor à CP instrumento (roteiro) de avaliação de Departamentos, Unidades, Museus e Institutos Especializados;

IV- aprovar as diretrizes gerais para os projetos acadêmicos dos Departamentos, em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela CP para as Unidades, Museus e Institutos Especializados;

V- elaborar o relatório periódico (quinquenal) de avaliação de Unidades, Departamentos, Museus e Institutos Especializados, submetendo-o à CP;

VI- aprovar protocolo de compromisso a ser firmado com Unidades, Departamentos, Museus e Institutos Especializados com desempenho acadêmico insatisfatório e o respectivo relatório de encerramento;

VII- orientar e apoiar Unidades, Museus, Institutos Especializados e Departamentos na elaboração dos respectivos projetos acadêmicos, com base em critérios gerais para a Universidade;

VIII - propor ao CO ou ao Reitor, conforme o caso, ouvida a CP, a edição de normas que disciplinem a atividade institucional, no âmbito de sua competência; X- exercer as demais atribuições inerentes à natureza de sua competência.

Seção III - Câmara de Atividades Docentes (CAD)

Artigo 16 - À CAD compete:

I- propor à CP as diretrizes de avaliação de docentes;

II- propor à CP calendário de avaliação de docentes;

III- aprovar, nos termos da regulamentação própria;

a) o projeto acadêmico do docente;

b) o credenciamento do docente para atividades simultâneas;

c) a acumulação temporária de funções docentes;

d) o exercício de funções de direção e assessoramento, exceto nas hipóteses previstas no Estatuto e Regimento Geral;

e) o afastamento por mais de 30 (trinta) dias;

IV- aprovar as diretrizes gerais para os projetos acadêmicos dos docentes, em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela CP e CAI para as Unidades, Museus, Institutos Especializados e Departamentos;

V- elaborar o relatório periódico (quinquenal) de avaliação de docentes, submetendo-o à CP;

VI- orientar e apoiar os Departamentos na elaboração dos projetos acadêmicos dos docentes, com base em critérios gerais para a Universidade;

VII- aprovar protocolo de compromisso a ser firmado com docentes com desempenho acadêmico insuficiente e o respectivo relatório de encerramento;

VIII- subsidiar o Reitor, o CO e os órgãos competentes na formulação da política de pessoal docente da Universidade;

IX-propor ao CO ou ao Reitor, conforme o caso, ouvida a CP, a edição de normas que disciplinem a atividade docente;

X- interpretar, aplicar e determinar a aplicação das normas que regem a atividade docente e os regimes de trabalho, zelando por seu fiel cumprimento e execução;

XI-opinar, observadas as disposições pertinentes, sobre ingressos, reingressos, permanências, exclusões, licenças, afastamentos, transferências, comissionamentos, nomeações, admissões, contratos, renovações de contratos e alterações de regimes de trabalho do pessoal docente da Universidade;

XII- apurar, mediante sindicâncias instauradas pelo Presidente, infringências à legislação relativa aos docentes e seus regime de trabalho e, quando for o caso, propor ao Reitor a abertura de processo administrativo;

XIII- exercer as demais atribuições inerentes à natureza de sua competência.

Se voc&#65533; n&#65533;o deseja mais receber nossos e-mails, cancele sua inscri&#65533;&#65533;o neste link

Assunto: Sobre carreira, avaliação e "Nova CPA" - texto II
De: Adusp
Data: 16-09-2016 08:30
Para: secretaria@adusp.org.br

Sobre Carreira, Avaliação e "nova CPA"

Continuação da série com destaques dos debates sobre as propostas da Reitoria de mudanças na carreira docente, na avaliação institucional e individual e de nova Comissão Permanente de Avaliação ("nova CPA").

II. Haverá intervenção da Reitoria nas mudanças de regime de trabalho?

Sequer há consenso entre os membros da comissão que propõe a "nova CPA"

Segundo o professor Luiz Nunes de Oliveira, um dos signatários das propostas de mudanças estatutárias e regimentais, "nova CPA" e "Estatuto Docente", em debate ocorrido no IAG em 23/8/2016, o regime de trabalho apenas poderá ser modificado a pedido do docente ou do Conselho do Departamento (https://youtu.be/4JwzhHpdWAE?t=14m10s). A leitura do artigo 202 do Regimento Geral (RG), na versão proposta em agosto, permite esse entendimento.

Por outro lado, o professor Victor Wunsch Filho, admitiu no debate ocorrido na EACH, também em 23/8/2016, que a mudança de regime de trabalho em caso de não cumprimento do protocolo de compromisso poderia, sim, vir a ser proposta (https://youtu.be/BcbNHllkFE4?t=1h34m10s).

Para melhor compreender esse desacordo, é preciso analisar a questão sob outros pontos de vista:

1. É importante contextualizar que, em tempos de crise de financiamento, a Administração Central pode recorrer a mudanças sistemáticas de regime de trabalho de docentes para fazer ajustes na folha de pagamento.

2. Ainda que o artigo 202 do Regimento Geral (RG) em vigor, confira aos departamentos o protagonismo de propor a mudança de regime de trabalho docente, vimos o Conselho Universitário (Co) aprovar o regimento interno da CERT que, em flagrante desrespeito ao RG, permite a essa comissão mudar, por iniciativa própria, o regime de trabalho dos docentes. Assim, porque pensar que o mesmo não venha a ocorrer com a "nova CPA"? De fato, a proposta de alteração do artigo 202 do RG introduz um elemento novo. Ali, a alteração do regime deverá ser proposta pelo Conselho ao CTA e à CAD, na forma da regulamentação própria. Essa última frase não aparece na redação em vigor e a decisão por incluí-la deve ter algum motivo ou intenção. É bom lembrar que para promover alterações no Estatuto da USP são necessários os votos de dois terços dos membros do Co. As mudanças propostas no RG, o regimento interno da CPA, o Estatuto Docente e qualquer outra "regulamentação própria" poderão ser aprovados por maioria simples dos presentes, o que facilitará ao Co estabelecer o que for de seu interesse para ampliar o poder e o controle sobre todos os docentes ao longo de toda a carreira.

3. A Reitoria propõe que a avaliação individual, hoje sob responsabilidade da unidade, seja centralizada em torno da "nova CPA". No caso de avaliação insatisfatória, o docente deverá assinar um protocolo de compromisso que, se

não for cumprido, o tornará vítima de um processo administrativo e sujeito a penalidades, inclusive a exoneração. Nesses termos, a comissão processante não poderia vir a indicar a mudança do regime de trabalho do docente. No entanto, o curso desse tipo de procedimento já seria uma forma de pressão sobre departamentos e unidades para propor tal alteração. Mais ainda, essa possibilidade não parece improvável quando encontramos na proposta de "Estatuto Docente", o seguinte artigo:

> *Artigo 40 - Diante de inadequacao do docente ao regime de trabalho estabelecido, devidamente motivada, o Conselho de Departamento podera recomendar a sua alteracao, cabendo a Congregacao ou CTA e a CAD a deliberacao sobre o assunto, aplicando-se, no que couber, o procedimento do artigo 28.*

O artigo 28, que trata dos procedimentos para credenciamento para atividades simultâneas, prevê que recursos sejam decididos pela CAD e pela CPA, em última instância. Como serão esses procedimentos interpretados em caso de mudança de regime de trabalho? Esse tipo de delegação para a CAD e/ou para CPA, enseja todo tipo de incerteza, ainda mais quando, infelizmente, é sabido que a USP não prima pelo respeito à legislação do país e sequer à sua própria.

4. Note-se, ainda, que unidades e departamentos deverão, em seus projetos acadêmicos, apresentar o percentual ideal de docentes nos diversos regimes de trabalho. Ora, como não se propõe mudar o princípio que considera o RDIDP como regime preferencial na USP, poderíamos entender que esse aspecto foi pensado para algumas unidades, já que na maioria a resposta mais provável será: 100% em RDIDP! No entanto, experiências recentes mostram que as unidades têm encontrado muitas dificuldades para fazer valer suas práticas e seus critérios quando as decisões finais são tomadas por comissões centrais. Esse tem sido o caso dos processos de distribuição de cargos de Professor Titular e foi também a situação enfrentada em muitos recursos referentes aos processos de progressão horizontal onde nem mesmo a manifestação de congregações favoráveis ao acolhimento dos recursos foram tratadas com o devido cuidado e respeito pela Comissão Central de Avaliação Docente (CCAD).

5. Considerando a postura contumaz da atual Reitoria, não é pouco provável que essa recorra, de fato, a mudanças sistemáticas de regime de trabalho de docentes para fazer ajustes na folha de pagamento.

Lembrete fundamental:

De tudo o que está sendo proposto, apenas os itens que modificam o Estatuto da USP exigem quórum qualificado de dois terços (2/3) dos membros do Conselho Universitário (Co).

Caso a alteração do Estatuto da USP seja aprovada, as demais mudanças no Regimento Geral, para definir o Regimento da CPA e o Estatuto Docente, não exigem quórum qualificado. Ou seja, o conjunto de normas propostas poderá ser deliberado por maioria simples dos membros presentes na reunião do Co que vier a votá-las.

Consideradas as distorções que atualmente comprometem o Co, não haverá limite para aprovar tudo o que for de interesse dos grupos de poder que dominam hoje o

colegiado e que se opõem a democratizar a USP.

O que vier a ser aprovado posteriormente poderá ser ainda mais centralizador e controlador do que está sendo proposto agora!

Por isso defendemos que é prioritário retomar o processo de discussão sobre a democratização da USP.

Rejeitar essas mudanças de reforma do Estatuto permitirá retomar a discussão do que a comunidade acadêmica considerar prioritário.

Conselheira, conselheiro, vote não à mudança do Estatuto!

São Paulo, 12 de setembro de 2016

Diretoria da Adusp

Se voc&#65533; n&#65533;o deseja mais receber nossos e-mails, cancele sua inscri&#65533;&#65533;o neste link

Assunto: Sobre sarreira, avaliação e "Nova CPA" - III
De: Adusp
Data: 19-09-2016 08:15
Para: secretaria@adusp.org.br

Sobre Carreira, Avaliação e "nova CPA"

Continuação da série com destaques dos debates sobre as propostas da Reitoria de mudanças na carreira docente, na avaliação institucional e individual e de nova Comissão Permanente de Avaliação ("nova CPA").

III. Não há como negar: a autonomia acadêmico-científica de docentes, departamentos e unidades está ameaçada

Quando comissões centrais escolhidas pela Reitoria e/ou indicadas pelo Conselho Universitário (Co) são responsáveis por:

1. aprovar diretrizes e indicadores de avaliação;
2. definir calendário e roteiro de avaliação;
3. julgar se os projetos das unidades estão em consonância com os critérios gerais definidos por essas mesmas comissões centrais e para toda a universidade;
4. propor e aprovar protocolos de compromisso para docentes e departamentos considerados "mal avaliados";
5. propor abertura de processos administrativos contra docentes avaliados de modo insatisfatório;

não há como identificar qualquer possibilidade de autonomia acadêmica de docentes, departamentos e unidades.

Durante os debates nas unidades, ao serem questionados, os professores da comissão escolhida pela Reitoria e signatários das propostas de mudanças, limitam-se a alegar que esse processo só terá início daqui há alguns anos, na tentativa de "tranquilizar" os docentes e atenuar as críticas. Veja em (https://youtu.be/BcbNHllkFE4?t=10m58s).

Porque insistem nisso? As críticas em questão dizem respeito ao quanto essas propostas podem ser danosas para a universidade, sejam elas implantadas de imediato ou daqui há alguns anos.

Ou seja, evitam dizer que, se aprovadas, cedo ou tarde essas propostas terão um profundo e negativo impacto nas relações e nas condições de trabalho na universidade. Estaremos sempre sob ameaça de demissão ou de mudança de regime de trabalho. Os departamentos e as unidades poderão vir a pressionar os docentes no sentido de adequarem-se ao perfil imposto pela Reitoria, pois muitas coisas poderão acabar vinculando-se ao "bom desempenho", como a distribuição de vagas para concurso de ingresso e de cargos para concursos de professores titulares, a exemplo do que já estamos sendo submetidos na USP.

Lembrete fundamental:

De tudo o que está sendo proposto, apenas os itens que modificam o Estatuto da USP exigem quórum qualificado de dois terços (2/3) dos membros do Conselho Universitário (Co).

Caso a alteração do Estatuto da USP seja aprovada, as demais mudanças no Regimento Geral, para definir o Regimento da CPA e o Estatuto Docente, não exigem quórum qualificado. Ou seja, o conjunto de normas propostas poderá ser deliberado por maioria simples dos membros presentes na reunião do Co que vier a votá-las.

Consideradas as distorções que atualmente comprometem o Co, não haverá limite para aprovar tudo o que for de interesse dos grupos de poder que dominam hoje o colegiado e que se opõem a democratizar a USP.

O que vier a ser aprovado posteriormente poderá ser ainda mais centralizador e controlador do que está sendo proposto agora!

Por isso defendemos que é prioritário retomar o processo de discussão sobre a democratização da USP.

Rejeitar essas mudanças de reforma do Estatuto permitirá retomar a discussão do que a comunidade acadêmica considerar prioritário.

Conselheira, conselheiro, vote não à mudança do Estatuto!

São Paulo, 19 de setembro de 2016

Diretoria da Adusp

Se voc&#65533; n&#65533;o deseja mais receber nossos e-mails, cancele sua inscri&#65533;&#65533;o neste link

Assunto: Sobre carreira, avaliação e "Nova CPA" - IV
De: Adusp
Data: 29-09-2016 08:15
Para: secretaria@adusp.org.br

Sobre Carreira, Avaliação e "nova CPA"

Continuação da série com destaques dos debates sobre as propostas da Reitoria de mudanças na carreira docente, na avaliação institucional e individual e de nova Comissão Permanente de Avaliação ("nova CPA").

IV. Análise criteriosa mostra que as experiências com avaliação centralizada na USP foram desastrosas. Porque insistir nelas?

O processo centralizado de progressão horizontal gerou inúmeras injustiças, muitas não reparadas. O modo como a "avaliação" se estruturou não seguiu os parâmetros definidos pela resolução que a constituiu. Houve, na prática, a decisão de que, independentemente do mérito, apenas uma fração dos que pleiteavam a promoção deveria ser aprovada. Não houve garantia do direito de defesa, ao contrário, quando as congregações se manifestaram em defesa dos docentes, seus posicionamentos foram desconsiderados. Em resumo, o poder conferido às comissões de avaliação foi total, impedindo até que recursos chegassem ao Conselho Universitário (Co).

As avaliações dos docentes em regime experimental, promovidas sem base regimental pela CERT, desagradam de modo generalizado. Suas decisões estão muitas vezes em desacordo com as dos departamentos e unidades, fenômeno que se intensificou nos últimos dois anos. Os critérios são predominantemente quantitativos, os pareceres assumem tons ameaçadores, envolvendo mudança de regime de trabalho ou extensão do período experimental.

Por que acreditar que a "nova CPA" e suas poderosas câmaras agiriam de modo distinto? O poder do reitor para indicar a maioria dos membros dessas comissões e a possibilidade de os critérios mudarem a cada ciclo de avaliação aumentam os graus de centralização da proposta permitindo a cada Reitoria impor seus critérios ao corpo docente da universidade.

Será preciso adequar-se para obter vagas para contratação ou cargos para titular

Os mecanismos de distribuição de cargos de Professor Titular, promovida pela Comissão de Atividades Acadêmicas (CAA), estão incomodando muitas unidades por diferentes fatores: pela discricionaridade dos processos ou pelo viés autoritário com os quais a administração se vale desses mecanismos para atender ou não às solicitações das unidades. Veja trecho do debate ocorrido no IAG (https://youtu.be/4JwzhHpdWAE?t=1h53m25s). É preciso lembrar que a CAA, nas propostas de mudanças estatutárias e regimentais ora em discussão, é parte constituinte da CPA e a ela caberá aprovar os projetos acadêmicos das unidades!

Ainda que se queira fazer crer que as unidades serão protagonistas na elaboração dos projetos acadêmicos e na construção de critérios de avaliação, a experiência tem mostrado que, ao invés de escutar e acolher as práticas das unidades, a CAA tem exercido enorme pressão para que estas se adequem às suas demandas.

Não caberia, portanto, fazer uma discussão ampla com os docentes da universidade, iniciando-se por um diagnóstico dos atuais processos de avaliação, antes de caminhar na direção de aprovar as propostas de mudanças estatutárias e regimentais que estão em pauta? O bom senso diz que sim. A perspectiva acadêmica para tratar de questões desta monta também. Afinal, para que insistir nos mesmos erros?

Lembrete fundamental:

De tudo o que está sendo proposto, apenas os itens que modificam o Estatuto da USP exigem quórum qualificado de dois terços (2/3) dos membros do Conselho Universitário (Co).

Caso a alteração do Estatuto da USP seja aprovada, as demais mudanças no Regimento Geral, para definir o Regimento da CPA e o Estatuto Docente, não exigem quórum qualificado. Ou seja, o conjunto de normas propostas poderá ser deliberado por maioria simples dos membros presentes na reunião do Co que vier a votá-las.

Consideradas as distorções que atualmente comprometem o Co, não haverá limite para aprovar tudo o que for de interesse dos grupos de poder que hoje dominam o colegiado e que se opõem a democratizar a USP.

O que vier a ser aprovado posteriormente poderá ser ainda mais centralizador e controlador do que está sendo proposto agora!

Por isso defendemos que é prioritário retomar o processo de discussão sobre a democratização da USP.

Rejeitar essas mudanças de reforma do Estatuto permitirá retomar a discussão do que a comunidade acadêmica considerar prioritário.

Conselheira, conselheiro, vote não à mudança do Estatuto!

São Paulo, 26 de setembro de 2016

Diretoria da Adusp

Se voc&#65533; n&#65533;o deseja mais receber nossos e-mails, cancele sua inscri&#65533;&#65533;o neste link

Assunto: Sobre carreira, avaliação e "Nova CPA" - V
De: Adusp
Data: 03-10-2016 08:30
Para: secretaria@adusp.org.br

Sobre Carreira, Avaliação e "nova CPA"

Continuação da série com destaques dos debates sobre as propostas da Reitoria de mudanças na carreira docente, na avaliação institucional e individual e de nova Comissão Permanente de Avaliação ("nova CPA").

V. Que balanço a Reitoria fez da recente avaliação institucional?

O professor Luiz Nunes de Oliveira (IFSC-USP) mencionou, em debate ocorrido no IAG em 23/8/2016, que participou de uma reunião com os participantes externos responsáveis pela avaliação institucional de departamentos e unidades realizada em 2015. Disse ainda, que ali ficou bastante claro os departamentos que estavam e os que não estavam bem, sem explicitar claramente o que significaria "estar bem".

Veja em (https://youtu.be/4JwzhHpdWAE?t=1h31m43s).

Isso dá a entender que a Reitoria já tem seus parâmetros para afirmar quais departamentos "vão bem" e quais "vão mal". Em relação aos critérios de avaliação individual, podemos supor que esses venham a ser, fundamentalmente, os que constam do roteiro para elaboração de relatórios referentes ao período experimental definido pela CERT.

Veja em (http://www.usp.br/cert/roteiro-para-relatorios-bienais-periodo-de-experimentacao/).

É inadmissível que a Reitoria tenha feito uma análise da recente avaliação institucional e não a tenha tornado pública para a comunidade acadêmica, principalmente considerando que está em curso um processo de decisão sobre o tema.

Lembrete fundamental:

De tudo o que está sendo proposto, apenas os itens que modificam o Estatuto da USP exigem quórum qualificado de dois terços (2/3) dos membros do Conselho Universitário (Co).

Caso a alteração do Estatuto da USP seja aprovada, as demais mudanças no Regimento Geral, para definir o Regimento da CPA e o Estatuto Docente, não exigem quórum qualificado. Ou seja, o conjunto de normas propostas poderá ser deliberado por maioria simples dos membros presentes na reunião do Co que vier a votá-las.

Consideradas as distorções que atualmente comprometem o Co, não haverá limite para aprovar tudo o que for de interesse dos grupos de poder que dominam hoje o colegiado e que se opõem a democratizar a USP.

O que vier a ser aprovado posteriormente poderá ser ainda mais centralizador e controlador do que está sendo proposto agora!

Por isso defendemos que é prioritário retomar o processo de discussão sobre a democratização da USP.

Rejeitar essas mudanças de reforma do Estatuto permitirá retomar a discussão do que a comunidade acadêmica considerar prioritário.

Conselheira, conselheiro, vote não à mudança do Estatuto!

São Paulo, 3 de outubro de 2016

Diretoria da Adusp

Se voc&#65533; n&#65533;o deseja mais receber nossos e-mails, cancele sua inscri&#65533;&#65533;o neste link

Assunto: Sobre carreira, avaliação e "Nova CPA" - VI
De: Adusp
Data: 10-10-2016 08:15
Para: secretaria@adusp.org.br

Sobre Carreira, Avaliação e "nova CPA"

Continuação da série com destaques dos debates sobre as propostas da Reitoria de mudanças na carreira docente, na avaliação institucional e individual e de nova Comissão Permanente de Avaliação ("nova CPA").

VI. Professora Marilena Chauí avalia a proposta

Em 16/09/2016, Marilena Chauí falou sobre a proposta de avaliação centralizada para docentes de autoria de comissão nomeada pelo reitor da USP:

http://youtu.be/BH8_ZfuwkXE?t=2h15m

"Agora a questão da centralização, de que é preciso centralizar a USP, de que ela não seja uma federação. É a visão administrativa, porque a visão administrativa é aquela que toma a organização do ponto de vista central do qual se irradiam todas as normas e todas as diretrizes e todos os programas a partir desse centro. O que significa, portanto, que é retirar da universidade aquilo que é a marca essencial dela: a pluralidade e a diferenciação internas. Você não pode tratar as Ciências Básicas, as Ciências da Natureza, as Ciências Humanas, a Filosofia, as Letras, o Direito, a Medicina, a Engenharia da mesma maneira. Não é possível, são lógicas distintas, então você pode ter um conjunto básico de normas referentes ao que está aí -- desse Estatuto que a gente teria que reformar --... a um mínimo, que diz o que é ser um professor, um orientador, quando você faz um mestrado, quando você faz um doutorado, o que é concurso, um mínimo, um mínimo. Mas nesse grau aqui [*aponta para o texto da proposta*], o que se está pretendendo fazer é legislar aquilo que não pode ser legislado, ou se você quiser, que tem que ser legislado diferenciadamente -- e por isso, são os institutos, as faculdades, os departamentos que têm que fazer isso, em harmonia com algumas das regras gerais que valem para a universidade como um todo.

Então a centralização não é acadêmica, ela é uma forma de controle, é para o exercício de controle e não para garantir uma vida acadêmica efetiva. Eu diria mais ainda: o elemento diferenciador é aquilo que permite que haja o intercâmbio, o diálogo e a comunicação entre os institutos, entre as faculdades, entre os departamentos, essa diferença é que é rica, tudo que a gente aprende pela convivência com os que pensam de outra maneira, trabalham de outra maneira, se dedicam a questões diferentes das suas, num aprendizado contínuo, numa riqueza enorme. Então centralizar é exercer poder e controle, e é impedir qualquer veleidade democrática na USP."

Lembrete fundamental:

De tudo o que está sendo proposto, apenas os itens que modificam o Estatuto da USP exigem quórum qualificado de dois terços (2/3) dos membros do Conselho Universitário (Co).

Caso a alteração do Estatuto da USP seja aprovada, as demais mudanças no Regimento Geral, para definir o Regimento da CPA e o Estatuto do Docente, não exigem quórum qualificado. Ou seja, o conjunto de normas propostas poderá ser deliberado por maioria simples dos membros presentes na reunião do Co que vier a votá-las.

Consideradas as distorções que atualmente comprometem o Co, não haverá limite para aprovar tudo o que for de interesse dos grupos de poder que dominam hoje o colegiado e que se opõem a democratizar a USP.

O que vier a ser aprovado posteriormente poderá ser ainda mais centralizador e controlador do que está sendo proposto agora!

Por isso defendemos que é prioritário retomar o processo de discussão sobre a democratização da USP.

Rejeitar essas mudanças no Estatuto permitirá retomar a discussão do que a comunidade acadêmica considerar prioritário.

Conselheira, conselheiro, vote não à mudança do Estatuto!

São Paulo, 7 de outubro de 2016

Diretoria da Adusp

Se voc&#65533; n&#65533;o deseja mais receber nossos e-mails, cancele sua inscri&#65533;&#65533;o neste link

Assunto: Sobre carreira, avaliação e "Nova CPA" - VII
De: Adusp
Data: 17-10-2016 08:15
Para: secretaria@adusp.org.br

Sobre Carreira, Avaliação e "nova CPA"

Continuação da série com destaques dos debates sobre as propostas da Reitoria de mudanças na carreira docente, na avaliação institucional e individual e de nova Comissão Permanente de Avaliação ("nova CPA").

VII. Atividade conjunta do IAG, IF e IME explicita problemas no processo de avaliação

Mesa em 23/8/2016 no IAG com os professores Luiz Nunes de Oliveira (IFSC/presidente da CERT), Ricardo R. Terra (FFLCH/presidente do GT-Atividade Docente), Ciro T. Correia (IGc/membro do GT-Democratização da Adusp), com mediação do professor Eduardo S. Cypriano (IAG) e participação da plateia, explicita reiterados problemas na condução do processo.

Os trechos selecionados a seguir dão um ideia desses problemas.

Questionamentos feitos pela professora Lucília Borsari (IME), da plateia:

"O único momento, até onde eu consegui depreender da leitura que eu fiz dos documentos... que um projeto dos docentes seja avaliado, seja deliberado no departamento é, caso este departamento venha a ser bem avaliado, então este será um item possível de autonomia ao departamento. Mas todos os projetos acabam por ser aprovados num âmbito central da CPA e se eu estou enganada eu gostaria que os professores membros dessa comissão [escolhida pelo reitor] me dissessem em que artigo está escrito que o departamento é quem decide sobre os projetos dos docentes".

Veja em (https://youtu.be/4JwzhHpdWAE?t=1h10m34s).

"O único lugar... [em] que há uma menção a um projeto acadêmico de universidade foi na exposição de motivos que apresenta o Regimento Interno da CPA. Isto não será levado a votação. E pior, lá aparece nos seguintes termos: é a CPA que vai julgar se há pertinência, harmonia entre o projeto da unidade e o projeto da universidade -- e nunca mais o projeto da universidade é mencionado. Então quem vai fazer o projeto da universidade? Com que base? Se esta é a espinha dorsal, então nós devíamos abrir a discussão sobre o que é projeto de universidade, o que é projeto de unidade. Vamos discutir, porque isso não é um conceito absoluto, isso depende da sua concepção de universidade, então isto tem que ser discutido, não dá para discutir a regra se a gente não discutir o que está subjacente a ela".

Veja em (https://youtu.be/4JwzhHpdWAE?t=1h12m07s).

Tais excertos são exemplos claros de questões não respondidas.

Lembrete fundamental:

De tudo o que está sendo proposto, apenas os itens que modificam o Estatuto da USP exigem quórum qualificado de dois terços (2/3) dos membros do Conselho Universitário (Co).

Caso a alteração do Estatuto da USP seja aprovada, as demais mudanças no Regimento Geral, para definir o Regimento da CPA e o Estatuto do Docente, não exigem quórum qualificado. Ou seja, o conjunto de normas propostas poderá ser deliberado por maioria simples dos membros presentes na reunião do Co que vier a votá-las.

Consideradas as distorções que atualmente comprometem o Co, não haverá limite para aprovar tudo o que for de interesse dos grupos de poder que dominam hoje o colegiado e que se opõem a democratizar a USP.

O que vier a ser aprovado posteriormente poderá ser ainda mais centralizador e controlador do que está sendo proposto agora!

Por isso defendemos que é prioritário retomar o processo de discussão sobre a democratização da USP.

Rejeitar essas mudanças no Estatuto permitirá retomar a discussão do que a comunidade acadêmica considerar prioritário.

Conselheira, conselheiro, vote não à mudança do Estatuto!

São Paulo, 13 de outubro de 2016

Diretoria da Adusp

Se voc&#65533; n&#65533;o deseja mais receber nossos e-mails, cancele sua inscri&#65533;&#65533;o neste link

Assunto: Sobre carreira, avaliação e "Nova CPA" - VIII
De: Adusp
Data: 21-10-2016 08:15
Para: secretaria@adusp.org.br

Sobre Carreira, Avaliação e "nova CPA"

Continuação da série com destaques dos debates sobre as propostas da Reitoria de mudanças na carreira docente, na avaliação institucional e individual e de nova Comissão Permanente de Avaliação ("nova CPA").

VIII. Debate na EACH explicita outras questões recorrentes na proposta de avaliação da Reitoria.

Debate ocorrido em 23/8/2016 entre docentes da EACH e membros da comissão escolhida pelo reitor, professores Carlos Ferreira Martins (IAU) e Victor Wünsch Filho (FSP) revela outras questões não respondidas. Vejamos.

Questionamento feito pelo professor Márcio Moretto Ribeiro:

"Eu li uma porção de relatórios CERT que foram reprovados... Algumas dessas pessoas conseguiram pautar esta discussão nas suas congregações e 86% das congregações apresentaram a sua visão de como esse processo está sendo conduzido... dizendo que há aumento da centralização. Por mais que eu empatize no que você falou, não é isso que está sendo refletido. O documento que está sendo apresentado está piorando a situação, está tornando o processo mais centralizado [*compara o regimento atual com a proposta*]. Esta não é uma mudança pequena: a gente está tirando a autonomia das unidades e está colocando numa comissão formada por nove membros, dos quais seis são escolhidos diretamente pelo reitor e três, indiretamente, pelo reitor de novo. Esta mudança aumenta a centralidade. Queria contar um caso em que a mudança nessa sutileza faz toda a diferença. Um caso de um professor que teve seu relatório CERT reprovado. Um professor que tinha altíssima produtividade acadêmica. A gente [congregação] encaminhou um documento para a CERT dizendo: 'Vocês precisam explicar melhor porque este relatório está sendo reprovado'... A minha impressão é que a gente não vai ter mais possibilidade de fazer isso, com a mudança do regulamento da forma como está sendo proposta. Não da forma como o professor Carlos está interpretando, que me parece ser uma forma da qual eu concordo, mas da forma como está escrito."

Veja em (https://youtu.be/BcbNHllkFE4?t=1h16m36s).

Pergunta do professor Gerardo Kuntschik [*que acompanhava o debate pelo IPTV*], lida pelo colega Márcio:

"Por que depois de uma rejeição fantasticamente majoritária da comunidade dos docentes à proposta, a Reitoria insiste em a encaminhar para deliberação? Para que serviu a consulta, então?"

Veja em (https://youtu.be/BcbNHllkFE4?t=1h20m25s).

Esses excertos explicitam, novamente, questões não respondidas. Por que será que a Reitoria não dirime essas dúvidas?

Lembrete fundamental:

De tudo o que está sendo proposto, apenas os itens que modificam o Estatuto da USP exigem quórum qualificado de dois terços (2/3) dos membros do Conselho Universitário (Co).

Caso a alteração do Estatuto da USP seja aprovada, as demais mudanças no Regimento Geral, para definir o Regimento da CPA e o Estatuto do Docente, não exigem quórum qualificado. Ou seja, o conjunto de normas propostas poderá ser deliberado por maioria simples dos membros presentes na reunião do Co que vier a votá-las.

Consideradas as distorções que atualmente comprometem o Co, não haverá limite para aprovar tudo o que for de interesse dos grupos de poder que dominam hoje o colegiado e que se opõem a democratizar a USP.

O que vier a ser aprovado posteriormente poderá ser ainda mais centralizador e controlador do que está sendo proposto agora!

Por isso defendemos que é prioritário retomar o processo de discussão sobre a democratização da USP.

Rejeitar essas mudanças no Estatuto permitirá retomar a discussão do que a comunidade acadêmica considerar prioritário.

Conselheira, conselheiro, vote não à mudança do Estatuto!

São Paulo, 19 de outubro de 2016

Diretoria da Adusp

Se voc&#65533; n&#65533;o deseja mais receber nossos e-mails, cancele sua inscri&#65533;&#65533;o neste link

Assunto: Sobre carreira, avaliação e "Nova CPA" - IX
De: Adusp
Data: 24-10-2016 08:15
Para: secretaria@adusp.org.br

Sobre Carreira, Avaliação e "nova CPA"

Continuação da série com destaques dos debates sobre as propostas da Reitoria de mudanças na carreira docente, na avaliação institucional e individual e de nova Comissão Permanente de Avaliação ("nova CPA").

IX. Docente aponta contradição entre discurso dos proponentes e a proposta da Reitoria

Debate na EACH em 23/8/2016 entre os docentes da unidade e membros da comissão autora da proposta, professores Carlos Ferreira Martins (IAU) e Victor Wünsch Filho (FSP), revela contradição. Vejamos.

Questionamento feito pelo colega Marcos Bernardino (EACH) ao professor Carlos Martins:

"Concordo basicamente com as avaliações que você faz e os problemas que você detecta nos processos avaliativos... O que a proposta apresentada de CPA tem a ver exatamente com as avaliações que você faz, inclusive nesta coisa do protagonismo das unidades em contraposição à extrema centralização etc.? A impressão que eu tenho é que a partir das avaliações que você faz, a gente derivaria uma outra proposta que não esta. Uma aparência de incongruência".

Veja em (https://youtu.be/BcbNHllkFE4?t=36m40s).

Contradições como essa aqui destacada parecem não constranger a comissão encarregada pela Reitoria da redação de sua proposta...

Lembrete fundamental:

De tudo o que está sendo proposto, apenas os itens que modificam o Estatuto da USP exigem quórum qualificado de dois terços (2/3) dos membros do Conselho Universitário (Co).

Caso a alteração do Estatuto da USP seja aprovada, as demais mudanças no Regimento Geral, para definir o Regimento da CPA e o Estatuto do Docente, não exigem quórum qualificado. Ou seja, o conjunto de normas propostas poderá ser deliberado por maioria simples dos membros presentes na reunião do Co que vier a votá-las.

Consideradas as distorções que atualmente comprometem o Co, não haverá limite para aprovar tudo o que for de interesse dos grupos de poder que dominam hoje o colegiado e que se opõem a democratizar a USP.

O que vier a ser aprovado posteriormente poderá ser ainda mais centralizador e controlador do que está sendo proposto agora!

Por isso defendemos que é prioritário retomar o processo de discussão sobre a democratização da USP.

Rejeitar essas mudanças no Estatuto permitirá retomar a discussão do que a comunidade acadêmica considerar prioritário.

Conselheira, conselheiro, vote não à mudança do Estatuto!

São Paulo, 24 de outubro de 2016

Diretoria da Adusp

Se voc&#65533; n&#65533;o deseja mais receber nossos e-mails, cancele sua inscri&#65533;&#65533;o neste link

Assunto: Sobre carreira, avaliação e "Nova CPA" - X
De: Adusp
Data: 28-10-2016 08:15
Para: secretaria@adusp.org.br

Sobre Carreira, Avaliação e "nova CPA"

Continuação da série com destaques dos debates sobre as propostas da Reitoria de mudanças na carreira docente, na avaliação institucional e individual e de nova Comissão Permanente de Avaliação ("nova CPA").

X. Outros questionamentos explicitados no debate na EACH

Ainda no debate ocorrido em 23/8/2016 entre docentes da EACH e membros da comissão escolhida pelo reitor, professores Carlos Alberto Ferreira Martins (IAU) e Victor Wünsch Filho (FSP), outros questionamentos foram feitos. Vejamos alguns deles.

A professora Adriana Tufaile refere-se a trecho de texto do colega José Marcelino de Resende Pinto (FFCLRP) na *Revista Adusp* 59 (http://www.adusp.org.br/files/revistas/59/mat10.pdf)**:**

"Todos somos favoráveis à avaliação, mas todos tememos a avaliação. E com razão, porque, se por um lado ela é um instrumento essencial na existência humana e das instituições no processo de autoconhecimento, formação e correção de rumos, aprendemos também com Max Weber e Pierre Bourdieu que a avaliação é um mecanismo poderoso para legitimar um sistema de dominação e desigualdade."

Veja em (https://youtu.be/BcbNHllkFE4?t=26m31s).

Novo questionamento da colega Adriana:

"Esta extrema centralização não garante as nossas especificidades. 'Ah não, mas a avaliação vai ser baseada no seu projeto, que você escreveu'. Só que este projeto tem que ser validado ou aprovado por uma comissão escolhida pelo reitor basicamente. Então não é que vou ser avaliada segundo critérios que eu defino, não é verdade isso, porque eles têm que ser validados ou aprovados por uma comissão extremamente centralizada. Outra coisa: a gente já tem uma estrutura de carreira que é muito bem definida e as pessoas sabem como passar de doutor para livre-docente e de livre-docente para titular, as regras são definidas nas unidades. Você sabe como progredir na carreira, você não precisa dessa extrema centralização para progredir. E nessas avaliações de bancas as especificidades são sim avaliadas. São bancas, são provas públicas, você pode se defender amplamente, você pode impugnar a banca. Então é muito diferente disto que está sendo proposto."

Veja em (https://youtu.be/BcbNHllkFE4?t=30m27s).

Esses destaques trazem novos argumentos, que questionam a adoção de mudanças sem razão fundamentada, sem diagnóstico a superar. Com a palavra a Reitoria!

Lembrete fundamental:

De tudo o que está sendo proposto, apenas os itens que modificam o Estatuto da USP exigem quórum qualificado de dois terços (2/3) dos membros do Conselho Universitário (Co).

Caso a alteração do Estatuto da USP seja aprovada, as demais mudanças no Regimento Geral, para definir o Regimento da CPA e o Estatuto do Docente, não exigem quórum qualificado. Ou seja, o conjunto de normas propostas poderá ser deliberado por maioria simples dos membros presentes na reunião do Co que vier a votá-las.

Consideradas as distorções que atualmente comprometem o Co, não haverá limite para aprovar tudo o que for de interesse dos grupos de poder que dominam hoje o colegiado e que se opõem a democratizar a USP.

O que vier a ser aprovado posteriormente poderá ser ainda mais centralizador e controlador do que está sendo proposto agora!

Por isso defendemos que é prioritário retomar o processo de discussão sobre a democratização da USP.

Rejeitar essas mudanças no Estatuto permitirá retomar a discussão do que a comunidade acadêmica considerar prioritário.

Conselheira, conselheiro, vote não à mudança do Estatuto!

São Paulo, 24 de outubro de 2016

Diretoria da Adusp

Se voc&#65533; n&#65533;o deseja mais receber nossos e-mails, cancele sua inscri&#65533;&#65533;o neste link

ANEXO 3

Ofício Adusp 010/16 de 2/6/16

Adusp

Ofício Adusp 010/16

São Paulo, 2 de junho de 2016

Ilmo. Sr.
Prof. Dr. Marco Antonio Zago
DD. Reitor da Universidade de São Paulo

Prezado Professor

Conforme deliberação da sessão da assembleia geral dos docentes da USP de 31/5/16, solicito uma audiência entre V. Sa. e uma comissão indicada pela assembleia para discutir:

- reabertura imediata da negociação salarial;
- retirada da proposta de carreira.

Certo de poder contar com vossa pronta manifestação, despeço-me,

Atenciosamente,

Prof. Dr. César Augusto Minto
Presidente da Adusp

Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo – Seção Sindical do Andes-SN
Av. Prof. Almeida Prado, 1366 – CEP: 05508-070 – São Paulo/SP – Telefones: 3091-4466 / 4465 – secretaria@adusp.org.br

ANEXO 4

Carta conjunta Adusp – DCE-Livre da USP – Sintusp de 22/6/16

Adusp

DCE LIVRE DA USP

SINTUSP

FILIADO À CSP-CONLUTAS

São Paulo, 22 de junho de 2016

Ilmo. Sr.

Prof. Dr. Marco Antonio Zago

DD. Reitor da Universidade de São Paulo

Recebido nesta data.
SP, 22.06.2016.
Thiago R Liporini

Prezado Professor

Considerando que a inflação acumulada do período junho/2015 a maio/2016 superou 10% e que a expansão das Universidades Públicas Paulistas não foi acompanhada de aporte financeiro correspondente, estudantes, funcionários e docentes da USP, em greve, vêm reivindicar que a Reitoria da USP faça gestões junto ao CRUESP pela reabertura de negociações relativas à campanha de data-base e que assuma o compromisso, juntamente com os demais reitores, de lutar junto à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, por mais verbas para a Educação pública e, em especial, para a Unesp, Unicamp e USP, na LDO-2017.

Vêm ainda solicitar o agendamento de uma reunião com a Reitoria da USP para tratar dos pontos abaixo, que compõem a pauta comum às três categorias na USP:

1. Que os servidores em greve não sofram cortes em seus salários;
2. Que não haja repressão da PM contra estudantes e funcionários em luta;

3. Que cesse o processo de desmonte da Universidade, que se expressa nos ataques ao Hospital Universitário (HU), ao Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais de Bauru (HRAC), às creches e à Escola de Aplicação da USP, entre outros;
4. Que seja mantida a sede histórica do Sintusp;
5. Que a USP se manifeste favoravelmente a implementação de Cotas para fins de ingresso na Universidade, com instrumentos que garantam a permanência estudantil;
6. Que a Reitoria se comprometa com a recomposição de quadros de docentes e de funcionários técnico-administrativos;
7. Que a proposta de Estatuto dos Docentes e da nova CPA seja retirada e aberta ampla discussão sobre avaliação e carreira docente.

Atenciosamente,

Associação dos Docentes da USP

DCE Livre da USP Alexandre Vanucchi Leme

Sindicato dos Trabalhadores da USP